

SEÇÃO III**PODER LEGISLATIVO****CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - 5 (cinco) dias

Processo: 001-001.210/2011. O Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Ato do Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 622, de 2013 – DCL de 4/12/2013 e alterado pelo Ato do Presidente nº 640, de 2013 – DCL de 12/12/2013, Ato do Presidente nº 32, de 2014 – DCL de 27/01/2014 e Ato do Presidente nº 109, de 2014 – DCL de 26/02/2014, faz saber aos que este EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que MARIA ROSALICE DE OLIVEIRA, ex-Vice-Presidente da Fundação Câmara Legislativa do Distrito Federal - FUNCAL fica CITADA da imputação de ter causado prejuízo causado à FUNCAL, conforme apurado no Relatório Analítico aprovado na Quarta reunião da comissão, e INTIMADA para: 1) ressarcir os prejuízos, no valor de R\$ 159.597,48, como forma de reparação do dano, que deverão ser devidamente corrigidos; 2) apresentar defesa escrita fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do dia seguinte à fluência do prazo do edital, quanto ao dano causado e a responsabilidade subsidiária, como membro do Conselho Diretor da FUNCAL, pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, assegurando-se-lhe cópias do processo mediante o devido ressarcimento junto à DAF, na sala nº 5.28, no 5º andar do Edifício sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Brasília, 17 de março de 2014.

SIDRAQUE DAVID MONTEIRO ANACLETO
Presidente

FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 001-000374/2014. Contrato nº 14/2014, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a CLÍNICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA DINIZ LTDA. Vigência: a contar do dia 15 de março de 2014, observada a data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF. Objeto: prestação de serviços odontológicos. Recursos: Fonte (171); Elemento de Despesa (3390-39). Nota de Empenho nº 2014NE00344; Valor da Nota de Empenho: R\$ 100,00 (cem reais). Datada de 11/03/2014; Legislação: Lei 8.666/93 e alterações; Vigência 12 (doze) meses; Partes: pelo FASCAL, Gregório Matias Dantas de Araújo; e pela Credenciada, Sr. Álvaro Diniz de Deus Júnior.

Processo nº 001-000380/2014. Contrato nº 13/2014, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a CLÍNICA DE ODONTOLOGIA ESPAÇO ORTO LTDA.- ME. Vigência: a contar do dia 15 de março de 2014, observada a data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF. Objeto: prestação de serviços odontológicos. Recursos: Fonte (171); Elemento de Despesa (3390-39). Nota de Empenho nº 2014NE00345; Valor da Nota de Empenho: R\$ 100,00 (cem reais). Datada de 13/03/2014; Legislação: Lei 8.666/93 e alterações; Vigência 12 (doze) meses; Partes: pelo FASCAL, Gregório Matias Dantas de Araújo; e pela Credenciada, Sra. Wanessa Martins Alves Sedlmayer.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Fundamento Legal: artigo 25, “Caput” da Lei 8.666/93 e alterações. Justificativa: Por inviabilidade de competição. Autorização da despesa: pelo Ordenador de Despesa: Gregório Matias Dantas de Araújo. Ratificação: Conselho de Administração do FASCAL, representado pelo seu Presidente, conforme delegação de competência – Ata da 2ª Reunião Ordinária do Biênio 2013/2014, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 199, em 18 de outubro de 2013.

Processo nº 001-000420/2014, Contratada: CENTRO ODONTOLÓGICO ESPECIALIZADO ALMEIDA & LIMA LTDA -ME., CNPJ 05.208.295/0001-00. Objeto: prestação de serviços odontológicos, conforme parecer da Perícia Odontológica do FASCAL, constante das folhas nº 49/50 deste Processo.

Processo nº 001-000421/2014, Contratada: DUAL ODONTOLOGIA AVANÇADA LTDA - EPP, CNPJ 07.135.223/0001-05. Objeto: prestação de serviços odontológicos, conforme parecer da Perícia Odontológica do FASCAL, constante das folhas nº 55/56 deste Processo.

Processo nº 001-000414/2014, Contratada: SORRISO CLINICA LTDA., CNPJ 01.452.040/0001-37. Objeto: prestação de serviços odontológicos, conforme parecer da Perícia Odontológica do FASCAL, constante das folhas nº 35/36 deste Processo

Ratificamos, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o referido processo, com fulcro no “Caput” do artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista as justificativas constantes dos respectivos autos do processo.

Publique-se para as providências complementares.

Brasília, 18 de março de 2014. Arlécio Alexandre Gazal, Presidente do Conselho de Administração do FASCAL.

PODER EXECUTIVO**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA**

EXTRATOS DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO 111.001.747/2008; ESPÉCIE: Convênio nº 09/2014; CONVENIENTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO; OBJETO: Definir os deveres e as responsabilidades das partes convenientes, na operacionalização de financiamento de terrenos adquiridos da TERRACAP em processo licitatório, permitindo o pagamento das prestações por meio de consignação em folha de pagamento dos empregados do CONVENIADO; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 18 da Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 2894ª Sessão, realizada em 08/01/2014; VIGÊNCIA: 18/03/2019; PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 meses; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão sob a responsabilidade da TERRACAP; DATA DE ASSINATURA: 18/03/2014; P/TERRACAP: ABDON HENRIQUE DE ARAUJO, DEUSDETH CADENA FINOTTI e DENI AUGUSTO PEREIRA FERREIRA E SILVA; P/TRT – 10ª REGIÃO: ELAINE MACHADO VASCONCELOS; TESTEMUNHAS: MARCUS VINICIUS FREITAS BARROS e FRANCISCA FERREIRA DE SENA OLIVEIRA.

PROCESSO 160.000094/1999; ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Com Opção de Compra nº 017/2014; CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Retifica Sabonete Comercio e Retifica de Peças Automotivos Ltda EPP; OBJETO: Conjunto 06 Lote 07 ADE-ÁGUAS CLARAS; EMBASAMENTO LEGAL: Art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 3.196, de 29/09/2003, complementada pela Lei 3.266, de 30/12/2003, e regulamentada pelo Decreto 24.430 de 02.03.2004; VALOR: R\$ 913.000,00 (novecentos e treze mil reais); VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correção a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 17/03/2014; P/CONTRATANTE: Abdon Henrique De Araújo, Deusdeth Cadena Finotti e Deni Augusto Pereira Ferreira e Silva; P/CONCESSIONÁRIA: Renato Gomes Benedetti; TESTEMUNHAS: Carvílio Pereira Gomes e Ronaldo da Silva Souza.

PROCESSO 160.000721/1992; ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Com Opção de Compra nº 018/2014; CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e K & R Artes Gráficas e Editora Ltda - ME; OBJETO: Setor Industrial Bernardo Sayao Quadra 03 Conjunto A Lote 09, NUCLEO BANDEIRANTE; EMBASAMENTO LEGAL: Art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 3.196, de 29/09/2003, complementada pela Lei 3.266, de 30/12/2003, e regulamentada pelo Decreto 24.430 de 02.03.2004; VALOR: R\$ 238.800,00 (duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais); VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correção a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 17/03/2014; P/CONTRATANTE: Abdon Henrique De Araújo, Deusdeth Cadena Finotti e Deni Augusto Pereira Ferreira e Silva; P/CONCESSIONÁRIA: Francisco das Chagas Medeiros do Nascimento; TESTEMUNHAS: Carvílio Pereira Gomes e Ronaldo da Silva Souza.

PROCESSO 111.002.314/2012; ESPÉCIE: Termo Aditivo nº 01/2014 ao Convênio nº 05/2013, Publicado em 05/02/2013; CONVENIENTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e NOVACAP - COMP. URBANIZ. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL; OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência e alterar cláusula do referido convênio; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 1554 da Diretoria Colegiada da TERRACAP, proferida em sua 2879ª Sessão, realizada em 13/11/2013; VIGÊNCIA: 30/08/2014; PRAZO DE EXECUÇÃO: 206 dias; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão sob a responsabilidade da TERRACAP, DATA DE ASSINATURA: 04/02/2014; P/TERRACAP: Abdon Henrique de Araujo, Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi e Deni Augusto Pereira Ferreira e Silva; P/NOVACAP: Nilson Martorelli e Maruska Lima de Sousa Holanda; TESTEMUNHAS: Marcus Vinicius Freitas Barros e Elton Gomes dos Santos.

CASA CIVIL**COORDENADORIA DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA**

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo: 135.000.170/2014; Interessado: Administração Regional de Planaltina; Assunto: Serviço de instalação de ponto de energia e consumo para Ação Global. Nos termos do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010, que aprovou as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, bem como em cumprimento a Portaria da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal nº 11, de 26 de março de 2010, ratifico, para que adquira a eficácia necessária, a Inexigibilidade com fulcro no artigo 25, da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa de que trata o presente processo, em favor da CEB DISTRIBUIÇÃO S.A 2014NE00056, no valor total de R\$608,08(seiscentos e oito reais e oito centavos). Publique-se retornando o processo para a

GEOFIC/DAG-RA-VI, para fins pertinentes. Em 14 de março de 2014. Wellington de Mesquita Vieira, Administrador Regional de Planaltina/Substituto.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

EDITAL DE EXECUÇÃO

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO PARANOÁ, DA COORDENADORIA DAS CIDADES, DA CASA CIVIL, DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, após convocação feita em Edital publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 266, de 13 de dezembro de 2013, referente à importância recebida indevidamente e após o prazo formulado para comparecimento ou apresentação e julgamento de defesa. EXECUTA, o ABAIXO relacionado ou seu representante legal a recolher aos cofres do Governo do Distrito Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação deste Edital a apresentar recurso dentro do lapso de tempo acima referido sob pena de o débito ser escrito em Dívida Ativa, conforme Lei Complementar nº 840, artigo 121, & 5º. CLODOALDO SIMÕES BEZERRA, processo 140.000.634/2013.

CEZAR CASTRO LOPES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2014, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002.

Processo: 366.000.018/2014. Partes: DF/RA-XXX e WAY RECICLAGEM E CONSTRUTORA EIRELI LTDA, Objeto: O presente Contrato tem por objeto a Obra de urbanização com construção de baias coletoras de lixo, meios-fios, passeios em concreto e caixas coletoras estacionárias em diversos locais de Vicente Pires/DF. Data da assinatura: 07/03/2014. Vigência do Contrato: O contrato terá vigência de 150 dias a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF a expensas da Administração. Valor: R\$ 144.797,00 (Cento quarenta e quatro mil setecentos noventa e sete reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei Orçamentária nº 5.289 de 30 de dezembro de 2013, publicada no DODF do dia 31 de dezembro de 2013. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 15.451.6208.1110.1846; Fonte de Recursos 100; Código U.O 09133; Natureza da Despesa 449051; Evento 400091; NE nº 087/2014, emitida em 26/02/2014; Modalidade Global; Signatários: Pelo Distrito Federal Glênio José da Silva, na qualidade de Administrador Regional. Pela Contratada Leandro Alves, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2014, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002.

Processo 366.000.019/2014. PARTES: DF/RA-XXX x VALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Obra de urbanização com execução de cercamento em diversos locais de Vicente Pires/DF. Data da assinatura: 20/03/2014. Vigência do Contrato: O contrato terá vigência de 150 dias a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF a expensas da Administração. Valor: R\$ 145.329,18 (cento quarenta e cinco mil trezentos vinte e nove reais e dezoito centavos), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei Orçamentária nº 5.289, de 30 de dezembro de 2013, publicada no DODF do dia 31 de dezembro de 2013. Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO 15.451.6208.1110.9683; FONTE DE RECURSOS 100; CÓDIGO U.O 09133; NATUREZA DA DESPESA 449051; EVENTO 400091; NE nº 0095/2014, emitida em 28/03/2014; MODALIDADE Global; SIGNATÁRIOS pelo Distrito Federal GLÊNIO JOSÉ DA SILVA, na qualidade de Administrador Regional. Pela Contratada CÉLIA REGINA ASSENCIO CARVALHO, na qualidade de representante legal.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 07/2014.

PROCESSO Nº 070.000.458/2014. Partes: DF/SEAGRI e JOSÉ FAGUNDES MAIA. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão de Parcelamento de Crédito de Natureza não Tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. Valor: 88.389,34 (oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos). Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura. Assinatura: 19 de março de 2014. Signatários: Pelo Distrito Federal: NILTON GONÇALVES GUIMARÃES, na qualidade de Secretário-Adjunto, pelo Signatário: JOSÉ FAGUNDES MAIA na qualidade de beneficiário.

PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 10/2014.

PROCESSO Nº 070.000.466/2014. Partes: DF/SEAGRI e JOCELICE MENDANHA DA CUNHA ALMEIDA. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão de Parcelamento de Crédito de Natureza não Tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. Valor: 2.325,86 (dois mil e trezentos e vinte e cinco reais e seis centavos). Vigência: 4 (quatro) meses, contados da data de assinatura. Assinatura: 19 de março de 2014. Signatários: Pelo Distrito Federal: NILTON GONÇALVES GUIMARÃES, na qualidade de Secretário-Adjunto, pelo Signatário: JOCELICE MENDANHA DA CUNHA ALMEIDA na qualidade de beneficiário.

PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 08/2014.

PROCESSO Nº 070.000.350/2014. Partes: DF/SEAGRI e ROSEANE DOS SANTOS BARROS. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão de Parcelamento de Crédito de

Natureza não Tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. Valor: 1.328,23 (um mil trezentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos). Vigência: 04 (quatro) meses, contados da data de assinatura. Assinatura: 19 de março de 2014. Signatários: Pelo Distrito Federal: NILTON GONÇALVES GUIMARÃES, na qualidade de Secretário-Adjunto, pelo Signatário: ROSEANE DOS SANTOS BARROS na qualidade de beneficiário.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RETIFICAÇÃO

No Reconhecimento de Dívida, publicada no DODF nº 22, de 29 de janeiro de 2014, página 63, ONDE SE LÊ: “[...] R\$ 7.601,30 (sete mil seiscentos e um reais e trinta centavos) [...]”, LEIA-SE: “[...] R\$ 7.896,06 (sete mil oitocentos e noventa e seis reais e seis centavos) [...]”.

No Reconhecimento de Dívida, publicada no DODF nº 22, de 29 de janeiro de 2014, página 63, ONDE SE LÊ: “[...] R\$ 5.526,18 (cinco mil quinhentos e vinte seis reais e dezoito centavos) [...]”, LEIA-SE: “[...] R\$ 7.657,45 (sete mil seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) [...]”.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

RATIFICAÇÕES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÕES DE ARTISTAS CONVIDADOS

O Subsecretário de Políticas e Produções Culturais desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo 150.000716/2014, com fulcro no artigo 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e capítulo VI do Decreto 34.577/2013, reconheceu a inexigibilidade de licitação em favor da contratação artística da Banda CRIOLO, no valor de R\$90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), por meio de convite, para se apresentar no dia 21/03/2014, às 21:00 horas, na Praça da Fontes, no Parque da Cidade, com duração de 90 minutos, representado pela empresa OLOKO RECORDS ATE MÚSICA E CULTURA LTDA., CNPJ nº08.495.753/0001-27, dentro da Programação do Projeto FESTA DAS ÁGUAS DE BRASÍLIA 2014. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Gerente de Cultura e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de março de 2014. Hamilton Pereira da Silva, Secretário de Estado de Cultura.

O Subsecretário de Políticas e Produções Culturais desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo 150.000716/2014, com fulcro no artigo 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e capítulo VI do Decreto 34.577/2013, reconheceu a inexigibilidade de licitação em favor da contratação artística da Banda PATUBATÊ, no valor de R\$25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), por meio de convite, para se apresentar no dia 21/03/2014, às 17:00 horas, na Praça da Fontes, no Parque da Cidade, com duração de 90 minutos, representado pela empresa OSSOS DO OFÍCIO – CONFRARIA DAS ARTES, CNPJ nº05.286.859/0001-22, dentro da Programação do Projeto FESTA DAS ÁGUAS DE BRASÍLIA 2014. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Gerente de Cultura e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de março de 2014. Hamilton Pereira da Silva, Secretário de Estado de Cultura.

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2014-SECULT.

O PREGOEIRO comunica que o Resultado do Julgamento do Pregão acima citado encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site: <http://www.licitacoes-e.com.br>. Processo 150.000272/2014.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
DANIEL NASCIMENTO DOURADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2014-SECULT.

O PREGOEIRO comunica que o Resultado do Julgamento do Pregão acima citado encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site: <http://www.licitacoes-e.com.br>. Processo 150.000633/2014.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
DANIEL NASCIMENTO DOURADO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RECONHECIMENTOS DE DIVIDAS

Processo: 150.000854/2013; Interessado: TU I TAM PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.-ME – CNPJ nº15.089.868/0001-87; Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Tendo em vista o que consta dos presentes autos e com fulcro no Artigo 7º da Lei 3.163 de 03 de julho de 2003, Portaria de 08/02/2007 e nos termos dos incisos I, II, IV e V do Artigo 30 do Decreto 32.598/2010, de 15/12/2010 e suas alterações, RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da empresa TU I TAM PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.-ME, visando o pagamento relativo à Premiação de Melhor Direção de Curta-Metragem Documentário para “Rafael Urban e Terence Keller, pelo filme A que Deve a Honra da Ilustre Visita Este Simples Marquês?” dentro do Projeto 46º FESTIVAL

DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO, no valor de R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS). Autorizo, por conseguinte, a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e respectiva Previsão de Pagamento no Programa de Trabalho 13.392.6219.3678.0104, Natureza da Despesa 33.90.92, Fonte 100, de acordo com informações da Diretoria de Planejamento e Finanças. Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Planejamento e Finanças/SUAG/SEC, para as providências pertinentes. Em 20 de março de 2014. ALEXANDRE PEREIRA RANGEL, Subsecretário de Administração Geral/SEC.

Processo: 150.000854/2013; Interessado: ARUAC PRODUÇÕES LTDA.-ME – CNPJ nº05.163.327/0001-06; Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Tendo em vista o que consta dos presentes autos e com fulcro no Artigo 7º da Lei 3.163 de 03 de julho de 2003, Portaria de 08/02/2007 e nos termos dos incisos I, II, IV e V do Artigo 30 do Decreto 32.598/2010, de 15/12/2010 e suas alterações, RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da empresa ARUAC PRODUÇÕES LTDA.-ME, visando o pagamento relativo à Premiação de Melhor Som de Longa-Metragem de Ficção para “Fabio Andrade, pelo Filme Exilados do Vulcão” dentro do Projeto 46º FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO, no valor de R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS). Autorizo, por conseguinte, a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e respectiva Previsão de Pagamento no Programa de Trabalho 13.392.6219.3678.0104, Natureza da Despesa 33.90.92, Fonte 100, de acordo com informações da Diretoria de Planejamento e Finanças. Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Planejamento e Finanças/SUAG/SEC, para as providências pertinentes.

Em 20 de março de 2014. ALEXANDRE PEREIRA RANGEL, Subsecretário de Administração Geral/SEC.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2012.

Processo: 380.000.864/2011. Partes: O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA/SEDEST e a empresa MASAN ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. DO OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2014, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, ficando ressalvado o direito à solicitação de reajuste. Parágrafo único: Alterar, por meio deste, a denominação social adotada pela empresa CONTRATADA, que se modifica de MASAN ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA para MASAN SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, a qual passará a constar na qualificação acima, mantendo-se inalterados os demais dados, inclusive CNPJ e endereços informados, conforme vigésima quarta alteração contratual do contrato social da referida empresa, documento juntado às fls. 2.451/2.452 dos presentes autos. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 17.101; II - Programa de Trabalho: 08.306.6227.4175.0001 – Fornecimento de Refeições nos Restaurantes Comunitários-DF; III – Fonte de Recursos: 100; IV – Natureza da Despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; V – Valor Informado: R\$ 2.301.000,00 (dois milhões trezentos e um mil reais) para custear as despesas de 01/03/2014 até 31/12/2014. A diferença orçamentária estará prevista na Lei Orçamentária Anual de 2015 (LOA/2015). Nota de Empenho: conforme liberação de cotas pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de 02/03/2014. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. ASSINATURA: 28.02.2014. SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal, CARLOS DANIEL DELL SANTO SEIDEL, Secretário de Estado, e pela contratada, LUCIENE ROCHA DUTRA, na qualidade de Procuradora.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2011.

Processo: 380.000.531/2011. Partes: O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA/SEDEST e a empresa R8 PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA que alterou sua denominação social para R8 PRODUTOS METALÚRGICOS EIRELI ME. OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 10/02/2014, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 17.101 - SEDEST; II - Programa de Trabalho: 08.122.6009.8517.0032 – Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da SEDEST; III - Fonte: 100 – Ordinário Não Vinculado; IV - Natureza de Despesa: 33.90.39 – Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica; V - Valor total: R\$ 215.915,59 (duzentos e quinze mil novecentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 194.923,80 (cento e noventa e quatro mil novecentos e vinte e três reais e oitenta centavos) para o período de 10/02/2014 a 31/12/2014 e para o período de 01/01/2015 a 09/02/2015 será inserido na Proposta Orçamentária Anual de 2015 o valor de R\$ 20.991,79 (vinte mil novecentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos). O empenho para a prorrogação será o de nº 2014NE00091, no valor de R\$ 71.971,84 (setenta e um mil novecentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos), emitido na data de 07/02/2014. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de 10/02/2014. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

ASSINATURA: 07/02/2014. SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal, CARLOS DANIEL DELL SANTOS SEIDEL, Secretário de Estado, e pela contratada, LETICIA MARQUES DE SOUSA, na qualidade de Sócia.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2014.

Processo: 080.006432/2012; Edital de Pregão Eletrônico Nº 369/2013 SULIC/SEPLAN. Partes: SEDF X LISANDRO TAVARES DE SOUSA - ME; Objeto: Prestação de serviços de criação de projeto gráfico, diagramação, tratamento de imagens e gráficos de quatro obras consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 369/2013; Unidade Orçamentária: 18101; Programa de Trabalho: 12.122.6002.8517.0036; Natureza da Despesa: 3.3.90.39; Fonte de Recurso: 100; Nota de Empenho: nº 2013NE05253 - SEDF, Valor: R\$ 76.100,00 (setenta e seis mil e cem reais), Data: 11/12/2013, Modalidade: ordinário; Vigência: 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua assinatura; Assinatura: 26/02/2014; Assinantes: P/SEDF: MARCELO AGUIAR, P/LISANDRO: CARLOS FERREIRA DO AMARAL FILHO; Valor total do Contrato: R\$ 76.100,00 (setenta e seis mil e cem reais).

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2013-SEDF

Processo: 080.000969/2012; Inciso X, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993 e alterações posteriores, c/c o art. 26 da referida Lei, e com o disposto na Lei 8.245 de 18/10/91; Partes: SEDF X MCFX SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA S/A; Objeto: prorrogação do Contrato nº 10/2013 por mais 12 (doze) meses, bem como reajustar o valor mensal do aluguel de acordo com o Índice Geral de Preços e Mercados – IGPM, de 5,51% (cinco vírgula cinquenta e um por cento) para o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, conforme divulgação feita pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Unidade Orçamentária: 18101; Programa de Trabalho: 12.122.6002.8517.0036; Natureza da Despesa: 3.3.90.39. Fonte de Recursos: 100. Foi emitida em 19/02/2014 a Nota de Empenho: nº 2014NE00162-SEDF, Valor: R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais); sob o evento nº 400092, na modalidade global. Vigência: a partir de 21/01/2014 a 21/01/2015. Assinatura: 21/01/2014; Assinantes: P/SEDF: Marcelo Aguiar. - P/CFX SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA S/A.: Márcio José da Silva. Valor do presente termo: R\$ 367.174,80 (trezentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta centavos).

AVISO DE CONVOCAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, substituto, comunica aos interessados, a convocação da chamada pública com a finalidade de selecionar voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras, alfabetizadores-coordenadores de turmas e agentes colaboradores do Programa DF Alfabetizado, conforme especificações e condições constantes no edital. As inscrições serão realizadas no período de 24 de março a 04 de abril de 2014, nos locais previstos no referido edital, a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.se.df.gov.br, referente ao processo 0460-000321/2012.

JACY BRAGA RODRIGUES

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RECONHECIMENTOS DE DÍVIDAS

Processo: 080.007269/2013. Com fulcro no artigo 86 do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, com nova redação dada pelo Decreto nº 35.073, de 13/01/2014; no disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e o art. 7º da Lei nº 3.163, de 3/07/2003 e, consoante às justificativas apresentadas nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO A DÍVIDA, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão de Nota de Empenho, no valor R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais), em favor da CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A, CNPJ nº 01.554.285/0001-75, referente ao pagamento da Nota Fiscal nº 02967024, para aquisição de 01 (hum) certificado digital do tipo A1 para o CNPJ nº 00.065.201/0001-77, da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, com a finalidade de envio de dados referentes à DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A despesa correrá a conta dos programas de trabalho 12.122.6002.8517.0036 no valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais); Fonte 100; Natureza de Despesa 3.3.90.92, conforme informado pela Gerência de Programação Orçamentária à fl. 121 dos autos. Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga – Subsecretária.

Processo: 080.002.855/2012. Com fulcro no art. 86 do Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, com a nova redação dada pelo Decreto nº 35.073, de 13/01/2014, no disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e o art. 7º da Lei nº 3.163, de 03.07.2003 e consoante as justificativas apresentadas nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO A DÍVIDA, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão de Nota de Empenho, no valor total de R\$ 135.331,86 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e um reais, e oitenta e seis centavos), em favor HEXA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº. 33.452.855/0001-02, referente aos serviços manutenção preventiva e corretiva das unidades de ensino e demais próprios urbanos e rurais desta Secretaria, relativo ao Contrato nº 49/2010. A despesa correrá à conta dos Programas de Trabalho 12.361.6221.3236.0003, Fonte 100, Natureza de Despesa 3.3.90.92, conforme informado pela Gerência de Programação Orçamentária à fl. 1.572 dos autos. Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga – Subsecretária.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A**
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE
MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2014/020.

Contratante: BRB – Banco de Brasília S/A. Contratada: SEAT SISTEMAS ELETRÔNICOS DE ATENDIMENTO LTDA – EPP. Contrato nº: BRB Nº 2014/020. Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 029/2013. Objeto do Contrato: Aquisição e manutenção, em regime de empreitada por preço unitário, de solução tecnológica (hardwares e softwares) para gerenciamento do atendimento ao cliente, a ser implantada nos pontos de atendimento do BRB. Item: 1 – softwares, qtde.: 110 e vlr. unit. R\$443,83; item 2 – manutenção e suporte, qtde.: 110 e vlr. unit. R\$14,36; item 3 – manutenção evolutiva, qtde.: 200 Pontos de Função e vlr. unit. R\$179,27; item 4 – infra-estrutura, qtde.: 110 e vlr. unit. R\$926,19; item 5 – manutenção e suporte da infra-estrutura, qtde.: 110 e vlr. unit. R\$5,50; item 6 – TV 32 polegadas, qtde.: 314 e vlr. unit. R\$666,90; item 7 – manutenção e suporte das TVs, qtde.: 314 e vlr. unit. R\$3,51; item 8 – microcomputadores, qtde.: 314 e vlr. unit. R\$335,61; item 9 – manutenção e suporte dos microcomputadores, qtde.: 314 e vlr. unit. R\$2,46; item 10 – totens, qtde.: 110 e vlr. unit. R\$3.382,67 e item 11 – manutenção e suporte dos totens, qtde.: 110 e vlr. unit. R\$58,87. Contratação decorrente da Ata de Registro de Preços BRB Nº2013/046. Assinatura: 19/03/2014. Vigência: a partir da data da assinatura até 36 meses. Valor Global: R\$1.252.693,70. Signatários: pelo BRB: Flávio Apolinário Alonso Júnior e pela Contratada: Penha Aparecida de Andrade Maass. Executor: Luciano Henn Bernardi. Processo nº: 345/2012.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013/048.

Contratante: BRB - Banco de Brasília S.A. Contratada: EL SHAMMAH INFORMÁTICALTDA - ME. Objeto do contrato: Prestação de serviços de suporte e manutenção para a ferramenta IBM Websphere MQ Series. Objeto do Aditivo: prorrogação do contrato 2013/048, no valor global de R\$ 25.704,00. Vigência: de 01/03/2014 até 28/02/2015. Aditivo firmado em: 28/02/2014. Modalidade: Pregão Eletrônico - 096/2012. Signatários pelo BRB: Sidnei Yokoyama e pela Contratada: Germano Araujo da Silva. Executor: Anibal Barca Gonçalves. Processo nº: 370/2012. Eriel Strieder. Gerente de Área.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2013 – 4ª Publicação
VALIDADE ATÉ 20/06/2014

Contratante: BRB – Banco de Brasília S/A. Contratada: FÁBIO JOSÉ GALVÃO DOS SANTOS – ME; Objeto da ARP: prestação de serviços de engenharia em diversas dependências do BRB conforme anexo III, item 1 do edital; Assinatura: 18/06/2013. Vigência: 12 meses. Valor Global Estimado R\$24.817.091,00. Licitação: Pregão Eletrônico nº 031/2013. Signatários: Pelo BRB: Jorge de Souza Alves e pela Contratada: Fábio José Galvão dos Santos. Executora: Lorena Perez Cabral; Processo: 185/2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2013 – 4ª Publicação
VALIDADE ATÉ 20/06/2014

Contratante: BRB – Banco de Brasília S/A. Contratada: EMIBM ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto da ARP: prestação de serviços de engenharia em diversas dependências do BRB conforme anexo III, itens 2 e 3 do edital; Assinatura: 18/06/2013. Vigência: 12 meses. Valor Global Estimado R\$44.443.146,00; Licitação: Pregão Eletrônico nº 031/2013. Signatários: Pelo BRB: Jorge de Souza Alves e pela Contratada: José Maurício Vieira Barros. Executora: Lorena Perez Cabral. Processo: 185/2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2013 - 2ª Publicação
VALIDADE ATÉ 22/12/2014

Contratante: BRB – Banco de Brasília S/A. Contratada: FOCUS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP. Objeto da ARP: Fornecimento de suprimentos para impressoras, conforme condições e especificações técnicas mínimas constantes do edital e seus anexos, bem como da proposta da contratada (1500 cartuchos de impressão p/ impressão xerox WC3220DN, referência 106R01487, vlr. unit. R\$ 181,00). Assinatura: 19/12/2013. Vigência: 12 meses. Valor Global Estimado R\$ 271.500,00. Licitação: Pregão Eletrônico nº 070/2013. Signatários: Pelo BRB: Marco Aurélio Monteiro de Castro e pela Contratada: Carlos Antônio Moreira Duarte; Executor: Lindolfo Elói Feliz; Processo: 690/2013.

COMISSÃO DE JULGAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO BRB 2014/004.

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o Edital de Credenciamento BRB 2014/001. Objeto: Credenciamento de Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários para a comercialização de títulos de emissão do BRB, conforme especificações do Edital e seus anexos. Local de obtenção do Edital: gratuitamente no site do BRB na Internet www.brb.com.br. Local de Recebimento da documentação: Superintendência Financeira do BRB – SBS, Quadra 1, Bloco E, Ed. Brasília, 8º andar, Brasília/DF – Cep 70072-900. Processo nº 176/2014.

FABIANO DE SOUSA VITORINO
Comissão de JulgamentoBRB DTVM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DIRETORIA BRB DTVM

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A BRB DTVM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para patrocínio à Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública - AGIP, projeto “II Congresso Gaúcho de Previdência” pelo valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), torna público que a Diretoria da BRB DTVM, ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 14/03/2014 com base no caput do artigo 25 da Lei n.º 8.666/93. Parecer DIRAF/SURAF/GEADE – 2014/007. Contrato: 006/2014. Processo: 041.000.222/2014.

ANTÔNIO AILTON DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2014/SDE.

Processo: 370.000.265/2013 – Partes: DISTRITO FEDERAL/ SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X IMAGENS PROMOÇÕES LTDA. Objeto: Prestação de serviços por empresa especializada de organização de eventos e correlatos, sob demanda, abrangendo organização, coordenação e execução. Procedimento: Nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 04/2013/Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e seus anexos, da Ata de Registro de Preços CFN nº 06/2013, da Proposta, da Lei nº 10.520/2002 e da Lei nº 8.666/93. Valor do Contrato: R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) anuais. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 20101, Nota de Empenho: 2014NE00089, de 13/03/2014, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na modalidade Estimativo, sob o Programa de Trabalho 04.122.6001.8517.0062, Fonte de Recurso: 100, Natureza da Despesa: 339039. Vigência: de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura. Data de Assinatura: 14/03/2014. Signatários: Pelo Distrito Federal: Hermano Gonçalves De Souza Carvalho, na qualidade de Secretário de Estado. Pela Contratada: Gisele Marise Parrilla, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 03/2011.

Processo: 370.000.959/2009 – Partes: DISTRITO FEDERAL/SDE X TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. Objeto: Acréscimo de 24,13% (vinte e quatro virgula treze por cento) no valor inicialmente contratado, sendo o valor de R\$ 30.261,31 (trinta mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos), passando a ser o valor total anual contratado de R\$ 155.670,79 (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e setenta e nove centavos), nos termos do § 1º, Inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93. Valor Total do Contrato: R\$ 155.670,79 (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e setenta e nove centavos) anuais. Nota de Empenho: Unidade Orçamentária: 20101, Nota de Empenho: 2014NE00076, de 26/02/2014, no valor de R\$ 17.652,46 (dezessete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos), na modalidade Estimativo, sob o Programa de Trabalho 04126600125572605, Fonte de Recurso 100, Natureza da Despesa 339039. Ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Data de Assinatura: 05/03/2014. Pelo Distrito Federal: Hermano Gonçalves de Souza Carvalho, na qualidade de Secretário de Estado. Pela Contratada: Guilherme Olivieri Caixeta Borges, na qualidade de Sócio.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA**
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Simplificado de Serviços 0010/2014. Partes: CEB DISTRIBUIÇÃO S/A x GIAN ROBERTO CAGNI BRAGGIO. Processo 310-004.032/2013, regido pela Lei nº 8.666/93. Data de Assinatura: 17/02/2014. Objeto: Contratação de Leiloeiro Oficial para realização de leilão público de bens móveis (sucatas, automóveis, materiais e equipamentos inservíveis). Os prazos de execução e vigência serão de 120 (cento e vinte) dias, respectivamente. Condição de Pagamento: O Leiloeiro fará jus à comissão de 5% (cinco por cento), sobre o valor total das vendas cobrado dos arrematantes (Decreto nº 21.981 - artigo 24, § único, de 19 de outubro de 1932). Despesa com publicação: CEB Distribuição. Assinatura pela CEB Distribuição: Cássio Donizete Federighi e pela Contratada: Gian Roberto Cagni Braggio.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO
AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 8445. ASSINATURA: 18/03/2014. PROCESSO Nº 092.009016/2013. Dispensa de Licitação autorizada pela Presidência à fl. 121 e pela Resolução de Diretoria nº 14/2014 à fl. 123 do referido processo com fulcro no art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB. OBJETO: Prestação de serviços de impressão corporativa para atender as necessidades de impressão, cópia, digitalização e transmissão

por fax de documentos da CAESB. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202 PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.126.6004.2557/2634-33.90.39, FONTE DE RECURSOS: Próprios da CAESB, CÓDIGO 11.101.000.000-3. UG: 190.206, GESTÃO: 19.206; EMPENHO Nº 002/2014, DATADO DE: 08/01/2014. VALOR DO EMPENHO/CONTRATO: R\$ 269.999,94. PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos. FISCALIZAÇÃO: Marcilon Manoel de B. Santos, matrícula nº 51.103-7. ASSINANTES: Pela CAESB: Oto Silvério Guimarães Júnior – Presidente e Valkenis dos Santos – Diretor de Gestão. Pela H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA: Marcelo Miranda Santos.

EXTRATO DE ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 8084/2011, publicado no DODF em 01/03/2011. ASSINATURA: 28/02/2014. ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS. PREÇO/VALOR: Fica acrescida ao valor do Contrato nº 8084/2011 para o LOTE 03, a quantia de R\$ 1.737.499,20 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos). EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. GARANTIA: Caução de 5% (cinco por cento) do valor ora aditado. ASSINANTES: Pela CAESB: Oto Silvério Guimarães Júnior – Presidente e Valkenis dos Santos – Diretor de Gestão. Pela firma MEMORA PROCESSOS INOVADORES LTDA: José Marcos de Paiva.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A CAESB torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 06/2014, processo 092.006452/2013, cujo objeto é aquisição de antracito. Empresa vencedora: VERMONT SANEAMENTO E HIDRÁULICA LTDA, CNPJ: 00.305.097/0001-40, lote adjudicado 01, Valor total: R\$ 34.000,00.

PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

Processo: 060.007.517/2013. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 0333/2013. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 333/2013A-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a CENTRAL ORTOPÉDICA LTDA. CNPJ 02.293.041/0001-49. OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar. ITENS ADJUDICADOS: 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 21, 22 e 23. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 152.490,00. DATA DA ASSINATURA: 20/03/2014. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA; pela Empresa BOBY FLEURY DE CAMPOS. TESTEMUNHAS: JULIANA CAVALCANTI DE CARVALHO e ALDA SOUZA RODRIGUES.

Processo: 060.007.517/2013. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 0333/2013. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 333/2013C-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a ORTOPEDIA BRASIL LTDA., CNPJ 05.477.107/0001-49. OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar. ITENS ADJUDICADOS: 04 e 20. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 1.105.740,00. DATA DA ASSINATURA: 20/03/2014. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA; pela Empresa WANDER SARAIVA DE CARVALHO. TESTEMUNHAS: JULIANA CAVALCANTI DE CARVALHO e ALDA SOUZA RODRIGUES.

Processo: 060.000.713/2013. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 0006/2014. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 006/2014A-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a CASA DA QUÍMICA LTDA - EPP. CNPJ 05.823.296/0001-64. OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar. ITENS ADJUDICADOS: 03. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 162.000,0000. DATA DA ASSINATURA: 20/03/2014. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA; pela Empresa ROBERTA AYUB ALVES CARDOSO. TESTEMUNHAS: JULIANA CAVALCANTI DE CARVALHO e ALDA SOUZA RODRIGUES.

Processo: 060.016.248/2012. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 0067/2014. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 067/2014B-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a DMI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-ME. CNPJ 37.109.097/0001-85. OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar. ITENS ADJUDICADOS: 02, 03, 04 e 05. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 152.490,00. DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA; pela Empresa JORGE LUIZ CARAMORI. TESTEMUNHAS: JULIANA CAVALCANTI DE CARVALHO e ALDA SOUZA RODRIGUES.

As Atas, na íntegra, encontram-se disponibilizadas na Diretoria de Contratos e Convênios/SUAG/SES.

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Subsecretário da Subsecretaria de Administração Geral autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 376/2013, processo 0060-013527/2012, cujo objeto é a contratação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF – APAE/DF para execução de exames

de triagem da gestante em papel filtro em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF – APAE/DF, no valor de R\$ 10.654.800,00 (dez milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais) conforme especificado no Projeto Básico às fls. 574/580 dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso XX da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 14 de março de 2014, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de março de 2014. Rafael de Aguiar Barbosa - Secretário de Estado.

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Terceiro Termo de Apostilamento ao Convênio nº 015/2012-SES. CONVENIENTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, A FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC) mantenedor do CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SENAC – Taguatinga e Plano Piloto. OBJETO: fixar o valor da contrapartida a cargo do mantenedor, referente à efetiva execução do estágio no 1º semestre de 2013 no valor de R\$ 31.024,68 (trinta e um mil e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), conforme Planilha de Apuração de Contribuição (fls. 1.034/1.042 e 1.044 – Processo nº 064.000.377/2011-Fepecs). DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FEPECS. A FEPECS e CONTRATADA sujeitar-se-ão às normas da Lei nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais. DATA DE ASSINATURA: 06/01/2014. PELA SES: ELIAS FERNANDO MIZIARA e PELA FEPECS: MARIA DILMA ALVES TEODORO. PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: ADELMIR ARAUJO SANTANA.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2014

A Subsecretaria de Administração Geral/SES-DF comunica a abertura da Dispensa de Licitação nº 109/2014-Núcleo de Judicialização/SES, tipo menor preço, em caráter emergencial, para aquisição de serviço – Internação Compulsória. Procedimento ocorrerá nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Termo de Referência – DISAM/SAS/SES. Processo no 060-005.564/2012. O recebimento das propostas juntamente com as documentações originais ou cópias autenticadas em envelope lacrado, será até às 17h00min, do dia 21 de Março de 2014. Endereço: Setor Áreas Isoladas Norte – Parque Rural S/N, Térreo, Sala 45 (Núcleo de Judicialização) – Brasília/DF – CEP 70.770-200. Maiores informações no mural da sede da SES.

TÚLIO RORIZ FERNANDES
Subsecretário

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2014

A Subsecretaria de Administração Geral/SES-DF comunica a abertura da Dispensa de Licitação nº 110/2014-Núcleo de Judicialização/SES, tipo menor preço, em caráter emergencial, para aquisição de serviço – Internação Compulsória. Procedimento ocorrerá nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Termo de Referência – DISAM/SAS/SES. Processo no 060-014.456/2013. O recebimento das propostas juntamente com as documentações originais ou cópias autenticadas em envelope lacrado, será até às 17h00min, do dia 21 de Março de 2014. Endereço: Setor Áreas Isoladas Norte – Parque Rural S/N, Térreo, Sala 45 (Núcleo de Judicialização) – Brasília/DF – CEP 70.770-200. Maiores informações no mural da sede da SES.

TÚLIO RORIZ FERNANDES
Subsecretário

AVISO DE CONVOCAÇÃO.

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso X, do Artigo 2º, da Portaria nº 116, de 1º de setembro de 2005, publicada no DODF nº 169, de 05 de setembro de 2005, CONVOCA as empresas abaixo relacionadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, para assinatura das Ata de Registro de Preço nº 049 e 084/2014, no prazo de 03 (três) dias a contar desta publicação, comparecendo no SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Prédio da Emater - Asa Norte - Bloco "A", SUAG, CEP 70.770-200:

- 1) ATANº 049/2014, Processo 060.004.109/2012 – FUSAO SOLUCOES PARA MEDICINA LTDA.
- 2) ATANº 084/2014, Processo 060.015.319/2012 – LABORATORIOS B. BRAUN S.A.

TULIO RORIZ FERNANDES

DIRETORIA DE ANÁLISE PROSPECÇÃO E AQUISIÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2014.

A Diretoria de Análise Prospecção e Aquisições, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal comunica a abertura da Dispensa de Licitação, EMERGENCIAL, referente à Contratação EMERGENCIAL de empresa especializada para a prestação dos serviços fornecimento de OXIGÊNIO LÍQUIDO, nos termos da Lei nº 8.666/93, processo nº 0060-009785/2013-SES-DF. O recebimento das propostas juntamente com as documentações em envelope lacrado será até as 16 h do dia 24 de março de 2014. Endereço: Diretoria de Análise, Prospecção e Aquisições/SUAG/SES-DF no Setor de Áreas Isoladas Norte – SAIN Parque Rural s/nº – Bloco A – 1º andar, sala 113/117– Brasília/DF – CEP 70.700-000. O ato convocatório está disponível na Diretoria de Análise, Prospecção e Aquisições – DAPA.

GUILHERME FRANCISCO GUIMARÃES
Diretor

CENTRAL DE COMPRAS

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 146/2014.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material de consumo (Cateter para Oximetria Venosa central Triplo Lúmen Presep, Cateter Duplo Lúmen de Acesso Venoso Central Infantil, Adulto e Neonatal), em Sistema de Registro de Preços para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.003.878/2013. Total de Itens Licitados: 07. Valor Total Estimado: R\$ 10.164.200,00. Edital: 21/03/2014 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2014 às 8h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/04/2014 às 10:00 h no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: www.comprasnet.gov.br ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

JANET GOMES DOS SANTOS ALENCAR

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 147/2014.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de seringa para bomba injetora (200ml), tubos conectores espiralados e linha segura do paciente com válvula anti-refluxo, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.011.390/2009. Total de Itens Licitados: 03. Valor Total Estimado: R\$ 2.130.120,00. Edital: 21/03/2014 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2014 às 8h no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/04/2014 às 08h30m no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: www.comprasnet.gov.br ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO

Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 104/2014.

A PREGOEIRA DA CENTRAL DE COMPRAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, comunica que, no Pregão Eletrônico por SRP nº 104/2014, sagrou-se vencedora do certame a empresa: SANOFIAVENTIS COMERCIAL E LOGISTICA LTDA, CNPJ: 13.094.578/0001-04, para o itens 01, 02 e 03 com os respectivos valores unitários de R\$ 16,48, R\$ 10,75 e R\$ 6,95, perfazendo o valor total global da licitação de R\$ 8.990.400,00.

ÉRICA NEGRYS OLIVEIRA SANTOS

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – ESCS

EDITAL Nº 3 – VESTIBULAR ESCS 2014, DE 20 DE MARÇO DE 2014

VESTIBULAR DE 2014

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – ESCS, mantida pela FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS, no uso de suas atribuições regimentais, torna público que em razão de erro sistêmico na associação das máscaras das provas de redação aos respectivos candidatos e de que tal erro ocasionou a atribuição de notas trocadas nas provas de redação, e com fundamento na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, resolve anular o resultado final na prova de redação e o resultado final no vestibular destinado a selecionar candidatos para vagas nos cursos de graduação em Medicina e em Enfermagem, tornando sem efeito esses resultados constantes do Edital nº 2 – Vestibular ESCS 2014, de 10 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 33, de 12 de fevereiro de 2014, páginas 85 a 89. Em razão do exposto acima, torna públicos a ratificação do resultado final nas provas objetivas, bem como o resultado final na prova de redação e o resultado final no vestibular, devidamente retificados.

1 DO RESULTADO FINAL NAS PROVAS OBJETIVAS, NA PROVA DE REDAÇÃO E NO VESTIBULAR 1.1 Resultado final nas provas objetivas, na prova de redação e no vestibular, na seguinte ordem: curso, sistema, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final do vestibular, nota final nas provas objetivas, nota final na prova de redação, nota final no vestibular e classificação final no vestibular.

1.1.1 ENFERMAGEM 1.1.1.1 SISTEMA UNIVERSAL 10001841, Emilia Cruz da Cunha, 78.00, 8.55, 86.55, 1 / 10007045, Carla Luana Neres de Barros, 76.00, 8.60, 84.60, 2 / 10003083, Clara Martins de Oliveira, 67.00, 6.96, 73.96, 3 / 10009030, Madalena Braga, 61.00, 9.77, 70.77, 4 / 10001183, Laiz Fraga de Aguiar, 62.00, 8.72, 70.72, 5 / 10000528, Ariadne Soares Moraes Silva, 60.00, 9.78, 69.78, 6 / 10001967, Luiz Pereira da Silva, 57.00, 9.80, 66.80, 7 / 10001955, Geovana Carolina Gomes Nazareno, 59.00, 7.67, 66.67, 8 / 10001341, Mateus Lopes do Nascimento, 58.00, 8.53, 66.53, 9 / 10004501, Marina Regis Lopes Hugo, 59.00, 7.10, 66.10, 10 / 10009459, Isabella Carvalho Pires Oliveira, 57.00, 8.14, 65.14, 11 / 10006368, Allan Willis Albermaz Vasconcellos, 57.00, 7.85, 64.85, 12 / 10010212, Lara Lorrane dos Santos, 57.00, 7.84, 64.84, 13 / 10003359, Eduardo Santos Cordeiro, 56.00, 8.44, 64.44, 14 / 10007298, Rafaela dos Santos Brito, 57.00, 7.14, 64.14, 15 / 10008434, Laura Giovanini Lopes, 55.00, 9.11, 64.11, 16 / 10007310, Henrique Salomao Gomes da Silva, 54.00, 9.95, 63.95, 17 / 10005112, Carine Machado Pereira, 56.00, 7.80, 63.80, 18 / 10007230, Gabriela de Alencar Veiga, 56.00, 7.31, 63.31, 19 / 10004540,

Bruno Bastos dos Santos, 54.00, 9.15, 63.15, 20 / 10003373, Breno Igor Cortez Gomes, 53.00, 9.84, 62.84, 21 / 10003937, Yvna de Felice Lima, 55.00, 7.39, 62.39, 22 / 10005121, Deborah Bezerra Naves, 54.00, 8.16, 62.16, 23 / 10004896, Tayara Collins Nunes, 53.00, 9.07, 62.07, 24 / 10009849, Flavia Lourenca de Almeida, 54.00, 7.31, 61.31, 25 / 10008404, Jullyana Rebeca Costa Lemos, 52.00, 9.11, 61.11, 26 / 10004322, Tatiana Bezerra Alencar, 53.00, 8.03, 61.03, 27 / 10007124, Karina Borela Mesquita, 54.00, 6.90, 60.90, 28 / 10002446, Paulo Henrique Nunes Dourado, 52.00, 8.82, 60.82, 29 / 10000780, Margarida Rodrigues Matsumoto, 53.00, 7.32, 60.32, 30 / 10010238, Ingrid Eline Assuncao Santos, 52.00, 8.16, 60.16, 31 / 10009301, Barbara Natalia Ferreira Vilas Boas, 52.00, 7.82, 59.82, 32 / 10001559, Karen Costa Souza, 52.00, 7.72, 59.72, 33 / 10011095, Aurinete Aparecida Rodrigues de Almeida, 52.00, 7.61, 59.61, 34 / 10008566, Aline dos Santos Costa, 52.00, 7.60, 59.60, 35 / 10008861, Lucas Teles Meneses, 52.00, 7.58, 59.58, 36 / 10000719, Luciana Stephane Fernandes Assuncao, 52.00, 7.47, 59.47, 37 / 10010398, Rebeca Aguiar de Carvalho, 52.00, 7.34, 59.34, 38 / 10007671, Alice Rodrigues do Nascimento, 50.00, 9.18, 59.18, 39 / 10006413, Ianne Araujo Sales, 50.00, 8.94, 58.94, 40 / 10010897, Daniela Lima dos Santos, 51.00, 7.70, 58.70, 41 / 10003181, Mayara Nunes Patricio, 49.00, 9.63, 58.63, 42 / 10004613, Ketlen Cordeiro dos Santos Louza, 49.00, 8.87, 57.87, 43 / 10004676, Walkyria Poddis Busquim e Silva, 50.00, 7.81, 57.81, 44 / 10009646, Yanna Mirtys Vieira Melo, 50.00, 7.63, 57.63, 45 / 10003637, Leticia da Costa Gentil Rios, 50.00, 7.63, 57.63, 46 / 10003564, Andressa Lorrana de Jesus, 49.00, 8.54, 57.54, 47 / 10004944, Thais Alves Silva, 48.00, 9.41, 57.41, 48 / 10001192, Amanda Luiza Rodrigues dos Santos, 49.00, 8.37, 57.37, 49 / 10000123, Jarlisson Santana Grimaldi de Oliveira, 50.00, 7.34, 57.34, 50 / 10007561, Rebeca Maria Pergentino do Nascimento, 49.00, 8.29, 57.29, 51 / 10003198, Bruna Fernandes Ferreira, 50.00, 7.23, 57.23, 52 / 10010700, Beatriz Calacia de Oliveira, 50.00, 7.02, 57.02, 53 / 10005247, Larissa Sena Farias da Silva, 49.00, 7.94, 56.94, 54 / 10009426, Andressa Mota Dias, 49.00, 7.91, 56.91, 55 / 10010829, Thuany Adorno Rezende, 49.00, 7.88, 56.88, 56 / 10006388, Joana Laura Barcelos Silva, 48.00, 8.81, 56.81, 57 / 10010285, Laura Maria Goncalves Vieira, 49.00, 7.66, 56.66, 58 / 10001542, Camilla Nunes Magalhaes, 49.00, 7.62, 56.62, 59 / 10004126, Catharine Moraes Lopes, 49.00, 7.47, 56.47, 60 / 10009596, Isabelle Bastos de Oliveira, 49.00, 7.42, 56.42, 61 / 10007225, Ana Beatriz Machado Dalmeida, 49.00, 7.29, 56.29, 62 / 10008359, Lia Couto Simoes, 48.00, 8.24, 56.24, 63 / 10006808, Brenda Limeira Martins, 48.00, 8.07, 56.07, 64 / 10001634, Lauane Pereira de Sousa, 47.00, 9.01, 56.01, 65 / 10003392, Mayellen Carvalho Pimentel, 48.00, 7.79, 55.79, 66 / 10006637, David Rarefe Oliveira Reis, 46.00, 9.78, 55.78, 67 / 10004750, Priscila da Silva Alves, 47.00, 8.62, 55.62, 68 / 10009099, Hannyele Cristina dos Reis Alves Costa, 48.00, 7.39, 55.39, 69 / 10010213, Raquel Reis Leal, 49.00, 6.37, 55.37, 70 / 10003930, Allice Ferreira Lopes, 48.00, 7.03, 55.03, 71 / 10002915, Mirella Januaria Braga, 46.00, 8.97, 54.97, 72 / 10002089, Lorena Evelyn Lima Gomes, 47.00, 7.91, 54.91, 73 / 10010959, Clarissa Fernandes Matsunaga, 45.00, 9.90, 54.90, 74 / 10001470, Luan Henrique Ferreira Cavalcante Frausino, 47.00, 7.84, 54.84, 75 / 10011079, Kerolaine Maria Ribeiro dos Santos, 47.00, 7.68, 54.68, 76 / 10006422, Rayriheidy Fiuza Braga Pires de Melo, 47.00, 7.59, 54.59, 77 / 10002064, Giovana Maira Reis Bezerra, 47.00, 7.42, 54.42, 78 / 10005322, Jessica Silva Soares, 49.00, 5.33, 54.33, 79 / 10000568, Karine Silva Biliu, 47.00, 7.22, 54.22, 80 / 10005667, Joao Paulo Alves Claro, 46.00, 8.19, 54.19, 81 / 10006167, Walessa Carvalho Gomes, 45.00, 9.19, 54.19, 82 / 10008485, Ricardo Jose Moraes dos Santos, 46.00, 8.01, 54.01, 83 / 10004621, Elpidio Antonio Souza Neto, 49.00, 4.87, 53.87, 84 / 10005092, Tainara Silva Lima do Nascimento, 44.00, 9.80, 53.80, 85 / 10008686, Ingrid Talita Oliveira da Silva, 48.00, 5.77, 53.77, 86 / 10009826, Sarah Julia dos Santos Ramos, 44.00, 9.68, 53.68, 87 / 10005184, Anna Marina Reis da Silva, 46.00, 7.67, 53.67, 88 / 10003714, Talita Ferreira de Paiva, 47.00, 6.51, 53.51, 89 / 10004142, Talita Rocha da Silva, 46.00, 7.39, 53.39, 90 / 10005405, Renata de Sousa Santos, 46.00, 7.34, 53.34, 91 / 10009617, Roniclea dos Santos Almeida, 46.00, 7.30, 53.30, 92 / 10000377, Milane Franca Neves Silva, 46.00, 7.26, 53.26, 93 / 10005071, Rafaella Nery de Sousa Gonçalves, 46.00, 7.22, 53.22, 94 / 10010980, Pamela Duarte Martins, 46.00, 7.20, 53.20, 95 / 10000789, Robinson Paiva da Silva Junior, 47.00, 6.10, 53.10, 96 / 10009146, Marina Casseb Ferraz Saavedra Dias, 45.00, 8.07, 53.07, 97 / 10010122, Debora Gomes Vasconcelos, 44.00, 9.07, 53.07, 98 / 10002817, Camila Antunes Guedes, 44.00, 9.07, 53.07, 99 / 10003594, Katlyn Pereira de Souza Lima, 46.00, 7.06, 53.06, 100 / 10001318, Barbara Teixeira Rocha, 46.00, 7.03, 53.03, 101 / 10005692, Maria Daniella Lima Martins, 45.00, 8.03, 53.03, 102 / 10007457, Suzane Silva Sa Coelho, 46.00, 7.00, 53.00, 103 / 10002394, Ronaldo Carneiro Ferreira Junior, 47.00, 5.94, 52.94, 104 / 10003303, Tiago Goncalves Correa, 44.00, 8.88, 52.88, 105 / 10007602, Luciana Lopes Ribeiro, 46.00, 6.64, 52.64, 106 / 10004572, Edith Fernanda Alves da Silva, 44.00, 8.63, 52.63, 107 / 10001444, Fuvia Esteves Rocha, 44.00, 8.61, 52.61, 108 / 10007859, Luiza Andrea Mangabeira da Costa, 46.00, 6.43, 52.43, 109 / 10001493, Ana Carolina Rosas Py, 44.00, 8.07, 52.07, 110 / 10009514, Ana Carolina Costa dos Santos, 44.00, 7.87, 51.87, 111 / 10005027, Elizabete Lima Monteiro dos Santos Melo, 44.00, 7.79, 51.79, 112 / 10003873, Aline Araujo da Silva, 42.00, 9.40, 51.40, 113 / 10008693, Deborah Figueira Ramos, 44.00, 7.36, 51.36, 114 / 10005025, Camille Andrzejewski da Silva, 42.00, 9.05, 51.05, 115 / 10005790, Roberto Rogelio Ferreira de Menezes Filho, 43.00, 8.03, 51.03, 116 / 10002059, Nathalia Freitas Mendonca, 43.00, 8.00, 51.00, 117 / 10001928, Marcelene Soares Farias, 43.00, 7.89, 50.89, 118 / 10007269, Larissa de Assis Ferreira, 41.00, 9.80, 50.80, 119 / 10000367, Wanubya de Brito Aquino, 43.00, 7.74, 50.74, 120 / 10000517, Giselle Sousa de Carvalho, 41.00, 9.73, 50.73, 121 / 10009174, Gabriel Bravo de Araujo, 43.00, 7.69, 50.69, 122 / 10004752, Pollyanna Ferreira de Melo, 44.00, 6.53, 50.53, 123 / 10003815, Carolina Patricio Preusse, 44.00, 6.51, 50.51, 124 / 10001609, Ruth da Silva Freires, 44.00, 6.18, 50.18, 125 / 10009478, Luis Eduardo de Oliveira Carvalho, 41.00, 9.14, 50.14, 126 / 10003288, Beatriz Domingues dos Passos, 42.00, 8.12, 50.12, 127 / 10001092, Nathalia Souza Martins, 43.00, 7.10, 50.10, 128 / 10002449, Leonardo Vasconcelos de Oliveira, 43.00, 7.07, 50.07, 129 / 10002249, Jaqueline Barbosa de Abreu, 42.00, 7.98, 49.98, 130 / 10008316, Augusta Rodrigues de Santana, 45.00, 4.93, 49.93, 131 / 10006218, Barbara Esteves Pereira, 43.00, 6.91, 49.91, 132

/ 10006866, Karoly Thais Espindula, 41.00, 8.72, 49.72, 133 / 10000807, Adriene Cristiane Lara, 44.00, 5.71, 49.71, 134 / 10005345, Michely Emilia Franca Pereira, 42.00, 7.60, 49.60, 135 / 10001682, Anna Gabriella Lamoglia, 42.00, 7.58, 49.58, 136 / 10002493, Paula Papa Dias, 41.00, 8.49, 49.49, 137 / 10009060, Izabella Macedo Galvao, 42.00, 7.46, 49.46, 138 / 10005066, Bruna Rodrigues Pereira de Vasconcelos, 42.00, 7.45, 49.45, 139 / 10004308, Rayane Xavier de Medeiros, 40.00, 9.20, 49.20, 140 / 10002005, Ingrid Ribeiro Soares da Mata, 42.00, 7.12, 49.12, 141 / 10000967, Juliana de Albuquerque Medeiros, 42.00, 6.98, 48.98, 142 / 10008980, Luciana Adalgisa Firmino, 41.00, 7.97, 48.97, 143 / 10009803, Greicy Mendes dos Santos Franca, 43.00, 5.95, 48.95, 144 / 10006460, Jose Mateus Fernandes Gomes, 43.00, 5.90, 48.90, 145 / 10009758, Miriam da Silva Mendes, 42.00, 6.84, 48.84, 146 / 10008697, Gustavo Alves do Nascimento, 41.00, 7.74, 48.74, 147 / 10000524, Luis Antonio Lopes Fagundes de Lima, 42.00, 6.72, 48.72, 148 / 10001386, Paulo Henrique de Freitas Assis, 41.00, 7.52, 48.52, 149 / 10008317, Mayara Rodrigues Bezerra, 41.00, 7.43, 48.43, 150 / 10009084, Ana Carolina de Vasconcelos Tobio, 41.00, 7.41, 48.41, 151 / 10005232, Dally Lorrany Ferreira Sousa, 41.00, 7.34, 48.34, 152 / 10010911, Katharine Nayara Alves dos Santos, 39.00, 9.11, 48.11, 153 / 10003486, Marielle Dornelas Melo, 41.00, 6.97, 47.97, 154 / 10001686, Samara Gomes Barbosa, 41.00, 6.80, 47.80, 155 / 10003481, Victoria Vogado Gomes de Alcantara, 39.00, 8.79, 47.79, 156 / 10004406, Stefania das Gracas Sousa de Campos, 40.00, 7.66, 47.66, 157 / 10001439, Ludmila Ellen Santana dos Reis, 40.00, 7.57, 47.57, 158 / 10004019, Tailiny Stefani da Nobrega Lima, 39.00, 8.54, 47.54, 159 / 10003817, Maisa Muniz Duraes, 41.00, 6.49, 47.49, 160 / 10008293, Lorrany Pimentel da Silva, 42.00, 5.35, 47.35, 161 / 10008065, Janaina Nobrega de Freitas Queiroz, 40.00, 7.19, 47.19, 162 / 10007773, Jessica Janaira Costa Marques, 41.00, 6.14, 47.14, 163 / 10007331, Natalia dos Anjos Guimaraes, 38.00, 9.07, 47.07, 164 / 10004759, Danielly Ferreira Nogueira de Assuncao, 40.00, 7.02, 47.02, 165 / 10001595, Mariana Stephanie da Silva Santos, 38.00, 8.88, 46.88, 166 / 10000269, Ana Heloiza Granja Avelino, 40.00, 6.84, 46.84, 167 / 10006658, Vanessa Cristina de Sa, 42.00, 4.80, 46.80, 168 / 10005677, Mariana Oliveira Gomes, 38.00, 8.79, 46.79, 169 / 10000735, Sillas Mariano da Silva, 39.00, 7.73, 46.73, 170 / 10003992, Joao Paulo Oliveira de Paula, 39.00, 7.69, 46.69, 171 / 10008472, Iana Almeida de Andrade, 37.00, 9.64, 46.64, 172 / 10001102, Leilane Medeiros de Aquino Vanderlei, 39.00, 7.55, 46.55, 173 / 10001613, Larissa de Araujo Nascimento, 39.00, 7.44, 46.44, 174 / 10003417, Silvana Batista Veloso, 41.00, 5.36, 46.36, 175 / 10007631, Caroline Loyanne de Elias Barros, 38.00, 8.33, 46.33, 176 / 10003455, Rosa da Silva Santos, 40.00, 6.33, 46.33, 177 / 10007750, Jean Carlos Moura Rodrigues, 40.00, 6.29, 46.29, 178 / 10006770, Alana Caroline da Silva Rosa, 37.00, 9.24, 46.24, 179 / 10000994, Walesca Ramos de Oliveira, 39.00, 7.10, 46.10, 180 / 10003444, Rafael Feitosa de Lacerda, 39.00, 7.09, 46.09, 181 / 10006778, Kamilla Lopes Rodrigues, 38.00, 8.04, 46.04, 182 / 10000870, Douglas Gomes Camargos de Medeiros, 39.00, 6.93, 45.93, 183 / 10005978, Carla Jamille de Araujo Dantas, 37.00, 8.92, 45.92, 184 / 10000858, Gabriela Pereira Dourado, 40.00, 5.90, 45.90, 185 / 10002491, Andresa Cristina Lima da Silva, 40.00, 5.89, 45.89, 186 / 10008256, Edgar Rodrigues Lombre, 39.00, 6.86, 45.86, 187 / 10008524, Fernanda Abreu Pereira da Silva, 39.00, 6.85, 45.85, 188 / 10004804, Magno Barbosa de Souza, 38.00, 7.71, 45.71, 189 / 10007026, Jennifer Rodrigues Bonfim, 37.00, 8.50, 45.50, 190 / 10008361, Aryane Carneiro Barbosa, 41.00, 4.48, 45.48, 191 / 10008192, Joarlisson da Silva Rodrigues, 38.00, 7.48, 45.48, 192 / 10008884, Tirza Nathalia Leite Dias, 37.00, 8.44, 45.44, 193 / 10006335, Stefannie Lorrane Soares de Cerqueira, 38.00, 7.40, 45.40, 194 / 10009455, Barbara Pereira Costa Fonseca, 36.00, 8.88, 44.88, 195 / 10009589, Lenaria Noely Alcantara Araujo Silva, 37.00, 7.56, 44.56, 196 / 10008210, Tamires Mirelle dos Santos, 38.00, 6.45, 44.45, 197 / 10006662, Vanessa Aparecida de Magalhaes, 38.00, 6.42, 44.42, 198 / 10009237, Debora Ferreira dos Reis, 37.00, 7.32, 44.32, 199 / 10006832, Beatriz Garcia Santana, 38.00, 6.31, 44.31, 200 / 10006070, Danielle Cristine da Silva Sousa, 37.00, 7.31, 44.31, 201 / 10002174, Wagner da Silva Rabelo, 39.00, 5.16, 44.16, 202 / 10008613, Bruna Vieira Santos, 39.00, 5.14, 44.14, 203 / 10006554, Sarah Elen Alves dos Santos, 37.00, 7.14, 44.14, 204 / 10003807, Neiliane Sales Rodrigues, 38.00, 6.01, 44.01, 205 / 10010648, Rayra Ribeiro Camargo, 38.00, 5.93, 43.93, 206 / 10002934, Isadora Barreira da Rocha, 37.00, 6.89, 43.89, 207 / 10006675, Vanderlucia dos Santos Silva, 38.00, 5.84, 43.84, 208 / 10000557, Gedalias Justo de Lima, 37.00, 6.82, 43.82, 209 / 10005337, Lia Rebeca Melo de Moraes, 36.00, 7.74, 43.74, 210 / 10001692, Thais Monalisa Alves do Amaral, 35.00, 8.66, 43.66, 211 / 10002313, Luana Teixeira de Oliveira, 36.00, 7.60, 43.60, 212 / 10003711, Jackeline Oliveira Ferreira, 36.00, 7.14, 43.14, 213 / 10000428, Camila Alves de Avila, 36.00, 7.07, 43.07, 214 / 10001980, Anoides Freire da Silva, 37.00, 5.93, 42.93, 215 / 10000053, Jaciane Lopes da Silva, 37.00, 5.91, 42.91, 216 / 10009148, Adriana Jose Araujo, 34.00, 8.90, 42.90, 217 / 10003591, Wanderlice Antonia dos Santos, 38.00, 4.86, 42.86, 218 / 10002684, Eliane Joaquina de Jesus, 37.00, 5.76, 42.76, 219 / 10002325, Cleuma Correia da Silva, 35.00, 7.74, 42.74, 220 / 10003367, Denise Eloar Ferreira de Sousa, 34.00, 8.68, 42.68, 221 / 10004632, Rebeca Costa dos Reis, 36.00, 6.56, 42.56, 222 / 10006505, Taiane Bernardes Teixeira, 35.00, 7.24, 42.24, 223 / 10009761, Cinthya Leane da Silva Barbosa, 37.00, 5.18, 42.18, 224 / 10001314, Mariana Albuquerque Castelo Branco, 34.00, 8.06, 42.06, 225 / 10007871, Erika Gilmara de Jesus Soares, 35.00, 6.88, 41.88, 226 / 10008432, Lara Manoela de Sousa Sampaio, 35.00, 6.78, 41.78, 227 / 10009231, Bruna de Queiroz Cursino, 36.00, 5.73, 41.73, 228 / 10004736, Vanessa Mendes de Carvalho, 36.00, 5.73, 41.73, 229 / 10003411, Michele Viana Santos, 34.00, 7.64, 41.64, 230 / 10010253, Talita Emily de Oliveira Vieira, 33.00, 8.59, 41.59, 231 / 10008617, Thais Rego Milhomem de Sousa, 34.00, 7.46, 41.46, 232 / 10009419, Lucilia Pereira dos Santos Silva, 35.00, 6.44, 41.44, 233 / 10010220, Raquel dos Santos Silva, 35.00, 6.41, 41.41, 234 / 10002932, Lethicia Nayara de Moraes Paula, 33.00, 8.21, 41.21, 235 / 10006090, Luis Henrique Caldas da Silva, 33.00, 8.03, 41.03, 236 / 10002114, Guilherme Oliveira de Deus, 32.00, 8.81, 40.81, 237 / 10003478, Ana Julya Barboza Rios, 34.00, 6.77, 40.77, 238 / 10003772, Karina Pinho Gonçalves da Silva, 32.00, 8.21, 40.21, 239 / 10000238, Wemerson Rodrigues de Jesus, 33.00, 7.19, 40.19, 240 / 10001071, Sueli de Oliveira Ferraz, 35.00, 4.99, 39.99, 241 / 10010662, Andeclélia Maria Rosa Ribeiro,

35.00, 4.96, 39.96, 242 / 10010313, Patricia Nardi de Oliveira Mangabeira, 33.00, 6.69, 39.69, 243 / 10004109, Cintia Alves de Souza, 33.00, 6.42, 39.42, 244 / 10003834, Maria Caroline Santos Gomes, 32.00, 7.31, 39.31, 245 / 10009236, Irismar Alves da Silva Lisboa, 33.00, 6.11, 39.11, 246 / 10002083, Kriscia Emily de Almeida Avelino, 33.00, 6.11, 39.11, 247 / 10005973, Amanda Ribeiro Gomes, 34.00, 5.04, 39.04, 248 / 10001812, Nathalia Souza da Silva, 33.00, 5.97, 38.97, 249 / 10000359, Millene da Silva Mendes, 30.00, 8.91, 38.91, 250 / 10001389, Laiane Ferreira dos Santos, 34.00, 4.88, 38.88, 251 / 10007308, Ana Celia Soares, 32.00, 6.57, 38.57, 252 / 10008539, Diego Silva Santos Rocha, 31.00, 7.43, 38.43, 253 / 10000846, Rafaela Gontijo Pessoa Melo, 32.00, 6.40, 38.40, 254 / 10007765, Alessandra Renata Farias de Mello, 31.00, 7.16, 38.16, 255 / 10005055, Malu Thaina Joazeiro da Silva, 31.00, 6.87, 37.87, 256 / 10004861, Iara Monteiro da Silva, 30.00, 7.83, 37.83, 257 / 10009987, Gabrielly Rodrigues de Souza, 31.00, 6.51, 37.51, 258 / 10000353, Jaciane Araujo Ferreira de Souza, 31.00, 6.32, 37.32, 259 / 10001270, Luanna Luiza Melo Cordeiro, 30.00, 6.56, 36.56, 260 / 10007439, Hiagor Bruno Ferreira, 30.00, 6.53, 36.53, 261 / 10008784, Ariane Silva de Oliveira, 30.00, 6.50, 36.50, 262 / 10000526, Arthur Araujo, 28.00, 7.94, 35.94, 263 / 10008126, Valeria do Nascimento Chaves, 29.00, 6.19, 35.19, 264 / 10003220, Nayane Celestino da Silva, 27.00, 7.57, 34.57, 265 / 10000960, Enilmar Mendes dos Reis Silva, 29.00, 5.54, 34.54, 266 / 10009386, Clebia Maria Jacinto Alves, 32.00, 2.51, 34.51, 267 / 10009259, Barbara Vanina Arantes, 28.00, 6.38, 34.38, 268 / 10007107, Joana Santana Soares, 29.00, 4.19, 33.19, 269 / 10008647, Andrea da Silva, 26.00, 7.08, 33.08, 270 / 10001113, Pamela Patricia Vaz Rodrigues, 25.00, 5.52, 30.52, 271 / 10000338, Gleisiane Silva Anselmo, 23.00, 6.76, 29.76, 272 / 10010437, Francilene Batista de Souza Farias, 25.00, 2.79, 27.79, 273 / 10008579, Irene Nunes dos Santos, 25.00, 2.16, 27.16, 274. - ENFERMAGEM 1.1.1.2 SISTEMA DE COTAS / 0001967, Luiz Pereira da Silva, 57.00, 9.80, 66.80, 1 / 10001341, Mateus Lopes do Nascimento, 58.00, 8.53, 66.53, 2 / 10000780, Margarida Rodrigues Matsumoto, 53.00, 7.32, 60.32, 3 / 10008566, Aline dos Santos Costa, 52.00, 7.60, 59.60, 4 / 10008861, Lucas Teles Meneses, 52.00, 7.58, 59.58, 5 / 10004613, Ketlen Cordeiro dos Santos Louza, 49.00, 8.87, 57.87, 6 / 10009646, Yanna Mirtys Vieira Melo, 50.00, 7.63, 57.63, 7 / 10004944, Thais Alves Silva, 48.00, 9.41, 57.41, 8 / 10004750, Priscila da Silva Alves, 47.00, 8.62, 55.62, 9 / 10006422, Rayriheydy Fiuzza Braga Pires de Melo, 47.00, 7.59, 54.59, 10 / 10005667, Joao Paulo Alves Claro, 46.00, 8.19, 54.19, 11 / 10006167, Walessa Carvalho Gomes, 45.00, 9.19, 54.19, 12 / 10004621, Elpidio Antonio Souza Neto, 49.00, 4.87, 53.87, 13 / 10008686, Ingrid Talita Oliveira da Silva, 48.00, 5.77, 53.77, 14 / 10009826, Sarah Julia dos Santos Ramos, 44.00, 9.68, 53.68, 15 / 10003714, Talita Ferreira de Paiva, 47.00, 6.51, 53.51, 16 / 10004142, Talita Rocha da Silva, 46.00, 7.39, 53.39, 17 / 10009617, Roniclea dos Santos Almeida, 46.00, 7.30, 53.30, 18 / 10007457, Suzane Silva Sa Coelho, 46.00, 7.00, 53.00, 19 / 10002394, Ronaldo Carneiro Ferreira Junior, 47.00, 5.94, 52.94, 20 / 10007602, Luciana Lopes Ribeiro, 46.00, 6.64, 52.64, 21 / 10003873, Aline Araujo da Silva, 42.00, 9.40, 51.40, 22 / 10002059, Nathalia Freitas Mendonca, 43.00, 8.00, 51.00, 23 / 10001928, Marcelene Soares Farias, 43.00, 7.89, 50.89, 24 / 10007269, Larissa de Assis Ferreira, 41.00, 9.80, 50.80, 25 / 10000517, Giselle Sousa de Carvalho, 41.00, 9.73, 50.73, 26 / 10009478, Luis Eduardo de Oliveira Carvalho, 41.00, 9.14, 50.14, 27 / 10002449, Leonardo Vasconcelos de Oliveira, 43.00, 7.07, 50.07, 28 / 10002249, Jaqueline Barbosa de Abreu, 42.00, 7.98, 49.98, 29 / 10002493, Paula Papa Dias, 41.00, 8.49, 49.49, 30 / 10009060, Izabella Macedo Galvao, 42.00, 7.46, 49.46, 31 / 10005066, Bruna Rodrigues Pereira de Vasconcelos, 42.00, 7.45, 49.45, 32 / 10004308, Rayane Xavier de Medeiros, 40.00, 9.20, 49.20, 33 / 10002005, Ingrid Ribeiro Soares da Mata, 42.00, 7.12, 49.12, 34 / 10008980, Luciana Adalgisa Firmino, 41.00, 7.97, 48.97, 35 / 10009803, Greicy Mendes dos Santos Franca, 43.00, 5.95, 48.95, 36 / 10001386, Paulo Henrique de Freitas Assis, 41.00, 7.52, 48.52, 37 / 10005232, Dally Lorrany Ferreira Sousa, 41.00, 7.34, 48.34, 38 / 10003486, Marielle Dornelas Melo, 41.00, 6.97, 47.97, 39 / 10004406, Stefania das Gracas Sousa de Campos, 40.00, 7.66, 47.66, 40 / 10004019, Tailiny Stefani da Nobrega Lima, 39.00, 8.54, 47.54, 41 / 10006658, Vanessa Cristina de Sa, 42.00, 4.80, 46.80, 42 / 10000735, Sillas Mariano da Silva, 39.00, 7.73, 46.73, 43 / 10003992, Joao Paulo Oliveira de Paula, 39.00, 7.69, 46.69, 44 / 10001613, Larissa de Araujo Nascimento, 39.00, 7.44, 46.44, 45 / 10000994, Walesca Ramos de Oliveira, 39.00, 7.10, 46.10, 46 / 10003444, Rafael Feitosa de Lacerda, 39.00, 7.09, 46.09, 47 / 10000858, Gabriela Pereira Dourado, 40.00, 5.90, 45.90, 48 / 10008256, Edgar Rodrigues Lombre, 39.00, 6.86, 45.86, 49 / 10004804, Magno Barbosa de Souza, 38.00, 7.71, 45.71, 50 / 10006335, Stefannie Lorrane Soares de Cerqueira, 38.00, 7.40, 45.40, 51 / 10006662, Vanessa Aparecida de Magalhaes, 38.00, 6.42, 44.42, 52 / 10009237, Debora Ferreira dos Reis, 37.00, 7.32, 44.32, 53 / 10006832, Beatriz Garcia Santana, 38.00, 6.31, 44.31, 54 / 10002174, Wagner da Silva Rabelo, 39.00, 5.16, 44.16, 55 / 10006675, Vanderlucia dos Santos Silva, 38.00, 5.84, 43.84, 56 / 10005337, Lia Rebeca Melo de Moraes, 36.00, 7.74, 43.74, 57 / 10002313 / Luana Teixeira de Oliveira, 36.00, 7.60, 43.60, 58 / 10003711, Jackeline Oliveira Ferreira, 36.00, 7.14, 43.14, 59 / 10000428, Camila Alves de Avila, 36.00, 7.07, 43.07, 60 / 10009148, Adriana Jose Araujo, 34.00, 8.90, 42.90, 61 / 10002684, Eliane Joaquina de Jesus, 37.00, 5.76, 42.76, 62 / 10002325, Cleuma Correia da Silva, 35.00, 7.74, 42.74, 63 / 10003367, Denise Eloar Ferreira de Sousa, 34.00, 8.68, 42.68, 64 / 10004632, Rebeca Costa dos Reis, 36.00, 6.56, 42.56, 65 / 10009761, Cinthya Leane da Silva Barbosa, 37.00, 5.18, 42.18, 66 / 10007871, Erika Gilmara de Jesus Soares, 35.00, 6.88, 41.88, 67 / 10004736, Vanessa Mendes de Carvalho, 36.00, 5.73, 41.73, 68 / 10009419, Lucilia Pereira dos Santos Silva, 35.00, 6.44, 41.44, 69 / 10010220, Raquel dos Santos Silva, 35.00, 6.41, 41.41, 70 / 10006090, Luis Henrique Caldas da Silva, 33.00, 8.03, 41.03, 71 / 10002114, Guilherme Oliveira de Deus, 32.00, 8.81, 40.81, 72 / 10000238, Wemerson Rodrigues de Jesus, 33.00, 7.19, 40.19, 73 / 10001071, Sueli de Oliveira Ferraz, 35.00, 4.99, 39.99, 74 / 10008539, Diego Silva Santos Rocha, 31.00, 7.43, 38.43, 75 / 10004861, Iara Monteiro da Silva, 30.00, 7.83, 37.83, 76 / 10007439, Hiagor Bruno Ferreira, 30.00, 6.53, 36.53, 77 / 10008784, Ariane Silva de Oliveira, 30.00, 6.50, 36.50, 78 / 10008126, Valeria do Nascimento Chaves, 29.00, 6.19, 35.19, 79 / 10009386, Clebia Maria Jacinto Alves, 32.00, 2.51, 34.51, 80 / 10008647, Andrea da Silva, 26.00, 7.08, 33.08, 81 /

10000338, Gleisiane Silva Anselmo, 23.00, 6.76, 29.76, 82.

1.1.2 MEDICINA 1.1.2.1 SISTEMA UNIVERSAL 10004362, Emilly Priscilla de Souza Robelio, 98.00, 9.18, 107.18, 1 / 10002881, Beatriz Silva Martins, 96.00, 9.28, 105.28, 2 / 10005873, Brenda Alves de Oliveira Lima, 95.00, 9.88, 104.88, 3 / 10002051, Danillo Leal Marinho Vieira, 93.00, 9.96, 102.96, 4 / 10007392, Isabela Cristine Rodrigues Castro, 93.00, 9.93, 102.93, 5 / 10008089, Claudia Ferreira Gonçalves, 93.00, 9.87, 102.87, 6 / 10003119, Barbara Oliveira Silva, 92.00, 9.93, 101.93, 7 / 10003897, Mariana Souto Franca Felga, 92.00, 9.86, 101.86, 8 / 10004739, Teresa Cristina Alves Duarte, 92.00, 9.34, 101.34, 9 / 10000583, Fabio Gurgel Faria Araujo, 92.00, 9.30, 101.30, 10 / 10003879, Lucas Vilela de Oliveira Junior, 92.00, 9.24, 101.24, 11 / 10002451, Helena Bacha Junho Aires, 91.00, 9.90, 100.90, 12 / 10000512, Yasmim Emanuelle de Paula Machado, 91.00, 9.89, 100.89, 13 / 10001672, Sara de Faria Souza, 91.00, 9.75, 100.75, 14 / 10008610, Yanley Lucio Nogueira, 94.00, 6.47, 100.47, 15 / 10002405, Gabriel Cordeiro Garcia Leite Pereira, 91.00, 9.42, 100.42, 16 / 10008001, Lucas Medeiros Leite, 91.00, 9.15, 100.15, 17 / 10000242, Alexandre Gabriel Silva Rego, 91.00, 9.11, 100.11, 18 / 10002844, Catharine de Cassia Lanna de Freitas, 92.00, 8.02, 100.02, 19 / 10000977, Victor Lemos Gimenes, 90.00, 9.97, 99.97, 20 / 10000548, Lucas de Oliveira Utiyama, 90.00, 9.97, 99.97, 21 / 10007633, Cesar Antonio Barbosa Cordeiro, 90.00, 9.96, 99.96, 22 / 10001142, Douglas Pinheiro Cavalcanti, 92.00, 7.91, 99.91, 23 / 10000613, Mariana Santos Dantas, 90.00, 9.79, 99.79, 24 / 10001790, Jose Moreira Kffuri Filho, 90.00, 9.78, 99.78, 25 / 10002209, Barbara Nunes Terol, 91.00, 8.66, 99.66, 26 / 10000565, Aline Pimentel Caldeira, 92.00, 7.63, 99.63, 27 / 10004160, Giovanni Ferreira Viggiano, 90.00, 9.38, 99.38, 28 / 10000093, Breno Baeza, 90.00, 9.24, 99.24, 29 / 10004007, Amaralina Duarte Gonçalves, 90.00, 9.21, 99.21, 30 / 10004178, Felipe Cruz Caetano dos Reis, 90.00, 9.12, 99.12, 31 / 10000403, Heloisa de Lima Soares, 89.00, 9.96, 98.96, 32 / 10002792, Alexandre Augusto Alves Silva, 89.00, 9.93, 98.93, 33 / 10005163, Jessica Maboni, 89.00, 9.90, 98.90, 34 / 10002160, Danilo Vale Cameiro, 89.00, 9.89, 98.89, 35 / 10009213, Sasha Souza Neves, 89.00, 9.89, 98.89, 36 / 10004707, Andressa Pires Miranda, 89.00, 9.86, 98.86, 37 / 10004578, Juliana Regis de Almeida, 89.00, 9.86, 98.86, 38 / 10003801, Eduarda Dutra Lopes, 89.00, 9.79, 98.79, 39 / 10006649, Crystal Campos Teixeira, 89.00, 9.73, 98.73, 40 / 10005712, Hiram Fernandes Soares, 89.00, 9.37, 98.37, 41 / 10005773, Elga Tegethoff de Loiola, 89.00, 9.31, 98.31, 42 / 10006318, Giovanna Vilela Mortoza, 89.00, 9.31, 98.31, 43 / 10005568, Ingrid Albuquerque Egito, 89.00, 9.30, 98.30, 44 / 10006864, Tawane Pereira Duarte, 89.00, 9.21, 98.21, 45 / 10003760, Artur Assis Alves, 91.00, 7.16, 98.16, 46 / 10009969, Gabriela Guerreiro Rocha e Silva, 90.00, 7.94, 97.94, 47 / 10007118, Gabrielle Macanhan Guimaraes, 88.00, 9.93, 97.93, 48 / 10005166, Caio Augusto Dias Gomes, 89.00, 8.90, 97.90, 49 / 10007526, Daniela Vicilli Costa Masini, 88.00, 9.88, 97.88, 50 / 10007171, Gabriela Verzola Gomes da Silva, 88.00, 9.88, 97.88, 51 / 10002383, Jhessyka Reis dos Santos, 88.00, 9.87, 97.87, 52 / 10006563, Thiago de Paula Eleuterio, 88.00, 9.83, 97.83, 53 / 10001401, Pedro Simoes Daher, 88.00, 9.82, 97.82, 54 / 10004820, Karinne Silva e Souza, 88.00, 9.79, 97.79, 55 / 10001627, Ludmila Ulhoa Nascimento, 90.00, 7.69, 97.69, 56 / 10003808, Filipe Ribeiro Martins, 88.00, 9.67, 97.67, 57 / 10009833, Hali Abbes Sobrinho, 90.00, 7.67, 97.67, 58 / 10005060, Thiago Neves Rocha, 89.00, 8.64, 97.64, 59 / 10002904, Ricardo Del Negro Barroso Freitas, 90.00, 7.34, 97.34, 60 / 10008223, Blenda Cunha Jales, 88.00, 9.31, 97.31, 61 / 10007113, Gabriela Mendonca Vilar Trindade, 89.00, 8.29, 97.29, 62 / 10006444, Mariana Aires da Fonseca Ibrahim Hamad, 87.00, 9.97, 96.97, 63 / 10006621, Beatriz Giusti Rocha Borges, 87.00, 9.96, 96.96, 64 / 10000253, Gabriela Souto Menezes Yammine, 87.00, 9.96, 96.96, 65 / 10002767, Joao Marcelo Vilanova dos Reis, 87.00, 9.96, 96.96, 66 / 10001009, Mayara Ribeiro Wobido, 87.00, 9.93, 96.93, 67 / 10009260, Caroline Lopes de Oliveira, 87.00, 9.93, 96.93, 68 / 10001831, Lucio Henrique Correia Lopes, 90.00, 6.93, 96.93, 69 / 10010511, Gabriela Meireles Linhares de Araujo, 87.00, 9.92, 96.92, 70 / 10006514, Maria Clara Catani Porto, 87.00, 9.92, 96.92, 71 / 10000381, Arthur Disegna, 87.00, 9.89, 96.89, 72 / 10009383, Gabriela Silva Ribeiro, 87.00, 9.89, 96.89, 73 / 10007407, Giordana Bruna Moreira Peres, 87.00, 9.89, 96.89, 74 / 10004169, Camilo Franco Ribeiro Koleilat, 87.00, 9.87, 96.87, 75 / 10006046, Naiana Magalhaes Coelho, 87.00, 9.87, 96.87, 76 / 10002354, Arthur Cavalcante Batista de Paiva, 87.00, 9.86, 96.86, 77 / 10004551, Isabel Panizza de Sousa Pinto, 87.00, 9.86, 96.86, 78 / 10009480, Andre Metzker Ferro, 87.00, 9.80, 96.80, 79 / 10004943, Igor Carvalho da Silva, 87.00, 9.79, 96.79, 80 / 10007989, Matheus Catao Tsugami, 87.00, 9.78, 96.78, 81 / 10007960, Pedro Reis Gutler, 88.00, 8.66, 96.66, 82 / 10005046, Maxwell Miguel Barbosa Cordeiro Toledo, 87.00, 9.66, 96.66, 83 / 10008215, Kamilo Mesquita Dantas, 87.00, 9.59, 96.59, 84 / 10004296, Camila de Azevedo Guedes Nogueira, 88.00, 8.59, 96.59, 85 / 10001647, Giovanna Silva Cavalcanti Puglisi, 87.00, 9.56, 96.56, 86 / 10006628, Alexis Leal Ferreira Daher, 87.00, 9.46, 96.46, 87 / 10005173, Lis Rocha Campos, 87.00, 9.40, 96.40, 88 / 10005401, Stephane Lima Rabahi, 87.00, 9.38, 96.38, 89 / 10006712, Jeanne Priscila Santos, 87.00, 9.35, 96.35, 90 / 10000320, Caia Cabral Fraga Carvalho, 87.00, 9.34, 96.34, 91 / 10002614, Nathan Henrique Martins e Silva, 87.00, 9.34, 96.34, 92 / 10001721, Josiel Paiva Vieira Junior, 88.00, 8.32, 96.32, 93 / 10000148, Felipe Oliveira Machado, 87.00, 9.31, 96.31, 94 / 10007912, Andre Bubna Hirayama, 87.00, 9.30, 96.30, 95 / 10000314, Eduardo Jose Ferreira Sales, 87.00, 9.19, 96.19, 96 / 10002687, Aurea Ines de Faria, 88.00, 8.19, 96.19, 97 / 10009749, Cecilia Aurora Quercia Neves, 88.00, 8.11, 96.11, 98 / 10001382, Matheus Janones Arantes, 87.00, 9.05, 96.05, 99 / 10003853, Pedro Maia Nobre Rocha Saffi, 88.00, 8.02, 96.02, 100 / 10009979, Paulo Henrique Magalhaes de Castro, 86.00, 10.00, 96.00, 101 / 10006308, Julia Lopes de Castro, 86.00, 10.00, 96.00, 102 / 10006887, Adryelle Carolynne Nogueira Luetz, 86.00, 9.93, 95.93, 103 / 10006664, Caroline Sanflorian Pretyman, 89.00, 6.93, 95.93, 104 / 10008840, Gabriel Carvalho Carmo, 86.00, 9.93, 95.93, 105 / 10004265, Karine Nobrega Cavalcanti, 86.00, 9.90, 95.90, 106 / 10004635, Camila Ramos Fiel dos Santos, 86.00, 9.89, 95.89, 107 / 10006486, Julia Carolina Leite, 86.00, 9.89, 95.89, 108 / 10008323, Augusto Afonso Rosa, 86.00, 9.87, 95.87, 109 / 10006613, Amanda Teixeira de Melo, 86.00, 9.87, 95.87, 110 / 10001340, Antenor Aguiar Almeida Junior, 86.00, 9.87, 95.87, 111 / 10009343, Arthur Felipe de Abreu, 86.00, 9.83, 95.83, 112 / 10002568, Jose Roberto Buani Junior, 86.00, 9.83, 95.83, 113 / 10009946, Lucas Soares Teixeira, 86.00, 9.83, 95.83, 114 / 10007654, Felipe Eduardo da Trindade Dutra Tavares, 86.00, 9.83, 95.83, 115 / 10003707, Caio Lemos Ribeiro Lucas, 86.00, 9.83, 95.83, 116 / 10009775, Juliane Nogueira de Oliveira, 86.00, 9.80,

95.80, 117 / 10002625, Ronnie Hideki Araki Rabelo, 86.00, 9.76, 95.76, 118 / 10005664, Victor da Silva Neris, 87.00, 8.68, 95.68, 119 / 10011122, Saulo Goncalves Filho, 87.00, 8.66, 95.66, 120 / 10002968, Tiago Vasques Bertoincini, 87.00, 8.59, 95.59, 121 / 10003263, Daniel Loures Deotti Nunes, 86.00, 9.34, 95.34, 122 / 10003874, Flavia Toledo Simoes, 86.00, 9.33, 95.33, 123 / 10008896, Mariana Moura Netto Goulart, 86.00, 9.31, 95.31, 124 / 10008466, Ana Paula Farago de Alvarenga, 86.00, 9.27, 95.27, 125 / 10001451, Gabriel Firmino Ferreira, 86.00, 9.24, 95.24, 126 / 10003935, Taina Fontes Rehem, 86.00, 9.21, 95.21, 127 / 10009388, Marina Souza Caixeta, 86.00, 9.20, 95.20, 128 / 10004509, Rafael Santini Teixeira Fracon, 87.00, 8.10, 95.10, 129 / 10005690, Stephane Mota Lourenco, 88.00, 7.02, 95.02, 130 / 10007161, Yann Rodrigues Mathuyi, 85.00, 10.00, 95.00, 131 / 10003065, Rayanne Costa da Silva, 85.00, 9.97, 94.97, 132 / 10003991, Thaise Medeiros de Cerqueira, 85.00, 9.96, 94.96, 133 / 10003562, Danielly Beatriz Silva Pereira, 86.00, 8.94, 94.94, 134 / 10001516, Samuel de Sousa Custodio, 87.00, 7.94, 94.94, 135 / 10010279, Debora Amorim de Brito, 86.00, 8.94, 94.94, 136 / 10003058, Gabriel Neiva Rabelo, 85.00, 9.93, 94.93, 137 / 10000331, Ludmila do Vale Miquelito, 85.00, 9.93, 94.93, 138 / 10008510, Flavia de Mello de Assuncao, 85.00, 9.93, 94.93, 139 / 10004556, Gustavo Rodrigues Balduino, 85.00, 9.93, 94.93, 140 / 10004005, Vinicius Bezerra Lopes, 85.00, 9.93, 94.93, 141 / 10010547, Aurelio Borges Moreira, 85.00, 9.90, 94.90, 142 / 10009123, Bianca Alves Dias, 86.00, 8.90, 94.90, 143 / 10005674, Rafael Rocha Luzini, 85.00, 9.90, 94.90, 144 / 10005326, Liana Franco de Sousa Barros, 85.00, 9.89, 94.89, 145 / 10001315, Guilherme Ramos Rodrigues Buitrago, 85.00, 9.89, 94.89, 146 / 10002447, Matheus Santinello, 85.00, 9.87, 94.87, 147 / 10009877, Rafael Cartaxo Nascimento, 85.00, 9.85, 94.85, 148 / 10004080, Betina Beatriz de Oliveira, 85.00, 9.83, 94.83, 149 / 10000656, Fernanda de Abreu Rodrigues Murta Nobre, 85.00, 9.83, 94.83, 150 / 10009370, Leandro da Silva Caixeta Junior, 85.00, 9.81, 94.81, 151 / 10000038, Juliano de Carvalho Villa, 85.00, 9.81, 94.81, 152 / 10001406, Julia Marinho Ramos Lima, 85.00, 9.77, 94.77, 153 / 10005436, Breno Aires de Souza, 86.00, 8.76, 94.76, 154 / 10000837, Lara de Souza Moreno, 86.00, 8.76, 94.76, 155 / 10008585, Bianca Batista Schindwein, 85.00, 9.76, 94.76, 156 / 10003802, Raissa Manuela Sena Moura, 85.00, 9.76, 94.76, 157 / 10007110, Jose Vitor Freitas Melo, 85.00, 9.70, 94.70, 158 / 10008128, Angelo Tianwen Chen, 86.00, 8.69, 94.69, 159 / 10005317, Fernanda de Carvalho Braga, 86.00, 8.63, 94.63, 160 / 10002969, Bruna Sousa Rodrigues, 86.00, 8.59, 94.59, 161 / 10008114, Henrique Muller Reis Jorge, 86.00, 8.55, 94.55, 162 / 10000808, Leticia Lara de Lima, 85.00, 9.50, 94.50, 163 / 10010840, Vicente Guimaraes Neto, 85.00, 9.47, 94.47, 164 / 10003640, Roberto Guimaraes de Paula, 85.00, 9.46, 94.46, 165 / 10006446, Gabriel Angelo Vasconcelos Sterchile, 85.00, 9.41, 94.41, 166 / 10006543, Lilayne Karla de Souza Araujo, 85.00, 9.39, 94.39, 167 / 10006481, Mariana Carvalho Gomes, 85.00, 9.34, 94.34, 168 / 10009216, Eduarda Jacinto Bauer, 85.00, 9.28, 94.28, 169 / 10000863, Beatriz Edla Caetano, 85.00, 9.24, 94.24, 170 / 10001973, Pedro Victor Gomes Oliveira, 86.00, 8.24, 94.24, 171 / 10000897, Leandro Cesar Cotta, 87.00, 7.23, 94.23, 172 / 10000164, Gabriela Lanusse Sousa Silva, 85.00, 9.21, 94.21, 173 / 10009990, Claudemir Antonio Bianki Filho, 87.00, 7.07, 94.07, 174 / 10009353, Mariana Leite Nascimento, 86.00, 8.06, 94.06, 175 / 10002754, Bruna Yana de Carvalho, 86.00, 8.00, 94.00, 176 / 10004668, Isabela Vieira Bastos, 84.00, 10.00, 94.00, 177 / 10008396, Isabela Cabral de Moraes, 84.00, 9.97, 93.97, 178 / 10005811, Rachel Goncalves Nihari, 84.00, 9.97, 93.97, 179 / 10005309, Joao Victor Santos Bakir, 84.00, 9.97, 93.97, 180 / 10006453, Karina Ferreira Cordeiro, 87.00, 6.97, 93.97, 181 / 10006586, Raissa Habka Cariello, 84.00, 9.97, 93.97, 182 / 10003211, Anny Reis Mello de Souza, 84.00, 9.96, 93.96, 183 / 10001336, Samanta Mendes Barreto, 84.00, 9.93, 93.93, 184 / 10003176, Andressa Lopes Bohrer, 85.00, 8.91, 93.91, 185 / 10005325, Pedro Leonardo Barcelos Martin, 86.00, 7.90, 93.90, 186 / 10004052, Aminah Magalhaes Tarmamade, 84.00, 9.90, 93.90, 187 / 10003148, Bianca Dantas Vieira, 84.00, 9.90, 93.90, 188 / 10002870, Jorge Augusto Gomes Cavalcante, 84.00, 9.90, 93.90, 189 / 10003079, Luiza Mota de Sousa, 84.00, 9.88, 93.88, 190 / 10003780, Cecilia Salazar Ulacia, 84.00, 9.87, 93.87, 191 / 10006374, Daniel Botelho Mariano, 84.00, 9.87, 93.87, 192 / 10000266, Lara Mundim Alves de Oliveira, 84.00, 9.87, 93.87, 193 / 10003510, Rodrigo Carvalho Almada Melo, 84.00, 9.86, 93.86, 194 / 10007441, Lucas Silqueira Gomes, 84.00, 9.86, 93.86, 195 / 10005110, Lukas David da Silva Martins, 84.00, 9.81, 93.81, 196 / 10009433, Gabriel Mascarenhas Bergholz Sahium, 84.00, 9.77, 93.77, 197 / 10008225, Louise Alves Sicca Lopes, 85.00, 8.72, 93.72, 198 / 10005289, Aureo Favaretto Junior, 85.00, 8.71, 93.71, 199 / 10001807, Yanne Caroline Silva Mesquita, 85.00, 8.69, 93.69, 200 / 10006557, Vinicius de Melo Marques, 84.00, 9.63, 93.63, 201 / 10000454, Diego Oliveira de Figueredo, 84.00, 9.60, 93.60, 202 / 10009277, Lucas Cunha Reis, 85.00, 8.58, 93.58, 203 / 10007318, Fernando Mauricio de Moraes Loyola, 84.00, 9.42, 93.42, 204 / 10002707, Maria Elisa de Bessa Freire, 86.00, 7.36, 93.36, 205 / 10002346, Alexandre Augusto Marinho da Costa Sabino Bastos, 85.00, 8.35, 93.35, 206 / 10003895, Luisa Villela Biazon, 84.00, 9.31, 93.31, 207 / 10004315, Guilherme Antunes Barriviera, 84.00, 9.28, 93.28, 208 / 10000905, Isadora Leao Amuy, 84.00, 9.28, 93.28, 209 / 10002809, Geovana Murta Gomes, 84.00, 9.27, 93.27, 210 / 10003123, Pedro Victor Sousa Serpa, 84.00, 9.27, 93.27, 211 / 10002120, Ana Carolina Fernandes Pereira, 84.00, 9.24, 93.24, 212 / 10007302, Mariana Mercedes Brabo, 84.00, 9.14, 93.14, 213 / 10007125, Bianca Gomes Teixeira, 84.00, 9.09, 93.09, 214 / 10008364, Joao Gabriel da Silva Rodrigues, 86.00, 7.07, 93.07, 215 / 10007592, Laura Reis Vilela, 84.00, 9.05, 93.05, 216 / 10003537, Sara Magro Borigato, 83.00, 10.00, 93.00, 217 / 10001350, Lucas Machado da Rocha Tarle, 85.00, 7.99, 92.99, 218 / 10005686, Anna Beatriz Fontes Pacheco, 83.00, 9.97, 92.97, 219 / 10000680, Fernanda Carvalho Barros Dias, 83.00, 9.97, 92.97, 220 / 10001435, Marcus Vinicius Cruvinel Dionis, 83.00, 9.97, 92.97, 221 / 10003948, Rafael Medeiros Roriz, 83.00, 9.97, 92.97, 222 / 10001599, Camila Damasceno Torres, 83.00, 9.96, 92.96, 223 / 10007501, Igor Vilela da Silva, 83.00, 9.96, 92.96, 224 / 10008586, Isabela Araujo Goncalves, 83.00, 9.96, 92.96, 225 / 10003284, Cristiano Guimaraes do Amaral Pinheiro, 85.00, 7.94, 92.94, 226 / 10006010, Gabriel Guimaraes Muniz, 83.00, 9.93, 92.93, 227 / 10003833, Beatriz Curto Pachi, 83.00, 9.93, 92.93, 228 / 10002831, Luiz Felipe Cantuaria Marques, 85.00, 7.91, 92.91, 229 / 10009618, Mariana Sousa Siqueira, 83.00, 9.90, 92.90, 230 / 10000103, Rafael Mignon Galvao, 85.00, 7.90, 92.90, 231 / 10008499, Melina Borges Nascimento, 83.00, 9.90, 92.90, 232 / 10002258, Lucas Katsutoshi Sugano, 83.00, 9.90, 92.90, 233 / 10007032, Maria Carolina Padovani Guerra, 83.00, 9.90, 92.90, 234 / 10008844, Isabella Torres

de Lima, 85.00, 7.89, 92.89, 235 /10004901, Iasmin Dantas Sakr Khouri, 83.00, 9.89, 92.89, 236 /10005657, Paulo Sergio Vieira de Souza Junior, 83.00, 9.88, 92.88, 237 /10000924, Daniel Satoro Itonaga, 83.00, 9.87, 92.87, 238 /10006442, Mayara Gabrielle da Silva Almerim, 83.00, 9.86, 92.86, 239 /10004745, Daniel Caltebiano Neves Frauzino, 83.00, 9.86, 92.86, 240 /10006130, Natalia Araujo Nascimento Viana, 83.00, 9.86, 92.86, 241 /10002450, Laura de Lima Crivellaro, 83.00, 9.85, 92.85, 242 /10010134, Regina Celia Soares Araujo, 83.00, 9.81, 92.81, 243 /10004314, Anna Paula Costa Sacchq, 83.00, 9.80, 92.80, 244 /10010883, Joao Paulo Sabino Pereira, 83.00, 9.80, 92.80, 245 /10003313, Anna Carolinna Ferreira de Carvalho, 83.00, 9.79, 92.79, 246 /10004755, Bruna Luisa Moreira Silva, 83.00, 9.79, 92.79, 247 /10010393, Camila Campos Mendes, 84.00, 8.77, 92.77, 248 /10005813, Gustavo Albergaria Brizida Bachtold, 84.00, 8.73, 92.73, 249 /10005120, Vinicius Carvalhedo Cunha, 85.00, 7.73, 92.73, 250 /10005682, Gabriela de Campos Araujo, 83.00, 9.72, 92.72, 251 /10003036, Rodrigo Fernando Borges Marques Silva, 84.00, 8.69, 92.69, 252 /10009128, Victor Lucas Januario Marques, 86.00, 6.68, 92.68, 253 /10006660, Simone Godoy Moreira dos Santos, 85.00, 7.68, 92.68, 254 /10006049, Matheus Lisboa Cardoch Valdes, 83.00, 9.68, 92.68, 255 /10002071, Mariana Lima Barros, 84.00, 8.66, 92.66, 256 /10002201, Lucas Rodrigues da Cunha Paes Leme, 84.00, 8.65, 92.65, 257 /10010105, Eric Oliveira Faria, 84.00, 8.62, 92.62, 258 /10000167, Reinaldo Elias de Souza Junior, 85.00, 7.57, 92.57, 259 /10001498, Kellen Karenine Pinho de Medeiros, 84.00, 8.35, 92.35, 260 /10004258, Rodrigo Tinoco Magalhaes Cavalcante, 83.00, 9.31, 92.31, 261 /10002918, Mariana Quaresma Cavalcante, 83.00, 9.31, 92.31, 262 /10007921, Marco Aurelio de Morais Manso, 84.00, 8.29, 92.29, 263 /10005843, Rafael Grigorio Sales Araujo, 84.00, 8.28, 92.28, 264 /10007099, Henrique Hammes, 83.00, 9.27, 92.27, 265 /10009623, Ana Paula dos Santos Alves, 83.00, 9.25, 92.25, 266 /10003306, Marcus Victor Santos Soares, 83.00, 9.25, 92.25, 267 /10007280, Gabriela Guimaraes Nunes dos Santos, 84.00, 8.22, 92.22, 268 /10008298, Lucas Henrique de Souza Lopes, 83.00, 9.21, 92.21, 269 /10009095, Barbara de Abreu Lobato, 83.00, 9.21, 92.21, 270 /10010576, Amanda Souza Rosa, 83.00, 9.20, 92.20, 271 /10006420, Tayane Oliveira Pires, 83.00, 9.15, 92.15, 272 /10004194, Antonio Paulo Pereira Gondim, 83.00, 9.15, 92.15, 273 /10001104, Matheus Henrique Benatti Barbosa, 83.00, 9.14, 92.14, 274 /10008822, Barbara Emily de Mello Heliodoro, 83.00, 9.09, 92.09, 275 /10004970, Leonardo Holanda Cavalcante de Andrade, 83.00, 9.07, 92.07, 276 /10002523, Marilia Assuncao Jorge, 84.00, 8.06, 92.06, 277 /10001331, Silvia Neiva Leite, 83.00, 9.01, 92.01, 278 /10003746, Rafael Victor Vieira Frujeri, 82.00, 9.97, 91.97, 279 /10001820, Giovana Ferreira de Morais, 82.00, 9.97, 91.97, 280 /10008940, Marcos Paulo da Rocha Eirado, 82.00, 9.97, 91.97, 281 /10002548, Flavio Braga Oliveira, 82.00, 9.97, 91.97, 282 /10001873, Susi Rosa de Almeida, 82.00, 9.96, 91.96, 283 /10003496, Beatriz Aquino Silva, 82.00, 9.93, 91.93, 284 /10000043, Pamella Renata Marinho Miranda, 82.00, 9.93, 91.93, 285 /10006432, Brenda Macedo de Almeida e Castro, 82.00, 9.92, 91.92, 286 /10000217, Renata dos Santos Oliveira, 84.00, 7.91, 91.91, 287 /10002181, Guilherme Oliveira da Silva Modtkowski, 85.00, 6.91, 91.91, 288 /10004504, Gabriel Goncalves Dutra, 84.00, 7.90, 91.90, 289 /10008070, Melvin Huang, 83.00, 8.90, 91.90, 290 /10002976, Marianna Campos Alvarenga, 82.00, 9.90, 91.90, 291 /10003147, Luciana Maria Souza Santos, 82.00, 9.90, 91.90, 292 /10010364, Gabriel Silvestre Minucci, 82.00, 9.90, 91.90, 293 /10003919, Thiago Soares Coser, 84.00, 7.89, 91.89, 294 /10000744, Yohanand Yosef Soares, 84.00, 7.87, 91.87, 295 /10000536, Isabella Fonseca Simaan, 82.00, 9.87, 91.87, 296 /10009469, Isabella Camilo Clementino, 82.00, 9.86, 91.86, 297 /10004095, Hadassa Anjos de Almeida, 82.00, 9.86, 91.86, 298 /10005272, Pedro Henrique Rocha de Freitas, 82.00, 9.83, 91.83, 299 /10007003, Mateus Moreira de Melo Silva, 84.00, 7.82, 91.82, 300 /10008717, Alexandre Faria Alvares Lacerda, 83.00, 8.81, 91.81, 301 /10003117, Gabriele Santana Sa Lima, 82.00, 9.80, 91.80, 302 /10005175, Gabriela Ferreira Fernandes Ribeiro, 82.00, 9.80, 91.80, 303 /10004289, Adonias de Freitas Nunes, 83.00, 8.78, 91.78, 304 /10004646, Joao Eduardo Borges Monteiro do Prado, 82.00, 9.77, 91.77, 305 /10008115, Felipe Pinheiro Irineu, 82.00, 9.77, 91.77, 306 /10010645, Luiz Fabio Falcao, 82.00, 9.75, 91.75, 307 /10002640, Amanda Dairel Braga, 82.00, 9.72, 91.72, 308 /10000699, Arieli de Queiroz Castelo Branco, 83.00, 8.70, 91.70, 309 /10008881, Ana Carolina de Oliveira Rein, 83.00, 8.69, 91.69, 310 /10002714, Aline Caldas Leon, 83.00, 8.68, 91.68, 311 /10006590, Marina Cassia Cirilo de Carvalho, 83.00, 8.66, 91.66, 312 /10001308, Jaqueline Santos Ribeiro, 84.00, 7.65, 91.65, 313 /10003970, Andreza Andrade Barbosa, 82.00, 9.65, 91.65, 314 /10001879, Pedro Henrique Portugal Torres, 83.00, 8.61, 91.61, 315 /10002516, Marcos Vinicius da Cruz Teodoro Carvalho, 84.00, 7.52, 91.52, 316 /10000749, Fabricio Gomes de Freitas, 82.00, 9.50, 91.50, 317 /10005696, Taynara Luisa de Mello Heliodoro, 82.00, 9.46, 91.46, 318 /10007013, Paulo Henrique Rodrigues Correia, 82.00, 9.43, 91.43, 319 /10008280, Matheus Venancio Passos, 85.00, 6.34, 91.34, 320 /10008441, Gabriel Cezar de Araujo Miguel, 83.00, 8.28, 91.28, 321 /10010286, Matheus Inacio Morato Dias, 82.00, 9.28, 91.28, 322 /10002775, Julia Correia da Costa Barros, 82.00, 9.27, 91.27, 323 /10004636, Amanda Alves Prado, 82.00, 9.26, 91.26, 324 /10009715, Juliana Rios Chen, 83.00, 8.22, 91.22, 325 /10003598, Thiago Hayashida Teles de Carvalho, 82.00, 9.21, 91.21, 326 /10010282, Roberto Palma Costa Filho, 82.00, 9.18, 91.18, 327 /10001695, Ana Caroline Brito Goncalves, 82.00, 9.18, 91.18, 328 /10006622, Renato Correia da Silva Junior, 83.00, 8.10, 91.10, 329 /10002441, Mateus Bemfica dos Santos Alves de Sene, 82.00, 9.07, 91.07, 330 /10003806, Wendel Silva Issi, 83.00, 8.02, 91.02, 331 /10006468, Camila Pereira Rosa, 83.00, 8.02, 91.02, 332 /10003274, Joao Elias de Godoi, 83.00, 7.99, 90.99, 333 /10007008, Eduardo Augusto Silva Rosa, 83.00, 7.96, 90.96, 334 /10007820, Jorge Rocha de Souza, 82.00, 8.95, 90.95, 335 /10005285, Paulo Henrique Ribeiro Martins, 83.00, 7.95, 90.95, 336 /10002920, Carla Morais Guimaraes, 83.00, 7.94, 90.94, 337 /10004246, Andrey Aldrin Santos Paiva, 82.00, 8.91, 90.91, 338 /10005238, Jessica Maria Nunes da Silva, 83.00, 7.86, 90.86, 339 /10009992, Caio Carvalho Santos, 82.00, 8.84, 90.84, 340 /10002646, Marcos Rodolfo Ferreira Calaca, 83.00, 7.83, 90.83, 341 /10002022, Luiz Gabriel Reis Mattoso, 83.00, 7.74, 90.74, 342 /10005844, Julia Rocha de Medeiros, 82.00, 8.71, 90.71, 343 /10004588, Tauane da Mata Vieira Oliveira, 83.00, 7.70, 90.70, 344 /10000909, William Manente Neves, 82.00, 8.68, 90.68, 345 /10006395, Bruna Morena Messias de Lima Dias, 83.00, 7.66, 90.66, 346 /10003722, Gabriela Lucia de Oliveira, 82.00, 8.65, 90.65, 347 /10007067, Rebecca Musy de Almeida, 82.00, 8.64, 90.64, 348 /10010178, Christian de Magalhaes Pereira, 82.00, 8.60, 90.60, 349 /10000409,

Vinicius Moreira de Queiroga, 83.00, 7.52, 90.52, 350 /10003541, Joao Guilherme Silva Oliveira, 82.00, 8.50, 90.50, 351 /10004192, Paulo Othavio de Araujo Almeida, 83.00, 7.42, 90.42, 352 /10000582, Paulo Afonso Ribeiro, 82.00, 8.29, 90.29, 353 /10002682, Julia Milhomem Mosquera, 82.00, 8.25, 90.25, 354 /10003976, Marcelo Luiz Mauad Junior, 83.00, 7.22, 90.22, 355 /10010977, Alexandre Olinda Goncalves, 82.00, 8.14, 90.14, 356 /10005596, Pedro Henrique Graziani Pedrosa, 84.00, 6.09, 90.09, 357 /10009774, Gabriel Ramalho de Jesus, 82.00, 8.07, 90.07, 358 /10010132, Kelvin Warley Pereira Silva, 82.00, 8.05, 90.05, 359 /10003966, Laila Ribeiro Costa, 82.00, 8.04, 90.04, 360 /10004398, Natanny Mendes Pereira, 82.00, 8.02, 90.02, 361 /10000149, Jessica Alvares de Sousa, 82.00, 8.00, 90.00, 362 /10009054, Paula Fernanda Freitas Lima, 82.00, 7.97, 89.97, 363 /10004920, Vinicius Boaventura, 82.00, 7.95, 89.95, 364 /10001014, Marcella Cristina Dias de Mendonca, 82.00, 7.93, 89.93, 365 /10004055, Igor de Andrade Bartonelli, 82.00, 7.88, 89.88, 366 /10009602, Nabilla Barros Gondim, 83.00, 6.85, 89.85, 367 /10008832, Matheus Bugarin Araujo, 82.00, 7.84, 89.84, 368 /10004503, Allyson Candido de Abreu, 82.00, 7.83, 89.83, 369 /10002296, Hugo Miguel Crispim, 82.00, 7.70, 89.70, 370 /10006381, Willie Nelson Mendonca, 82.00, 7.67, 89.67, 371 /10008671, Daniel Veloso Pires de Mendonca, 82.00, 7.67, 89.67, 372 /10005246, Gabriela Correia de Araujo Novais, 82.00, 7.66, 89.66, 373 /10005755, Ana Carolina Gomes Siqueira, 82.00, 7.64, 89.64, 374 /10010203, Carlos Matheus Barros da Silva, 82.00, 7.54, 89.54, 375 /10002337, Maria Beatriz de Paula Macedo, 82.00, 7.35, 89.35, 376 /10009530, Vitor Bittar Prado, 82.00, 7.29, 89.29, 377 /10005226, Ana Vitoria Bastista Souza e Silva, 82.00, 7.11, 89.11, 378 /10002470, Pedro Guilherme Cabral, 82.00, 7.05, 89.05, 379 /10002029, Darfe Diogo Borges Leite, 82.00, 7.05, 89.05, 380 /10008474, Ana Carolina Rodrigues Alves, 82.00, 6.93, 88.93, 381 /10001303, Alexandre Jun de Castro Arai, 82.00, 6.59, 88.59, 382 /10008998, Hiroshi Odo, 84.00, 3.92, 87.92, 383. – MEDICINA 1.1.2.2 SISTEMA DE COTAS 10008940, Marcos Paulo da Rocha Eirado, 82.00, 9.97, 91.97, 1 /10001519, Antonio dos Anjos Costa Junior, 77.00, 9.88, 86.88, 3 /10001789, Alane Jarely Mendes de Carvalho, 76.00, 9.96, 85.96, 4 /10001903, Anderson Ferreira Alves, 77.00, 8.28, 85.28, 5 /10009242, Leonardo de Noronha Fonseca de Oliveira, 74.00, 9.93, 83.93, 6 /10000987, Ludmila de Menezes Barros, 74.00, 9.93, 83.93, 7 /10000134, Lucas Barbosa Bezerra, 76.00, 7.61, 83.61, 8 /10000119, Andre Luiz Torres da Silva, 73.00, 9.35, 82.35, 9 /10004255, Lucas Cordeiro de Queiroz Nunes, 73.00, 9.18, 82.18, 10 /10000793, Antonio Lailson Ribeiro Lima, 73.00, 9.05, 82.05, 11 /10006219, Mileny Freitas Rocha, 72.00, 9.31, 81.31, 12 /10007527, Ana Beatriz Martins Peres Costa, 73.00, 8.10, 81.10, 13 /10000222, Rogerio Ribeiro de Oliveira, 71.00, 9.96, 80.96, 14 /10000508, Juliana Carvalho Farias, 71.00, 9.70, 80.70, 15 /10000660, Lucas de Oliveira Silva, 73.00, 7.33, 80.33, 16 /10007481, Eliezer de Sousa Cardoso, 71.00, 8.39, 79.39, 17 /10002362, Renato de Lima, 70.00, 9.34, 79.34, 18 /10005983, Jacqueline Elene de Faria Tolentino, 69.00, 9.96, 78.96, 19 /10000072, Carlos Alberto dos Santos Garcez, 71.00, 7.82, 78.82, 20 /10005420, Livia Mendes Montoya Lazo, 70.00, 8.77, 78.77, 21 /10000499, Amanda Gomes dos Santos, 71.00, 7.66, 78.66, 22 /10003552, Nathalia Nogueira de Andrade, 70.00, 8.03, 78.03, 23 /10001049, Lucas Macedo Alves, 70.00, 8.02, 78.02, 24 /10001930, Vivian Regina Soares Vasconcelos, 68.00, 9.87, 77.87, 25 /10002295, Lucas Martins Rocha, 68.00, 9.85, 77.85, 26 /10002065, Rayssa dos Santos Siqueira, 71.00, 6.58, 77.58, 28 /10001267, Ronayre Nunes Aguiar, 69.00, 8.54, 77.54, 29 /10000255, Lucas Wilson Cavalcanti da Silva, 68.00, 9.26, 77.26, 30 /10000035, Sintia Cinara de Franca Lima, 69.00, 8.22, 77.22, 31 /10006272, Ederson Jose Garcias, 69.00, 8.11, 77.11, 32 /10003163, Nayhane Nayara Barbosa da Silva, 67.00, 9.88, 76.88, 33 /10001432, Priscila Vanessa Costa, 68.00, 8.48, 76.48, 34 /10002498, Juliana Narciso de Almeida, 69.00, 7.47, 76.47, 35 /10004610, Isabel Cristina Pereira Venancio, 68.00, 8.36, 76.36, 36 /10000991, Fernanda Cristina Cardozo Ribeiro, 67.00, 9.31, 76.31, 37 /10003871, Suzana Cintia de Queiroz, 69.00, 7.27, 76.27, 38 /10001870, Ana Terra Moreno Reboucas, 68.00, 8.07, 76.07, 39 /10008450, Ricardo Costa Moura, 66.00, 9.93, 75.93, 40 /10004979, Patricia Ferreira do Amaral, 66.00, 9.89, 75.89, 41 /10000644, Rebecca Santana Alonso, 67.00, 8.61, 75.61, 42 /10000811, Haniele Cristine Vieira de Queiroz, 66.00, 9.19, 75.19, 44 /10007758, Patricia Helena Caldeira da Silva, 65.00, 9.93, 74.93, 45 /10000092, Jaqueline Guimaraes Godinho, 67.00, 7.89, 74.89, 46 /10009757, Adalberto Pamplona da Silva, 67.00, 7.23, 74.23, 47 /10000571, Jeizon Allen Silverio Lopes, 66.00, 8.10, 74.10, 48 /10000979, Patrick Roberto Alves de Oliveira, 65.00, 8.95, 73.95, 49 /10003002, Karoline Silva de Oliveira, 66.00, 7.94, 73.94, 50 /10002025, Lucas Monteiro Viana, 66.00, 7.90, 73.90, 51 /10000044, Angela Lima Rodrigues Moreira, 65.00, 8.88, 73.88, 52 /10002104, Paulo Marcos Vitorino Diniz, 64.00, 9.70, 73.70, 53 /10004677, Wesley dos Santos Oliveira, 64.00, 9.46, 73.46, 54 /10000188, Eduardo Sousa de Oliveira, 66.00, 7.42, 73.42, 55 /10009070, Priscila Costa Diniz, 64.00, 9.34, 73.34, 56 /10002250, Quemuel Herique Cruz Santos, 64.00, 9.13, 73.13, 57 /10000039, Simone Rocha Barbosa, 64.00, 8.86, 72.86, 58 /10004155, Luiz Fernando Souza da Silva, 65.00, 7.84, 72.84, 59 /10009597, Beatriz Costa Souza, 63.00, 9.28, 72.28, 60 /10000493, Kailhany Alves Pinto, 63.00, 9.05, 72.05, 61 /10000362, Maise Claudia Vargas Mattos, 62.00, 9.90, 71.90, 62 /10000049, Barbara Paula da Silva Santos, 63.00, 8.69, 71.69, 63 /10004959, Gutemberg Delfino de Sousa, 63.00, 8.53, 71.53, 64 /10002443, Lucas Andrade da Costa, 62.00, 9.28, 71.28, 66 /10000106, Anny Karolinny Ferreira Sobrinho, 61.00, 9.90, 70.90, 67 /10003244, Sara Talita Sales Vaz, 63.00, 7.89, 70.89, 68 /10006191, Guilherme Gustavo de Sousa Oliveira, 61.00, 9.78, 70.78, 69 /10002683, Aecio Duraes de Oliveira, 61.00, 9.77, 70.77, 70 /10001067, Isabela Ramos Nunes Paixao, 62.00, 8.77, 70.77, 71 /10005661, Luiz Paulo Paes do Prado Oliveira, 62.00, 8.72, 70.72, 72 /10008498, Thais Alves Gomes, 61.00, 9.57, 70.57, 73 /10002864, Adryelle Marques de Souza, 61.00, 9.42, 70.42, 74 /10001089, Ytallo de Souza Martins, 62.00, 8.07, 70.07, 75 /10001337, Noemi Vilela dos Anjos Barbosa Vieira, 62.00, 8.03, 70.03, 76 /10000821, Carla Larissa Cunha Sottomaior, 62.00, 7.98, 69.98, 77 /10000448, Giulia da Silva Miranda, 63.00, 6.90, 69.90, 78 /10002887, Fernando Cesar da Costa Souza, 60.00, 9.88, 69.88, 79 /10004545, Marina Rodrigues Gomes, 60.00, 9.83, 69.83, 80 /10008400, Barbara Silva Gomes, 61.00, 8.79, 69.79, 81 /10000065, Fernando Santos Soares, 60.00, 9.69, 69.69, 82 /10000794, Beatriz Regina Lima de Aguiar, 61.00, 8.69, 69.69, 83 /10001905, Hailanderson Vinicius Santos Silva de Aguiar, 62.00, 7.47, 69.47, 84 /10001697, Genesis Regina Soares Pereira, 60.00, 9.40, 69.40, 85 /10009171, Jair Dias Francisco, 60.00, 9.27, 69.27, 86 /10000209, Leticia Marques Magalhaes, 61.00,

8.16, 69.16, 87 / 10003221, Lorena Reis Dias, 60.00, 9.13, 69.13, 88 / 10000915, Lara Leticia Brito de Andrade, 60.00, 8.82, 68.82, 89 / 10002785, Maria Leticia Rodrigues do Carmo, 59.00, 9.81, 68.81, 90 / 10001063, Tatiane Oliveira Ferraz, 60.00, 8.36, 68.36, 91 / 10008238, Luzia Aparecida da Silva, 60.00, 8.29, 68.29, 92 / 10009967, Felipe da Silva Maeda, 59.00, 9.28, 68.28, 93 / 10006510, Elizabete Laren de Sousa Rodrigues, 59.00, 9.27, 68.27, 94 / 10007959, Amilton Santos Souza Xavier, 61.00, 7.27, 68.27, 95 / 10009208, Vanielle da Cruz Santos, 60.00, 8.11, 68.11, 96 / 10006700, Marcelle Santos Honorio Amaro, 59.00, 9.08, 68.08, 97 / 10006699, Edilson dos Santos Garcez, 60.00, 8.01, 68.01, 98 / 10000618, Fernando Henrique Marques Souza, 59.00, 8.84, 67.84, 99 / 10001134, Nivaldo de Medeiros Branquinho, 60.00, 7.84, 67.84, 100 / 10001775, Liliane Ribeiro da Silva Costa, 58.00, 9.81, 67.81, 101 / 10000111, Cassia Camilla Lins Ribeiro, 60.00, 7.73, 67.73, 102 / 10003246, Rafaela Cassia Sales Vaz, 60.00, 7.57, 67.57, 103 / 10000414, Fernando Guimaraes Fernandes Costerus, 59.00, 8.54, 67.54, 104 / 10000046, Pedro Batista Albino Silva, 59.00, 8.53, 67.53, 105 / 10003158, Cristiane Brunos Santos, 59.00, 8.38, 67.38, 106 / 10001759, Viviane Ribeiro da Silva Costa, 59.00, 8.27, 67.27, 107 / 10000995, Jackson Henrique Emmanuel de Santana, 58.00, 9.26, 67.26, 108 / 10001126, Priscila Rejane de Moraes Magalhaes, 59.00, 8.23, 67.23, 109 / 10000545, Diego de Oliveira Silva, 61.00, 6.07, 67.07, 110 / 10002702, Ester Vasconcelos de Oliveira, 57.00, 9.73, 66.73, 111 / 10000271, Iolanda Coelho da Costa, 58.00, 8.63, 66.63, 112 / 10001184, Thayna Pereira da Silva, 59.00, 7.62, 66.62, 113 / 10004029, Leandro Rodrigo Silva Damasceno, 58.00, 8.56, 66.56, 114 / 10006316, Regina de Souza Barros, 58.00, 8.55, 66.55, 115 / 10000629, Hellen Carolyne Andrade de Oliveira, 59.00, 7.39, 66.39, 116 / 10002421, Lidia Telles da Silva Cunha, 60.00, 6.34, 66.34, 117 / 10007128, Lorena Dias Santana, 58.00, 8.27, 66.27, 118 / 10006843, Kamila Moraes Bezerra, 58.00, 8.16, 66.16, 119 / 10001117, Erivelton Fagner Rodrigues Oliveira do Nascimento, 59.00, 7.15, 66.15, 120 / 10000347, Sarah Ferreira Alves, 57.00, 9.08, 66.08, 121 / 10000068, Nelliton Fernandes Bastos, 58.00, 8.06, 66.06, 122 / 10007466, Emanuela Sofia Dantas Ferraz, 58.00, 8.04, 66.04, 123 / 10000333, Alayane Cristyene Cardoso Neto, 57.00, 8.87, 65.87, 124 / 10000374, Vislaine Passos da Silva, 57.00, 8.78, 65.78, 125 / 10002021, Brendha Moreira Nunes, 56.00, 9.72, 65.72, 126 / 10000936, Eduardo Herberth da Conceicao Araujo, 58.00, 7.71, 65.71, 127 / 10005522, Raquel Goncalves de Novais, 58.00, 7.66, 65.66, 128 / 10000127, Maria Rita Sousa Barbosa, 58.00, 7.51, 65.51, 129 / 10000116, Perla Soares da Silva Rodovalho, 56.00, 9.36, 65.36, 130 / 10009091, Marcelo Diolindo de Sousa, 58.00, 7.31, 65.31, 131 / 10001698, Karlos Henrique Messias Ribeiro dos Santos, 56.00, 9.17, 65.17, 132 / 10000199, Samara Mazzocante Cruz, 57.00, 7.98, 64.98, 133 / 10004607, Rebeca Cavalcante de Sousa, 57.00, 7.96, 64.96, 134 / 10000848, Beatriz Batista Marinho, 57.00, 7.94, 64.94, 135 / 10006472, Lucas de Souza Sampaio, 57.00, 7.85, 64.85, 136 / 10002172, Sarah Mendes Dias, 57.00, 7.83, 64.83, 137 / 10002929, Stenio Santos Bitencourt, 57.00, 7.75, 64.75, 138 / 10003904, Denise Sales dos Santos, 56.00, 8.74, 64.74, 139 / 10000126, Paulo Wesley Mendes Rodrigues, 57.00, 7.70, 64.70, 140 / 10009000, Denise Silveira Lemes, 56.00, 8.56, 64.56, 141 / 10001257, Miriam Noeme de Oliveira, 56.00, 8.51, 64.51, 142 / 10000918, Palloma Magalhaes de Almeida, 57.00, 7.36, 64.36, 143 / 10005858, Jaqueline Dias da Silva, 56.00, 8.34, 64.34, 144 / 10000694, Kerollaine Alves de Almeida, 56.00, 8.31, 64.31, 145 / 10003697, Beatriz Rodrigues de Lima, 55.00, 9.24, 64.24, 146 / 10000622, Romulo Valdir do Nascimento Amorim, 55.00, 9.16, 64.16, 147 / 10001171, Renato de Almeida Silva, 56.00, 8.16, 64.16, 148 / 10000378, Ernane Batista Zacarias, 55.00, 9.12, 64.12, 149 / 10000725, Laysla Ferreira Santos, 56.00, 8.06, 64.06, 150 / 10000958, Monica de Oliveira Lemes, 56.00, 8.01, 64.01, 151 / 10000598, Emilio Butraguenio Gomes dos Santos, 54.00, 9.93, 63.93, 152 / 10000324, Denise Vieira Tavares, 56.00, 7.89, 63.89, 153 / 10002984, Maria Vieira do Nascimento, 55.00, 8.89, 63.89, 154 / 10009853, Helena Santos Diener, 56.00, 7.81, 63.81, 155 / 10001557, Jobson Castro dos Santos, 57.00, 6.78, 63.78, 156 / 10002905, Jasmine Rayanne Amorim da Silva, 54.00, 9.67, 63.67, 157 / 10005132, Welfston Teixeira Batista, 55.00, 8.65, 63.65, 158 / 10008483, Gustavo Gomes de Lima, 56.00, 7.58, 63.58, 159 / 10009643, Isabel Santos Gosaves, 56.00, 7.56, 63.56, 160 / 10000062, Thais Grasielle de Almeida Gomes, 56.00, 7.44, 63.44, 161 / 10004740, Richarille Aparecido Medeiros Valdevi, 56.00, 7.36, 63.36, 162 / 10002692, Ellen Nogueira de Carvalho, 55.00, 8.34, 63.34, 163 / 10002400, Maria Carolina Maia Vieira Rodrigues, 55.00, 8.09, 63.09, 164 / 10010736, Claudio Marcio Pereira dos Reis, 54.00, 9.08, 63.08, 165 / 10004904, Ana Paula dos Santos, 53.00, 9.89, 62.89, 166 / 10008546, Adriano da Cruz Alves Cavalcante, 55.00, 7.85, 62.85, 167 / 10000397, Mario Vinicius Beleza Carneiro, 56.00, 6.83, 62.83, 168 / 10009936, Joao Daniel da Silva Filgueira, 53.00, 9.75, 62.75, 169 / 10001246, Waleria Maria Rolim, 53.00, 9.70, 62.70, 170 / 10001309, Layse Farias Nava, 55.00, 7.67, 62.67, 171 / 10000946, Lucas de Mendonca Nunes, 53.00, 9.67, 62.67, 172 / 10004964, Danilo Silva de Mesquita, 54.00, 8.59, 62.59, 173 / 10009996, Daniele de Sousa Barros, 53.00, 9.24, 62.24, 174 / 10005564, Aparecida de Lourdes Andrade, 54.00, 8.21, 62.21, 175 / 10001251, Demetrio Pereira de Sousa Filho, 54.00, 8.16, 62.16, 176 / 10001169, Weverton Lucas Oliveira de Aguiar, 53.00, 8.94, 61.94, 177 / 10009918, Leticia Leal de Oliveira, 54.00, 7.92, 61.92, 178 / 10004628, Juliana Menezes dos Passos, 54.00, 7.81, 61.81, 179 / 10010668, Ludileia Rodrigues Rios, 52.00, 9.76, 61.76, 180 / 10004187, Kimberlenn de Oliveira Braga, 53.00, 8.74, 61.74, 181 / 10000602, Maria Aparecida da Silva Alves, 53.00, 8.51, 61.51, 182 / 10001360, Rafael Augusto dos Santos Ramos, 54.00, 7.51, 61.51, 183 / 10002075, Izabela Carvalho Silva, 53.00, 8.39, 61.39, 184 / 10003647, Mac Leonardo da Silva Souto, 52.00, 9.35, 61.35, 185 / 10003529, Karolayne Alves Faria, 54.00, 7.33, 61.33, 186 / 10006367, Waleska Carvalho Gomes Damasceno, 53.00, 8.29, 61.29, 187 / 10001512, Jessica Noronha Cardoso de Sousa, 52.00, 9.28, 61.28, 188 / 10000637, Luna Havanne Sepulveda Coelho, 52.00, 9.25, 61.25, 189 / 10006038, Otavio Maia dos Santos, 52.00, 9.25, 61.25, 190 / 10004333, Vinicius Vieira de Carvalho, 54.00, 7.07, 61.07, 191 / 10000464, Ana Scarlat Rodrigues Simoes, 54.00, 6.84, 60.84, 192 / 10010316, Lorena Cardoso Magalhaes, 51.00, 9.82, 60.82, 193 / 10001398, Karina Aparecida dos Reis Ferreira, 53.00, 7.66, 60.66, 194 / 10007896, Marlene Pereira de Melo Souza, 52.00, 8.61, 60.61, 195 / 10000738, Vitor do Carmo Santos, 51.00, 9.57, 60.57, 196 / 10001897, Thais Ribeiro Pereira, 53.00, 7.29, 60.29, 197 / 10003155, Tabata Brunos Santos, 54.00, 6.26, 60.26, 198 / 10000865, Saulo Mariano da Silva, 51.00, 9.12, 60.12, 199 / 10008968, Alessandra Souza de Carvalho, 51.00, 9.06, 60.06, 200 / 10000491, Vinicius Alves da Silva, 53.00, 7.00, 60.00, 201 / 10000450, Guilherme Por-

tela de Oliveira Carrijo, 52.00, 8.00, 60.00, 202 / 10003968, Priscilla Moraes Kronenberger, 51.00, 8.96, 59.96, 203 / 10000204, Wellington Bernardo de Sousa, 53.00, 6.87, 59.87, 204 / 10008951, Samara Rosa de Oliveira Amorim, 52.00, 7.83, 59.83, 205 / 10000814, Rafael Rodrigo da Silva, 51.00, 8.80, 59.80, 206 / 10007810, Helen Maieny Parralego, 52.00, 7.77, 59.77, 207 / 10003351, Elizeth Montalvao da Pena, 51.00, 8.73, 59.73, 208 / 10009599, Lorena Rodrigues de Oliveira, 53.00, 6.71, 59.71, 209 / 10000234, Nathalia Anastacio Peixoto, 50.00, 9.66, 59.66, 210 / 10000876, Ana Carolina de Carvalho Barboza, 52.00, 7.60, 59.60, 211 / 10008615, Wildecely Silva do Nascimento, 51.00, 8.58, 59.58, 212 / 10008526, Nielly Guedes Furuhashi, 52.00, 7.45, 59.45, 213 / 10004538, Joao Ricardo Augusto dos Santos, 53.00, 6.44, 59.44, 214 / 10000430, Mathias Rocha dos Reis Duque, 50.00, 9.33, 59.33, 215 / 10003091, Hellen da Silva Santos, 51.00, 8.04, 59.04, 216 / 10007729, Daniel Santana Guedes de Oliveira, 52.00, 6.93, 58.93, 217 / 10002316, Camila da Silva Rodrigues, 52.00, 6.82, 58.82, 218 / 10008518, Lucas Vinicius Rodrigues, 50.00, 8.82, 58.82, 219 / 10004698, Jean Carlos Costa Vieira, 51.00, 7.82, 58.82, 220 / 10001770, Kelis Mar de Brito Rosa, 51.00, 7.74, 58.74, 221 / 10008217, Eduardo de Jesus Carvalho, 50.00, 8.57, 58.57, 222 / 10000455, Lorena Louise Beleza Carneiro, 50.00, 8.43, 58.43, 223 / 10003972, Jessica Sales Rodrigues, 51.00, 7.25, 58.25, 224 / 10003048, Mariana Terra Alves de Oliveira, 52.00, 6.24, 58.24, 225 / 10000792, Leopoldo Santos Costa, 50.00, 8.16, 58.16, 226 / 10003067, Leticia Isabel Silva, 50.00, 8.13, 58.13, 227 / 10000423, Maria Madalena Batista Dias, 50.00, 8.00, 58.00, 228 / 10010272, Mayara Cristina de Medeiros Leite, 51.00, 6.97, 57.97, 229 / 10001510, Suellen Lima da Silva, 50.00, 7.89, 57.89, 230 / 10006170, Camila Leal Cardoso, 50.00, 7.81, 57.81, 231 / 10004670, Maria Euda Marcia Pereira da Silva, 50.00, 7.76, 57.76, 232 / 10004433, Vanessa Taiane de Resende, 50.00, 7.73, 57.73, 233 / 10009935, Yago Mendes Goncalves, 51.00, 6.64, 57.64, 234 / 10008375, Daiane Kinona dos Reis Borges, 50.00, 7.60, 57.60, 235 / 10003212, Ana Luiza da Silva Arrais, 51.00, 6.57, 57.57, 236 / 10003751, Marcio Gabriel Aguiar de Sousa, 50.00, 7.47, 57.47, 237 / 10000605, Vinicius Cardoso de Almeida, 50.00, 7.33, 57.33, 238 / 10007300, Tatiane Silva, 50.00, 5.92, 55.92, 239 / 10007391, Gabriella Ferreira da Silva, 50.00, 5.74, 55.74, 240 / 10003750, Mauro Chaves da Silva, 50.00, 5.46, 55.46, 241.1.1.2.2.1 Resultado final nas provas objetivas, na prova de redação e no vestibular dos candidatos sub judice, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final do vestibular, nota final nas provas objetivas, nota final na prova de redação, nota final no vestibular e classificação final no vestibular. 10000604, Karen Cristina Araujo de Freitas, 78.00, 9.90, 87.90, 2 / 10001799, Breno Castro Neves, 70.00, 7.75, 77.75, 27 / 10000245, Robson da Silva Fernandes, 68.00, 7.41, 75.41, 43 / 10001215, Renata Leal Barroso Ferro, 62.00, 9.31, 71.31, 65. 2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1 Tendo em vista o erro ocorrido e para dar transparência ao procedimento de correção desse erro, os candidatos poderão ter acesso à prova de redação e aos espelhos de avaliação da prova de redação das 9 horas do dia 20 de março de 2014 às 18 horas do dia 5 de abril de 2014 (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/vestibular/vest_escs_14.2.2 O candidato poderá obter informações referentes ao vestibular na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/vestibular/vest_escs_14, e por meio do endereço eletrônico vest_escs_14@cespe.unb.br 2.3 A convocação para a matrícula será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e divulgada na internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/vestibular/vest_escs_14, em data oportuna.

MARIA DILMA ALVES TEODORO

Diretora-Geral da ESCS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 32, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização concedida pelo Conselho Permanente Recursos Humanos (CPRH) da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, nos autos do Processo Administrativo nº 054.000.192/2011, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 96, de 17 de maio de 2012, e ainda, o contido nos Editais n.º 41-DGP/PMDF, publicado no DODF n.º 250 de 12 de dezembro de 2012 e n.º 19-DGP/PMDF de 26 de fevereiro de 2014, RESOLVE:

1. INDEFERIR os requerimentos de final de fila impetrados pelos candidatos a abaixo relacionados, tendo em vista que tal dispositivo não encontra previsão no edital normativo do presente concurso, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e classificação final no concurso. 141116416, LUCAS MOURA SILVA; 141101938, STEPHANIE MOIRA BRAUNA DAROCHA; 141103919, RAPHAEL NOGUEIRA DE ANDRADE.
2. ELIMINAR do presente concurso público os candidatos abaixo relacionados, por não terem comparecido a convocação efetuada por meio do 20-DGP/PMDF, publicado no DODF nº 44 de 27 de fevereiro de 2014, a fim de efetuarem a entrega da documentação necessária para ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal, e matrícula no curso de formação de Soldado Policial Militar da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme contido nos subitens 22.2 e 23.6 do edital normativo. 2.1. Relação dos candidatos femininos eliminados, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e classificação final no concurso. 141103100, ALEXANDRA BURLAMAQUE GARCIA, 6; 141100827, LARISSA BEATRIZ DE CARVALHO TEIXEIRA, 15; 141101703, LAIS MOTA CASSEMIRO, 16; 141130683, FRANCYS MARA SILVA PEREIRA, 17; 141126475, KELLY CRISTINE VENEROSO BONTEMPO, 24; 141104906, JANUARIA ANGELA NUNES DOURADO DO NASCIMENTO, 26;

141129323, PAULA FIGUEIREDO ERVILHA RODRIGUES, 27; 141109260, LIZIANE MARIA BATISTA TELES, 30; 141113275, ERIKA LUDMILA ONISKO LUNIERE, 38; 141107970, MARIANA DE ALCANTARA NAZARIO, 40; 141100477, KATHY BAGNHUK DE MELO, 44; 141132490, ANA GABRIELLA LUCAS OLIVEIRA, 54; 141140228, PATRICIA REGINA DIAS DE LIMA, 56; 141104130, AGUINA FERNANDA JOSE DA SILVA PEIXOTO, 57; 141101938, STEPHANIE MOIRA BRAUNA DA ROCHA, 75; 141136312, BRUNA PEREIRA SOARES, 102; 141108192, PRISCILLA DE FATIMA ALVES DE JESUS, 125; 141110091, EDUARDA LINS BATISTA, 151; 141107807, DARLENE CASTRO QUEIROZ, 158; 141141162, IASMINE MOREIRA PONTES, 161; 141121237, FERNANDA MAYRA ROCHA, 170.

2.2. Relação dos candidatos masculinos eliminados, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e classificação final no concurso.

141115371, HUDSON BENEDETTI DE MIRANDA, 3; 141104694, LEANDRO RODRIGUES AGUILA, 7; 141101909, MATHEUS DA SILVA BORGES, 8; 141110771, ULISSES DA SILVA MENDES, 10; 141111445, BRUNO MOUREIRA DOS SANTOS, 16; 141104458, VINICIUS DE SOUZA FREIRE, 17; 141124339, DANILO GONCALVES GOMES SILVA, 23; 141100022, BRUNO CAL DOS SANTOS RODRIGUES, 24; 141112934, GLAUBER DUARTE, 25; 141103919, RAPHAEL NOGUEIRA DE ANDRADE, 32; 141104080, CAIO HENRIQUE SPINDOLA MACEDO, 38; 141103204, PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DIOGO, 45; 141116416, LUCAS MOURA SILVA, 50; 141105390, FRANCISCO HERCULES LIMA DOS SANTOS, 56; 141104894, DANIEL LIMA ALENCAR, 70; 141120036, RAFAEL ROMEU DOS ANJOS, 93; 141127382, RAPHAEL PEREIRA SAMPAIO SANTOS, 103; 141137051, JOAO FELIPE DE ALENCAR PANDOLPHI, 107; 141110183, MURILO GOMES SOUTO, 115; 141115718, EDUARDO CAMARGO BEZERRA, 126; 141124346, RENATO ALVES DE OLIVEIRA, 133; 141141499, VICTOR DE MORAIS CURADO, 135; 141127891, JOAO MARCOS ALVES VIEIRA DUARTE, 139; 141105125, JOSE KENNEDY DE SOUSA SANTOS, 142; 141112349, TYAGO VENANCIO DA SILVA, 144; 141121037, RODOLFO OSMAR ROSA DIAS, 158; 141126331, JULIANO JOSE DE FARIA, 181; 141129682, GILIARD MELO DA SILVEIRA, 203; 141110606, MARCOS GOMES QUIJANO, 216; 141125678, THIAGO CHAGAS DA COSTA, 221; 141110546, OSTIANO DO CARMO BRITO, 230; 141107735, RODRIGO DE ABREU AQUINO MOURA MARTINEZ, 231; 141118862, GABRIEL BRUNO COSTA SOUSA LIBORIO, 232; 141100839, LEONARDO DE ALMEIDA CERQUEIRA LIMA, 241; 141114635, GUILHERME ALVARES LAPIDUS, 244; 141115612, IGRO MAIA DE SOUZA, 253; 141121439, JAIR BARCELOS JUNIOR, 257; 141102976, DANILO RICARDO DE PAIVA CUNHA, 263; 141125359, GABRIEL ALBUQUERQUE BARROS, 274; 141102363, RAFAEL RIBEIRO ALVARENGA, 279; 141126296, GUILHERME NAVES DE ALMEIDA, 287; 141116696, LEONARDO LIMA ALMEIDA, 292; 141141774, ULYSSES MARTINS COSTA, 294; 141104195, LEANDRO GARRIDO DE MELO, 299; 141141910, RAFAEL CAMARA TRINDADE, 300; 141116803, EDUARDO EVARISTO BORGES, 307; 141105136, HERMOM SOUSA RAMOS DA SILVA, 322; 141129227, IURI FRANCA DE QUEIROZ, 338; 141101585, JAILSON DE LIMA ALENCAR, 343; 141130503, VINICIUS MARQUES GONCALVES, 344; 141119457, DIEGO IRACY FERNANDES DAMASCENO, 352; 141139653, THIAGO JAGUARIBE SAGGIORO, 355; 141100896, LUIZ FERNANDO DRUMMOND DE ARAUJO, 362; 141108886, THIAGO CAMPOS MORAIS, 370; 141111525, LUIZ MARQUES DOS SANTOS JUNIOR, 388; 141103419, BRUNO PORTELA LEITE DA SILVA, 398; 141126023, CARLOS ANDRE LOPES DA SILVA, 414; 141100269, ANDERSON GUIMARAES RODRIGUES, 455; 141102275, IGOR HENRIQUE FATIGA, 475; 141118672, JAQUISON ROCHA DE SOUSA, 481; 141126183, RAPHAEL ALMEIDA SOUSA, 482; 141111219, GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA, 490; 141103538, PAULO VINICIUS ROQUETE MOURAO, 506; 141106593, DANIEL CORREA DE ASSIS, 523; 141104951, FILIPE COELHO DE OLIVEIRA, 542; 141137940, PAULO RICARDO LEMES, 548; 141128263, ANDRE LUIZ MARCAL DA SILVA, 560; 141130690, KELVISON VIEIRA DA ROCHA, 561; 141129842, RICARDO MUNIZ DA SILVA, 565; 141139928, MARCOS VINICIUS DE LIMA LULA OLIVEIRA, 607; 141134060, DIOGO ALVES PORTILHO, 608; 141120313, LUIS GUSTAVO DE MORAIS GARAY, 613; 141104662, FLAVIO DA SILVA SOUZA, 639; 141110218, WILDES CORDEIRO SILVA, 675; 141104431, ICARO LEMOS BARBOSA, 677; 141105560, RUFUS FROTA SIQUEIRA, 680; 141102963, MARCUS VINICIUS DE MORAIS RIBEIRO, 682; 141107497, ALISSON CANTANHEDE DE ARAUJO, 719; 141102765, JASIEL CAEIRO NETO, 734; 141117849, DANIEL VENTURA SANCHES, 740; 141141398, AUGUSTO SIMON BOLIVAR DE LIMA RAMIREZ, 749; 141100528, REGINES CARDOSO DA SILVA, 754; 141100305, ANDRE ARAUJO BARBOSA, 759; 141141378, ADALBERTO SILVA MARTINS, 815.

3. ELIMINAR do presente concurso público o candidato abaixo relacionado, por contrariar o contido na letra “b” do subitem 3.2 do edital normativo, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e ordem de classificação final no concurso.

141101795, THALES YURY CAVALCANTE SANTOS, 328; 141106758, HENRIQUE BARREIRA DE SOUSA, 353; 141107929, LEONARDO SILVA OLIVEIRA, 408; 141107518, LEONARDO OLIVEIRA ARAUJO CRISPIM, 483; 141107683, MARCELO DE FRANCA LIMA, 521; 141109137, LUIZ DE CARVALHO LEAL NETO, 803.

4. ELIMINAR do presente concurso público o candidato abaixo relacionado, por contrariar o contido na letra “c” do subitem 3.2 do edital normativo, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e ordem de classificação final no concurso.

141101308, GUSTAVO CARVALHO DE ARAUJO, 786; 141103986, MELQUIANO JOSE BARROS, 199; 141100833, WIRIS ALVES DE SOUZA, 225; 141101179, ROGERIO GAMA FERREIRA, 306; 141106938, DIEGO MENDONCA DE ARAUJO, 527; 141118330, LEANDRO SOARES DE ARAUJO, 420; 141101449, ANTONIO PEDRO DA SILVA FILHO, 474;

5. CONVOCAR em decorrências das eliminações contidas nos item 2., 3. e 4. do presente edital, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no presente concurso público, para comparecerem na Academia de Polícia Militar de Brasília, situada no Setor Policial Sul, área especial nº 4, Asa Sul, Brasília - DF, no dia e horários abaixo discriminados, a fim de efetuarem a entrega da documentação

necessária para ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal, e matrícula no curso de formação de Soldado Policial Militar da Polícia Militar do Distrito Federal, prevista no subitem 6.1 do presente edital.

5.1. Relação dos candidatos femininos, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e classificação final no concurso.

DIA 28 DE MARÇO DE 2014, ÀS 07:30 HORAS

141115873, ARIADNE EVANGELISTA DE LIMA REIS, 184; 141129138, CHRISTINA RODRIGUES CUSTODIO, 185; 141101134, CINTHIA DE CASTRO COIMBRA, 186; 141101048, NATHALIA FONTINELE BEZERRA, 188; 141102203, JOICE TORRES FRAZAO, 189; 141135629, JANINE YUMI IVAMOTO, 190; 141112580, ANGELA ALVES GOMES GUERRA, 191; 141113896, JESSYKA ALVES FREIRES, 192; 141103182, IZABELA LIMA ARAUJO RAMOS, 193; 141112636, PATRICIA DE SENA RIBEIRO, 194; 141109698, GABRIELA PALMEIRA PEREIRA, 195; 141127899, BRUNA CAROLINE CAIXETA MENDES, 196; 141128412, ARYANNE OLIVEIRA FELICIANO (candidato sub judge), 197; 141103885, KARLA CRISTINA PINTO DA SILVA, 198; 141131350, NAYARA BARBOSA COSTA DE AGUIAR, 199; 141119798, FABIANA REGIANE PEIXOTO, 201; 141100563, INES FONSECA DE GUSMAO, 202; 141107011, MELINA WOELLNER DE SOUZA, 203; 141130117, SIMONE LIMA FERREIRA (candidato sub judge), 204; 141126167, VANESSA VIEIRA BUENO, 205; 141101578, CAMILA DRESCH WENDT, 206; 141132079, ALLINE PEIXOTO DE FRANCA LIMA, 207.

5.2. Relação dos candidatos masculinos, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato e classificação final no concurso.

DIA 28 DE MARÇO DE 2014, ÀS 07:30 HORAS

141139421, SYLVANIO ISIDIO VIEIRA DOS SANTOS, 818; 141127959, MARCELO HENRIQUE JUNIO ALVES COSTA, 819; 141103003, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, 820; 141117181, PAULO ROBERTO HAMU JUNIOR, 821; 141126287, WAGNER DIAS DA SILVA, 822; 141125418, JAMERSON PIRES DE LEMOS, 823; 141111989, WELITON WAGNER DOS SANTOS, 824; 141121614, LAZARO LUIZ CRUVINEL, 825; 141107668, BRICIO HERBERT ALVES TEIXEIRA, 826; 141115501, GUSTAVO PESSOA DE SOUZA, 827; 141125368, ROBERTO TADEU ROCHA PEREIRA, 828; 141110089, NATHANIEL RODRIGUES DE LIMA, 829; 141113685, THIAGO MORENO DE MEDEIROS, 830; 141116151, CESAR MELO DUTRA, 831; 141116637, LEONARDO SILVA NASCIMENTO, 832; 141101252, PABLO DA SILVA CONFORTINI, 833; 141103621, RAFAEL FERNANDES DA SILVA, 834; 141140521, MAGNER FERREIRA PENHA, 835; 141122031, HEDER CAMILO MACEDO, 836; 141121179, MARCELO DE CARVALHO FERREIRA, 837; 141108687, JOAO VICTOR ALVES DA SILVA, 838; 141107135, ADAMIR MARCOS CARDOSO ELEUTERIO, 839; 141116211, CHRISTIANO MARQUES PRAXEDES, 840; 141131815, LUCAS MENESES DA SILVA, 841; 141103293, ISAIAS LOPES DE PAIVA JUNIOR, 842; 141130945, BRENNON ARRUDA VIEIRA, 843; 141102268, SALVADOR PAULO DA SILVA JUNIOR, 844; 141100524, MARCO AURELIO DE OLIVEIRA E SILVA SOARES, 845; 141103541, FRANCISCO EDUARDO FERREIRA LUNGUINHO, 846; 141140909, WANDERLEY NOGUEIRA GONCALVES, 847; 141101035, ANDERSON CESARIO SARAIVA BORBA, 848; 141102837, CLEBER BORGES TEIXEIRA, 849; 141114008, TONY GOMES DA SILVA, 850; 141105881, SERGIO ALDIR DA SILVA JUNIOR, 851; 141123935, THIAGO GONCALVES DA SILVA, 852; 141137163, JAZER GARCIA DOURADO, 853.

DIA 28 DE MARÇO DE 2014, ÀS 13:30 HORAS

141139501, CHARLISOM MURILO MARQUES DE CARVALHO, 854; 141124687, THYAGO DE MELO KLIER, 855; 141115481, CLEMERSON MACHADO DE OLIVEIRA, 856; 141113330, PAULO SERGIO VASCONCELOS MACHADO JUNIOR, 857; 141129078, MARCIO MAGALHAES QUEIROZ, 858; 141102042, RAFAEL TAHAN DA CONCEICAO, 859; 141101487, THIAGO FREDERICO MORENO CAETANO, 860; 141115322, RAMON UBIRATAN DE SOUZA ARAUJO, 862; 141130635, THEO SOARES DOS SANTOS, 863; 141131155, LEONARD HENRIQUE MONTEIRO, 864; 141102672, DIOGO FLAVIO GOMES DIAS, 865; 141102245, HUDSON GUSTAVO DOS SANTOS MOREIRA, 866; 141143111, SAULO RODRIGUES GALVAO, 867; 141107237, MARCOS SILVA PINTO, 868; 141107806, FERNANDO RODRIGUES PEREIRA, 869; 141105039, GILMAR SANTANA DOS SANTOS, 870; 141125401, PLINIO DE SOUSA ALMEIDA, 871; 141102467, LEANDRO JOSE DOS REIS BESERRA (candidato sub judge), 872; 141131151, THIAGO FERREIRA DA ROCHA, 873; 141124826, SANDRO LUIS NASCIMENTO DA SILVA (candidato sub judge), 874; 141116338, LEONEL LACERDA WERNECK JUNIOR, 875; 141127953, LEANDRO CARVALHO REZENDE, 876; 141101934, JARBAS GABRIEL ALVES DE JESUS, 877; 141103975, IGOR AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, 878; 141112709, LUIS FELIPE MEDEIROS WIELEWSKI, 879; 141117302, ANDRE FERNANDES MACHADO, 880; 141104705, RONAN MENEZES DO REGO, 881; 141105520, PAULO CESAR ALVES DA SILVA, 882; 141104670, ALVARO HENRIQUE MILHOMEM DA SILVA SANTOS, 883; 141103232, SERGIO RICARDO GUEDES ARAUJO DE ALBUQUERQUE, 884; 141122376, IGOR DE CASTRO LIMA, 885; 141142398, LEONARDO CANDIDO DOS SANTOS OLIVEIRA, 886; 141127921, LEONARDO AFONSO MENDES, 887; 141114833, SAULO ALEX DA SILVA BARBOSA, 888; 141104507, JEFFERSON HENRIQUES BENTO, 889; 141130312, HENRIQUE MATTEUS CAMPOS, 890; 141127372, RAFAEL RODRIGUES RIBEIRO, 891; 141119024, TIAO HALLEY BARBOSA DOS SANTOS, 892; 141112718, DANILO FERREIRA PRUDENCIO, 893; 141100285, FRANCISCO MICHEL DE MELO LISBOA, 894; 141108210, WELLINGTON RODRIGUES DE OLIVEIRA, 895; 141141315, JOSE ALEXANDRE TELES MARQUES, 896; 141107748, DEIVISON GEORGE MARINHO, 897; 141106817, CESAR DIVINO ALMEIDA BRITO JUNIOR, 898; 141123467, JAINISCLEI DA SILVA LAGO, 899; 141128750, PAULO AIRTON SILVA BRANDAO JUNIOR, 900; 141128366, EDUARDO PENA VALADARES, 901; 141138970, MATEUS COELHO DE BRITTO, 903; 141103649, DIEGO BARRETO MELO, 904; 141101467, RAFAEL AUGUSTO POLLINI, 905; 141127651, FABIO PEREIRA DA SILVA, 906; 141108172, MARCOS RILDER DE SOUZA BRELAZ, 907; 141101856, WINDSON CARVALHO PEREIRA DA SILVA, 908; 141100916, FRANCISCO MOREIRA VERONEZI LOPES DA FONSECA, 909;

141139090, GLEYSON MEIRELES FERREIRA, 910; 141103500, FLAVIO HENRIQUE ALVES DE MOURA, 911; 141123712, BRUNO MARCAL MASCENA RODRIGUES, 912; 141128067, WASHINGTON RODRIGUES DA PAZ JUNIOR, 913; 141107491, WELLINGTON DA SILVA FERNANDES, 914; 141120163, MARCOS PAULO DE OLIVEIRA (candidato sub judice), 915.

6. DO INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO POLICIAL MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CFSDPM)

6.1. O candidato convocado, deverá apresentar os seguintes documentos:

- cópia do PIS/PASEP (não poder ser NIT);
- original do Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª Categoria ou Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) para os candidatos masculinos;
- declaração de Não Acumulação de cargo público (conforme formulário disposto no site da PMDF);
- cópia do Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição nos dois turnos, quando for o caso;
- cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física) que deverá estar sem restrições pela Receita Federal;
- cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- cópia da Carteira de Identidade do Distrito Federal, caso não possua, providenciar Registro Geral do Distrito Federal (tirar carteira de identidade da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal);
- declaração de bens e direitos conforme formulário disposto no site da PMDF;
- cópia do diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;
- tipo sanguíneo com o fator RH (expedido pelo laboratório de análises clínicas);
- cópia do comprovante de residência com CEP (conta de água e esgoto, energia elétrica ou telefone);

6.2. O candidato deverá preencher ficha cadastral de inclusão de novos policiais militares on line disponível no site da Polícia Militar do Distrito Federal, a qual deverá ser impressa, assinada e entregue juntamente com a documentação exigida no subitem anterior.

6.3. O Candidato convocado deverá abrir uma conta corrente no Banco de Brasília conforme artigo 144, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

6.4. O candidato que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previsto no subitem acima, será eliminado do certame.

7. REGIME JURÍDICO DE TRABALHO: O Soldado PM de 2.ª classe aprovado no Curso de Formação de Praças (CFP) será promovido a Soldado PM de 1.ª classe, de acordo com o Estatuto dos Policiais Militares da PMDF (Lei n.º 7.289/84, alterada pelas Leis n.ºs 7.475/86, 10.486/02 e 11.134/05) e o Regulamento para o Corpo de Praças da PMDF (Decreto GDF n.º 10.260/87), respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento, salvo o candidato incluído na PMDF de forma precária em cumprimento à determinação judicial, caso não haja ordem expressa para sua promoção.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Será convocado para admissão (incorporação) na Polícia Militar do Distrito Federal e matrícula no Curso de Formação de Praças (CFP) o candidato classificado de acordo com o resultado final do concurso, respeitando-se o limite de vagas estabelecido neste edital e as demais exigências do presente edital.

8.2. Será considerado desistente e conseqüentemente eliminado do concurso o candidato que, uma vez convocado para admissão (incorporação) e matrícula, não comparecer na data, no horário e no local estabelecido.

8.3. O CFP, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado na Escola de Formação Praças da Polícia Militar do Distrito Federal com dedicação integral.

8.4. Durante a realização do Curso de Formação de Praças, o aluno (Soldado de 2.ª Classe) perceberá remuneração mensal, de acordo com a Lei de Vencimentos da Polícia Militar do Distrito Federal.

8.5. Os casos de aprovação e reprovação no CFP constarão de Normas, Regulamentos e demais dispositivos baixados pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo Diretor de Ensino e Cultura e pelo Comandante da Escola de Formação Praças.

8.6. Todas as despesas com material didático, necessário para a realização do CFP, correrão por conta do candidato.

8.7. O CFP não é etapa do concurso, conforme previsto no subitem 1.3 do edital normativo.

ANDERSON CARLOS DE CASTRO MOURA

EDITAL Nº 33 – DGP/PMDF, DE 20 DE MARÇO DE 2014 CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização concedida pelo Conselho Permanente Recursos Humanos (CPRH) da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, nos autos do Processo Administrativo nº 054.000.192/2011, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 96, de 17 de maio de 2012, e ainda, o contido nos Editais n.º 41-DGP/PMDF, publicado no DODF n.º 250 de 12 de dezembro de 2012 e ainda em cumprimento a determinação judicial, resolve:

1. REPOSICIONAR em final de fila, a candidata STEPHANIE MOIRA BRAUNA DA ROCHA, inscrição nº 141101938, na condição sub judice, em cumprimento a determinação judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 2014.01.1.032497-0.

2. CONVOCAR os candidatos a seguir relacionados, considerados habilitados na quinta etapa – sindicância da vida pregressa e investigação social e aprovados no presente concurso público para o cargo de SOLDADO POLICIAL MILITAR COMBATENTE - QPPMC - CÓDIGO 101, para comparecerem na Academia de Polícia Militar de Brasília, situada no Setor Policial Sul, área especial nº 4, Asa Sul, Brasília - DF, no dia 28 de março de 2014, às 13:30 horas, a fim de efetuarem a entrega da documentação necessária para ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal, e matrícula no curso de formação de Soldado Policial Militar da Polícia Militar do Distrito Federal,

na condição sub judice, prevista no subitem 3.1 do presente edital.

- 141107250, GABRIEL MENEGASSI PRONSATI, AO Nº 2014.01.1.030330-7;
- 141130321, ANA ELICE DA SILVA SANTOS, AO Nº 2014.01.1.029700-5;
- 141101804, GABRIEL VIEIRA DE SOUZA E AVILA, AGI Nº 2014.01.1.000766-9;
- 141133620, RUAN MACHADO LEITE, AO Nº 2014.00.2.005015-6;
- 141121628, DYEGO HEBERT DA SILVA MALAGOLI, AA Nº 2014.01.1.000651-9;
- 141101915, LORENA SOUZA E SILVA, AO Nº 2014.01.1.032304-4;
- 141103762, MAYKE HENRIQUE DA SILVA PEREIRA, AO Nº 2014.01.1.030410-9;
- 141100143, FELIPE CARVALHO DE OLIVEIRA, AGI Nº 2014.00.2.005179-4;
- 141109530, RAFAEL MENDES BRASIL, MS Nº 2014.01.1.004849-7;
- 141109370, RODRIGO PEREIRA DA SILVA, AGI Nº 2014.00.2.005267-6;
- 141105622, ALESSANDRO ALVES CARDOSO MACIEL, MS Nº 2014.01.1.032387-2;
- 141104584, LEONARDO LUCIO DE AGUIAR, AGI Nº 2014.00.2.030440-0;
- 141140905, WENDERSON DE SOUSA CHAGAS, MS Nº 2014.01.1.006646-9;
- 141130210, FLAVIO DUARTE BATISTA, AGI Nº 2014.00.2.00661-7;
- 141117571, TIAGO FREITAS DE DEUS, MS Nº 2014.01.1.033792-3;
- 141131166, SUSIE SAHORI SAIKI, MS Nº 2014.01.1.002614-3;
- 141100086, MARIANA VIDAL BAHIA CAMARGOS, AO Nº 2014.01.1.032540-2;
- 141102989, ALEXANDRE MARTINS DE MELO, AO Nº 2014.01.1.006804-8;
- 141112823, CAMILA SOUZA DE LACERDA, AGI Nº 2014.00.2.005284-4;
- 141107518, LEONARDO OLIVEIRA ARAUJO CRISPIM, AO Nº 2014.01.1.033122-4;
- 141116681, ALINE CARVALHO DE SOUSA, AO Nº 2014.01.1.030493-7;
- 141115259, LUIZ AUGUSTO ALVES DE CARVALHO, AGI Nº 2014.00.2.004915-5;
- 141109817, RAFAEL LIMA MATOS, AO Nº 2014.01.1.033352-7;
- 141101506, MARCUS VINICIUS VASCONCELOS DA COSTA, AO Nº 2014.01.1.030452-7;
- 141122951, MICHELE RODRIGUES DE JESUS QUEIROZ, AGI Nº 2014.00.2.004896-4;
- 141109137, LUIZ DE CARVALHO LEAL NETO, AC Nº 2014.01.1.033414-4;
- 141102380, SAMUEL ALVES PINHEIRO DE MACEDO, AO Nº 2014.01.1.030303-7;
- 141127036, ROGERIO BUENO DE ASSUNCAO, 65.00, 7.15, 72.15, 971;
- 141117074, DIOGO ASSIS BRITO, AGI Nº 2014.00.2.005137-6;
- 141136314, GLEICE KELLY BRAGA GUIMARAES, AD Nº 2014.01.1.030476-9.

3. DO INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO POLICIAL MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CFSDPM)

3.1. O candidato convocado, deverá apresentar os seguintes documentos:

- cópia do PIS/PASEP (não poder ser NIT);
- original do Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª Categoria ou Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) para os candidatos masculinos;
- declaração de Não Acumulação de cargo público (conforme formulário disposto no site da PMDF);
- cópia do Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição nos dois turnos, quando for o caso;
- cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física) que deverá estar sem restrições pela Receita Federal;
- cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- cópia da Carteira de Identidade do Distrito Federal, caso não possua, providenciar Registro Geral do Distrito Federal (tirar carteira de identidade da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal);
- declaração de bens e direitos conforme formulário disposto no site da PMDF;
- cópia do diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;
- tipo sanguíneo com o fator RH (expedido pelo laboratório de análises clínicas);
- cópia do comprovante de residência com CEP (conta de água e esgoto, energia elétrica ou telefone);

3.2. O candidato deverá preencher ficha cadastral de inclusão de novos policiais militares on line disponível no site da Polícia Militar do Distrito Federal, a qual deverá ser impressa, assinada e entregue juntamente com a documentação exigida no subitem anterior.

3.3. O Candidato convocado deverá abrir uma conta corrente no Banco de Brasília conforme artigo 144, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

3.4. O candidato que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previsto no subitem acima, será eliminado do certame.

4. REGIME JURÍDICO DE TRABALHO: O Soldado PM de 2.ª classe aprovado no Curso de Formação de Praças (CFP) será promovido a Soldado PM de 1.ª classe, de acordo com o Estatuto dos Policiais Militares da PMDF (Lei n.º 7.289/84, alterada pelas Leis n.ºs 7.475/86, 10.486/02 e 11.134/05) e o Regulamento para o Corpo de Praças da PMDF (Decreto GDF n.º 10.260/87), respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento, salvo o candidato incluído na PMDF de forma precária em cumprimento à determinação judicial, caso não haja ordem expressa para sua promoção.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Será convocado para admissão (incorporação) na Polícia Militar do Distrito Federal e matrícula no Curso de Formação de Praças (CFP) o candidato classificado de acordo com o resultado final do concurso, respeitando-se o limite de vagas estabelecido neste edital e as demais exigências do presente edital.

5.2. Será considerado desistente e conseqüentemente eliminado do concurso o candidato que, uma vez convocado para admissão (incorporação) e matrícula, não comparecer na data, no horário e no local estabelecido.

5.3. O CFP, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado na Escola de Formação Praças da Polícia Militar do Distrito Federal com dedicação integral.

- 5.4. Durante a realização do Curso de Formação de Praças, o aluno (Soldado de 2.ª Classe) perceberá remuneração mensal, de acordo com a Lei de Vencimentos da Polícia Militar do Distrito Federal.
- 5.5. Os casos de aprovação e reprovação no CFP constarão de Normas, Regulamentos e demais dispositivos baixados pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo Diretor de Ensino e Cultura e pelo Comandante da Escola de Formação Praças.
- 5.6. Todas as despesas com material didático, necessário para a realização do CFP, correrão por conta do candidato.
- 5.7. O CFP não é etapa do concurso, conforme previsto no subitem 1.3 do edital normativo.

ANDERSON CARLOS DE CASTRO MOURA

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO

Processo: 054.000.466/2014 – Partes: Distrito Federal através da Polícia Militar do Distrito Federal X Colégio Compacto. Objeto: Cessão de uma área com 70m² (setenta), em regime de COMODATO, situado na Q. 01, Lotes 100,120 e 140 – Setor Leste Industrial Gama – DF, de propriedade do COMODANTE, para uso da COMODATÁRIA, destinada a instalação da 5ª Companhia do Batalhão Escolar – 1º BPEsc. Vigência: é de 05 (cinco) anos a contar da data da assinatura do instrumento, Foro: Fica eleito o foro de Brasília, DF, para dirimir todas e quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Ajuste. Signatários: Distrito Federal pela Polícia Militar do Distrito Federal, representado por Alexandre Antônio de Oliveira Corrêa – Cel QOPM, Chefe do Departamento de Logística e Finanças da PMDF e João Batista Lacerda Neto – Sócio Proprietário do Colégio Compacto.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a documentação constante do processo nº 054.000.456/2014, firmou o presente por inexigibilidade de licitação de acordo com o disposto no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, bem como o Parecer nº 0726/2008-PROCAD/DF, em favor da empresa Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda, CNPJ: 00.714.403/0001-00, para fazer face às despesas com o Curso Introductório de Licitações e Contratos administrativos a ser realizado no período de 20 e 21 de março de 2014, em Brasília-DF, a 17 (dezesete) policiais-militares, no valor de R\$ 39.060,00 (trinta e nove mil e sessenta reais). Ato que ratifico nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 bem como nos termos do § 2º do Artigo 113 do Decreto Distrital nº 31.793/2010 autorizo o empenho da despesa e determino a sua publicação no Diário Oficial do DF, de modo que adquira a necessária eficácia. Em 20 de março de 2014. Alexandre Antônio de Oliveira Corrêa – Chefe do Departamento de Logística e Finanças.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2013 (*)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: 32/2013

PROCESSO nº: 053.001.458/2013

PREGÃO nº: 68/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF.

Aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2013, na Diretoria de Contratações e Aquisições, localizada no Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “B” Bloco “D”, CEP 70610-600, Brasília - DF – o Diretor de Contratações e Aquisições do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Alexandre Costa Oliveira, conforme delegação de competência através da Portaria nº 21 de 24/03/2011, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, combinado com a Lei Distrital nº 938/95, o Decreto Federal nº 7.163/2010, o Decreto Distrital nº 34.509/2013, o Decreto Federal nº 7.892/2013 (no que não conflitar com o Decreto Distrital nº 34.509/2013) e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 68/2013, publicado no DODF nº 275, de 23 de dezembro de 2013, página nº 67 e a respectiva homologação, conforme fls. 323 do processo nº 053.001.458/2013, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), na(s) quantidade(s) estimada(s) pela Administração de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(ns), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos materiais especificados no Anexo I do Edital de Pregão nº 68/2013, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante, conforme consta nos autos do processo nº. 053.001.458/2013.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em Unidades de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, incluindo as prorrogações possíveis.

CLÁUSULA III - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à Seção de Licitações da Diretoria de Contratações e Aquisições, por meio da sua Subseção de Registro de Preços, nos termos da Portaria nº 26, de 20 de abril de 2011.

CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA ADESÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada, para a aquisição do respectivo objeto, pela Administração direta e indireta, autárquica e fundacional e pelas empresas públicas do Distrito

Federal, desde que autorizada sua utilização pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, observando-se o art. 3º, § 2º, do Decreto Distrital nº 34.509/2013.

4.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado para o período.

4.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública (art. 10, § 4º, do Decreto Distrital nº 34.509/2013), mediante prévia consulta ao CBMDF, desde que devidamente comprovada a vantagem.

4.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.2.2. A adesão a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, por órgão ou entidade do Distrito Federal, a 100% (cem por cento) por órgão ou entidade, conforme previsto no art. 23, § 3º, do Decreto Distrital nº 34.509/2013.

4.2.3. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder ao quántuplo registrado, conforme previsto no art. 23, § 4º, do Decreto Distrital nº 34.509/2013.

4.2.4. O CBMDF somente autorizará a adesão após a primeira contratação advinda da Ata de Registro de Preços (art. 23, § 5º, do Decreto Distrital nº 34.509/2013).

4.2.5. Os processos de adesão à Ata de Registro de Preços deverão observar o art. 27 do Decreto Distrital nº 34.509/2013.

CLÁUSULA V - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1. O(s) preço(s) ofertado(s), especificação(ões) e consumo(s) médio(s) semestral(is), marca(s) do(s) produto(s), empresa(s) e representante(s) legal(is), encontram-se enunciados na presente ata.

CLÁUSULA VI - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O local de entrega será na(o) Centro de Suprimento de Materiais – CESMA localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS), quadra 04, lote 05 – Brasília. Tel: 3901-5983, de acordo com Anexo I do Edital de Pregão nº 68/2013, em até 210 (duzentos e dez) dias, contados da data de assinatura do contrato ou da entrega da Nota de Empenho, quando não houver a formalização do instrumento de contrato.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília – BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela(o) Executor/ Comissão de contrato mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/90);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade e expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

IV – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio da Licitante.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

– a multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

7.5. Às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A (BRB). Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011.

CLÁUSULA VIII – DO CONTRATO

8.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Diretoria de Contratações e Aquisições, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente;

8.2. Por ocasião da celebração do contrato, a critério da Administração, poderá ser exigido da licitante a prestação de uma das seguintes garantias estabelecidas no Edital:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

8.2.1. A garantia será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 56, § 2º);

8.2.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 1.491, do Código Civil;

8.2.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante detentora da Ata:

– somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

– poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização

eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

– ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;

– será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

8.2.4. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei, no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida;

8.3. Poderá ser dispensado o contrato de fornecimento, nos termos do § 4º, art. 62 da Lei nº 8.666/93, e facultada a sua substituição por instrumento equivalente nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

8.4. Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da Diretoria de Contratações e Aquisições;

9.2. O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 68/2013, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital;

9.3. Fica estabelecido a obrigatoriedade do detentor do(s) preço(s) registrado(s) suportar nas mesmas condições constantes do Contrato, os acréscimos que se fizerem no fornecimento ate 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado constante no referido instrumento, nos termos do §1º, do art. 65, da Lei 8666/93.

9.4. Serão de responsabilidade do(s) concorrente(s) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Pregão, serão aplicadas as sanções estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

CLÁUSULA XI - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a ata, nos termos da legislação que rege a matéria;

11.2. O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das Normas Federais pertinentes à política econômica.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada, e demais normas pertinentes.

12.1.1. O CBMDF deverá criar comissão para recebimento de material com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

12.2. O CBMDF reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade nos produtos e recusá-los, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado.

12.3. Não serão aceitos materiais reconicionados ou remanufaturados sob qualquer forma;

CLÁUSULA XIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

13.1.1. Pelo Diretor de Contratações e Aquisições mediante comunicação da Subseção de Registro de Preços quando:

13.1.2 a(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

13.1.3 a(s) detentora(s) não retira (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua(s) justificativa(s);

13.1.4 a(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

13.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

13.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado, e justificado pela Administração.

13.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento do registro dos preços deverá ser dirigida à Diretoria de Contratações e Aquisições, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.3. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta ata, a detentora dos preços registrados será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.3.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.3.2 Fica estabelecido que as detentoras dos preços registrados deverão comunicar imediatamente à Subseção de Registro de Preços da Diretoria de Contratações e Aquisições, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

CLÁUSULA XIV - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

14.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão solicitadas pelas diversas Unidades do CBMDF e autorizadas, caso a caso, pela Diretoria de Contratações e Aquisições, sendo posteriormente remetidas para a Diretoria de Orçamento e Finanças para respectiva emissão da correspondente Nota de Empenho.

CLÁUSULA XV - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 68/2013 e seus anexos, as propostas com preços, especificação, consumo médio semestral, por item.

16.2. O(s) caso(s) omissos(s) será(ão) resolvido(s) de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Federal nº 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA CLAITON MEDEIROS RODRIGUES
Diretor de Contratações e Aquisições Chefe da Subseção de Registro de Preços

Testemunhas:

PROCESSO Nº 053.001.458/2013 - PREGÃO Nº 68/2013 - Ata de Registro de Preços nº 32/2013

1º LUGAR						
EMPRESA: BRASIMPEX EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E SEGURANÇA LTDA - EPP						
CGC/CNPJ: 38.064.085/0001-44		INSCR. ESTADUAL		BANCO: 001		AGÊNCIA:3380-4
TELEFONE (61) 3363-2590			ENDEREÇO: AOS AE Qd. 04/05 Bloco D Lj 39 Ed Pampulhas Setor Octogonal			
SOCIO DIRETOR: JEAN PIERRE PAUL SUBLON				R.G.: V106848-P		CPF: 659.194.241-98
PROCURADOR: PHILIPPE MARCEL EDOUARD BECARD				R.G.: V398954-Y		CPF: 736.806.641-68
1º LUGAR						
ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CODIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT.
01	420		Unid.	Descrição: Mangueira combate incêndio. Descrição complementar: Conforme proposta apresentada pela empresa, constante no Termo de Adjudicação N.º 681/2013 (SRP) e em consonância com o edital e seus anexos.	Produtos mesa	R\$ 930,00
OBSERVAÇÕES GERAIS:						
1) FORMA DE FORNECIMENTO: A entrega do objeto deverá ser processada de forma parcelada conforme a demanda, de acordo com a conveniência e necessidade do CBMDF, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.						
2) PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS: Em até 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho quando não houver formalização de contrato.						
3) LOCAL DE ENTREGA: Centro de Suprimento de Materiais – CESMA localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS), quadra 04, lote 05 – Brasília. Tel: 3901-5983 nos horários compreendidos entre as 13 e as 19 horas.						
4) GARANTIA: 12 (doze) meses, contado a partir da data de aceitação do objeto.						
Valor total						R\$ 390.600,00

PROCESSO Nº 053.001.458/2013 - PREGÃO Nº 68/2013 - Ata de Registro de Preços nº 32/2013

1º LUGAR						
EMPRESA: ESTIVAL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA.						
CGC/CNPJ: 01.145.506/0001-51		INSCR. ESTADUAL: 310.224.057.110		BANCO: 001	AGÊNCIA: 2991-2	CONTA 6128-X
TELEFONE (16) 3713-7300			ENDEREÇO: Av. Dr Severino Tostes Meireles, 2760 – Dist. Industrial França São Paulo.			
SOCIO DIRETOR: Holger Gerhard Riechert			R.G.: RNE nº V525474-5		CPF: 229.805.778-80	
1º LUGAR						
ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CODIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT.
02	140		Unid.	Descrição: Adaptador. Descrição complementar: Conforme proposta apresentada pela empresa, constante no Termo de Adjudicação N.º 681/2013 (SRP) e em consonância com o edital e seus anexos.	Marca AWG	R\$ 277,00
03	140		Unid.	Descrição: Esguicho de 1". Descrição complementar: Conforme proposta apresentada pela empresa, constante no Termo de Adjudicação N.º 681/2013 (SRP) e em consonância com o edital e seus anexos.	Marca AWG	R\$ 2.832,00
04	50		Unid.	Descrição: Divisor em "Y" de 2 ½" p/ 1 ½". Descrição complementar: Conforme proposta apresentada pela empresa, constante no Termo de Adjudicação N.º 681/2013 (SRP) e em consonância com o edital e seus anexos.	Marca AWG	R\$ 1.652,00
05	50		Unid.	Descrição: Divisor em "Y" de 1 ½" p/ 1". Descrição complementar: Conforme proposta apresentada pela empresa, constante no Termo de Adjudicação N.º 681/2013 (SRP) e em consonância com o edital e seus anexos.	Marca AWG	R\$ 1.379,00
06	50		Unid.	Descrição: Esguicho de 1 ½". Descrição complementar: Conforme proposta apresentada pela empresa, constante no Termo de Adjudicação N.º 681/2013(SRP) e em consonância com o edital e seus anexos.	Marca AWG	R\$ 3.057,00
OBSERVAÇÕES GERAIS:						
1) FORMA DE FORNECIMENTO: A entrega do objeto deverá ser processada de forma parcelada conforme a demanda, de acordo com a conveniência e necessidade do CBMDF, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.						
2) PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS: Em até 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho quando não houver formalização de contrato.						
3) LOCAL DE ENTREGA: Centro de Suprimento de Materiais – CESMA localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS), quadra 04, lote 05 – Brasília. Tel: 3901-5983 nos horários compreendidos entre as 13 e as 19 horas.						
4) GARANTIA: 12 (doze) meses, contado a partir da data de aceitação do objeto.						
Valor total						R\$ 739.660,00

Representante legal da empresa
ESTIVAL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA.

JEAN PIERRE PAUL SUBLON
Procurador
BRASIMPEX EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E SEGURANÇA LTDA – EPP

ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA
Diretor de Contratações e Aquisições

CLAITON MEDEIROS RODRIGUES
Chefe da Subseção de Registro de Preços

(*) Ata de Registro de Preços republicada por ter sido encaminhada com incorreções no original, publicado no DODF nº 279, de 27/12/2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

CONHECIMENTO DE DÍVIDA

Conhecimento de dívida de despesas sem cobertura contratual. A vista das instruções contidas no Processo 430.001.462/2012 e o disposto nos artigos 29 e incisos II, IV, V, do artigo 30, artigos 86, 87 e 88 do Decreto nº 32.598/2010, c/c com Decreto nº 34.158, de 22/02/2013, alterado pelo Decreto nº 35.073, de 14/01/14 e o disposto no art. 7º da Lei nº 3.163 de 03/07/2003 e bem assim da Decisão TCDF nº 437/2012, conheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, bem como a liquidação e pagamento à GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, no valor de R\$ 81.743,04 (oitenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais e quatro centavos), cujo objeto refere-se a prestação de serviços de implantação de circuitos de comunicação, formando uma rede de serviços de telecomunicação, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching) provendo o tráfego de dados, voz e imagem entre a Secretaria de Trabalho e suas unidades, bem como acesso à internet, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção, gerenciamento e monitoração de Rede Internet e Backbone, relativo ao período de 15/01/2014 a 14/02/2014, no Programa de Trabalho 11.126.6001.2557.2561, Fonte 100, Elemento de Despesa 33.90.39.

CLEONICE ALVES LEITE
Subsecretária de Administração Geral

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL UNIDADE ESPECIAL DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº.1957/OC-BR LPI Nº 003/2011.

AVISO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO LOTE 1 DA LICITAÇÃO PÚBLICA INTERNACIONAL - LPI Nº 003/2011.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, designada pela Portaria nº 16-ST, publicada no DODF nº 49, de 09 de março de 2012, alterada pelas Portarias nº 39-ST, publicada no DODF nº 98, de 21 de maio de 2012, nº 54-ST, publicada no DODF nº 163, de 09 de agosto de 2013 e nº82-ST, publicada no DODF nº 247, de 25 de novembro de 2013, no uso de suas competências, considerando o escopo do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR e a não objeção emitida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio da CBR-402/2014, de 07/02/2014, torna público aos interessados a classificação final da LPI Nº 003/2011, tratada no Processo 090.000.122/2011, cujo objeto é a contratação de obras para construção de terminais de ônibus urbanos – Terminal Recanto das Emas I e Terminal Recanto das Emas II do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, sendo Lote 01:

1ª CLASSIFICADA: ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.

2ª CLASSIFICADA: SHOX do Brasil Construções Ltda.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
JORGE LUÍS MIRANDA NAZARÉ

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº 1957/OC-BR
LPI Nº 003/2011.

AVISO DE DECLARAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR DA LPI Nº 003/2011 LOTE 1 O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, designada pela Portaria nº 16-ST, publicada no DODF nº 49, de 09 de março de 2012, alterada pelas Portarias nº 39-ST, publicada no DODF nº 98, de 21 de maio de 2012, nº 54-ST, publicada no DODF nº 163, de 09 de agosto de 2013 e nº 82-ST, publicada no DODF nº 247, de 25 de novembro de 2013, no uso de suas competências, considerando o escopo do Contrato de Empréstimo nº 1957-OC-BR e a não objeção emitida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio da CBR-402/2014, 07/02/2014, torna público aos interessados que a empresa ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda., sagrou-se vencedora do procedimento licitatório LPI Nº 003/2011 no Lote 1, tratado no Processo nº 090.000.122/2011, cujo objeto é a contratação de obras para construção de terminais de ônibus urbanos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF: Lote 1 – Terminal Recanto das Emas I e Terminal Recanto das Emas II - Valor: R\$ 5.114.266,04 (cinco milhões, cento e quatorze mil, duzentos e sessenta e seis reais e quatro centavos).

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
JORGE LUÍS MIRANDA NAZARÉ

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº 1957/OC-BR
LPI Nº 004/2011.

AVISO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO LOTE 1 DA
LICITAÇÃO PÚBLICA INTERNACIONAL - LPI Nº 004/2011.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, designada pela Portaria nº 16-ST, publicada no DODF nº 49, de 09 de março de 2012, alterada pelas Portarias nº 39-ST, publicada no DODF nº 98, de 21 de maio de 2012, nº 54-ST, publicada no DODF nº 163, de 09 de agosto de 2013 e nº 82-ST, publicada no DODF nº 247, de 25 de novembro de 2013, no uso de suas competências, considerando o escopo do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR e a não objeção emitida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio da CBR-401/2014, de 07/02/2014, torna público aos interessados a classificação final da LPI Nº 004/2011, tratada no Processo nº 090.000.123/2011, cujo objeto é a contratação de obras para construção de terminais de ônibus urbanos – Terminal Samambaia Nortado Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, sendo Lote 01:

1ª CLASSIFICADA: SHOX do Brasil Construções Ltda.

2ª CLASSIFICADA: ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
JORGE LUÍS MIRANDA NAZARÉ

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº. 1957/OC-BR
LPI Nº 004/2011

AVISO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO LOTE 2 DA
LICITAÇÃO PÚBLICA INTERNACIONAL - LPI Nº 004/2011.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, designada pela Portaria nº 16-ST, publicada no DODF nº 49, de 09 de março de 2012, alterada pelas Portarias nº 39-ST, publicada no DODF nº 98, de 21 de maio de 2012, nº 54-ST, publicada no DODF nº 163, de 09 de agosto de 2013 e nº 82-ST, publicada no DODF nº 247, de 25 de novembro de 2013, no uso de suas competências, considerando o escopo do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR e a não objeção emitida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio da CBR-401/2014, de 07/02/2014, torna público aos interessados a classificação final da LPI Nº 004/2011, tratada no Processo nº 090.000.123/2011, cujo objeto é a contratação de obras para construção de terminais de ônibus urbanos – Terminal Samambaia Sul, do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, sendo Lote 02:

1ª CLASSIFICADA: SHOX do Brasil Construções Ltda.

2ª CLASSIFICADA: ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
JORGE LUÍS MIRANDA NAZARÉ

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID Nº. 1957/OC-BR
LPI Nº 004/2011

AVISO DE DECLARAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR DA LPI Nº 004/2011
LOTES 1 e 2

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, designada pela Portaria nº 16-ST, publicada no DODF nº 49, de 09 de março de 2012, alterada pelas Portarias nº 39-ST, publicada no DODF nº 98, de 21 de maio de 2012, nº 54-ST, publicada no DODF nº 163, de 09 de agosto de 2013 e nº 82-ST, publicada no DODF nº 247, de 25 de novembro de 2013, no uso de suas competências, considerando o escopo do Contrato de Empréstimo nº 1957-OC-BR e a não objeção emitida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio da CBR-401/2014, 07/02/2014, torna público aos interessados que a empresa SHOX do Brasil Construções Ltda.,

sagrou-se vencedora do procedimento licitatório LPI Nº 004/2011 nos Lotes 1 e 2, tratado no Processo nº 090.000.123/2011, cujo objeto é a contratação de obras para construção de terminais de ônibus urbanos do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF: Lote 1 – Terminal Samambaia Norte - Valor: R\$ 4.541.954,87 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) e Lote 2 – Terminal Samambaia Sul - Valor: R\$ 5.677.100,34 (cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, cem reais e trinta e quatro centavos).

Brasília, 20 de março de 2014.
JORGE LUÍS MIRANDA NAZARÉ

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 113.015.484/2013. Interessado: DEMAT/DER-DF. Assunto: Manutenção de equipamento. Objeto do Processo: material de consumo e serviços. O Diretor Geral do DER/DF à vista do que consta do processo acima epigrafado, nos termos do Artigo 24, inciso VIII da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifica nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a dispensa de licitação; Determina de acordo com o Artigo 79, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 25.735, de 06 de abril de 2005, a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 71.746,50 (setenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos) sendo que R\$ 2.905,14 (dois mil, novecentos e cinco reais e quatorze centavos) referente à materiais de consumo e R\$ 68.840,36 (sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos) relativos a serviços prestados. Valor em favor da Empresa FIAT AUTOMÓVEIS S/A. Brasília/DF, 19 de março de 2014. Fauzi Nacfur Júnior - Diretor Geral.

PROCURADORIA JURÍDICA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2013

Processo 113.005.703/2011 - Partes: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e CCL CONSTRUTORA LTDA. - Objeto: Prorroga o prazo de execução por 60 (sessenta) dias, devendo encerrar-se em 02/04/2014 e estende a vigência contratual para 31/05/2014. - Data da Assinatura: 28/02/2014. Júlio César Mota - Chefe da Procuradoria Jurídica.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 08/2014, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 01/2002.

Processo: 510.000.391/2013. Partes: O Distrito Federal, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO e a empresa MKS Comércio e Serviços Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial, incluindo manutenção preventiva, corretiva e atendimento emergencial, com mão de obra residente e eventual, nas dependências da SETUR e nos próprios. Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 1.100.999,00 (um milhão cem mil novecentos e noventa e nove reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 27101; Programa de Trabalho: 23.122.6001.8517.9626; Natureza da Despesa: 3.3.90.39; Fonte de Recursos: 120; Nota de Empenho nº 2014NE00105, emitida em 14/03/2014, sob o evento nº 400091, na modalidade Global. Prazo de Vigência: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17/03/2014. Pelo Distrito Federal: Luís Otávio Rocha Neves, Secretário de Estado; pela Contratada: Fábio Luis Melo Silva, Sócio.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2014.

A Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal torna público que realizará o Pregão Eletrônico Nº 06/2014, processo nº 510.000.206/2013, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em limpeza de vidraças e fachadas prediais, em altura, com vistas à execução dos referidos serviços de limpezas de vidraças e fachadas do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em conformidade com as especificações e condições constantes do termo de referência de que trata o anexo I do edital. Tipo: menor valor global. Valor total estimado R\$ 182.711,87 (cento e oitenta e dois mil setecentos e onze reais e oitenta e sete centavos). Início da sessão da disputa: 02 de abril de 2014, às 10h00. O edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.comprasnet.gov.br (UASG: 457319) e www.turismo.df.gov.br a partir do dia 24/03/2014. Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3214-2815.

PAULO SERGIO CASSIANO
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 390.000.526/2013. ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2014. PARTES: Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal/

SEDHAB-DF e PWR Brasil Tecnologia e Construções Ltda-me. OBJETO: Prestação de serviços para elaboração de projetos de engenharia para a correção e modernização das redes de voz e dados e elétrica completa (rede elétrica 220v e 110v estabilizada, subestação elétrica e gerador) do edifício-sede da SEDHAB/DF. DO VALOR: O valor do Contrato é de R\$ 116.400,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 28101; Programa de Trabalho: 15.122.6004.8517.0131; Natureza de Despesa: 33.90.39; Fonte de Recursos: 100; Nota de Empenho: 2014NE00112 emitida em 20/02/2014, sob o evento nº 400091, Modalidade: Global. VIGÊNCIA: 15 (quinze) meses a contar da data de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 19 de março de 2014. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Geraldo Magela Pereira, na qualidade de Secretário de Estado. Pela contratada: Fernando Tristão da Silva, na qualidade de Diretor Presidente.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2014

Processo: 392.015.157/2013. Edital de Licitação Concorrência N.º 02/2013. Partes: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB e a empresa Geris Engenharia LTDA. Objeto: Prestação de serviços de técnicos especializados de engenharia. Dotação Orçamentária: UO: 28.905. Programa de Trabalho: 15.451.6208.5006.2915. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fonte: 107. Nota de Empenho 2014NE00005, emitida em 18/03/2014. Empenho no valor de 12.976.411,20 (doze milhões novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e onze reais e vinte centavos). Valor do Contrato: 12.976.411,20 (doze milhões novecentos e setenta e seis mil quatrocentos e onze reais e vinte centavos). Modalidade: Global. Evento: 400091. Data da Assinatura: 20/03/2014. Vigência: 36 (trinta e seis) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: Rafael de Oliveira, na qualidade de Diretor-Presidente; Pela Contratada: Larry Richard Stuber e Carlos Eduardo Rigo Marolla, na qualidade de Representantes Legais.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2014.

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal/CODHAB-DF no uso de suas atribuições comunica a republicação do seguinte certame, devido a alterações no seu Edital, bem como ao cumprimento da Decisão TCDF nº 1162/2014:

Processo:	392.041.521/2013
Modalidade/número:	Concorrência nº 001/2014 – Edital Alterado
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação de empresa para a execução das obras de infraestrutura que incluem os serviços de Terraplanagem, Drenagem, Pavimentação, Sistema de Abastecimento de Água (SAS), Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica de alta e baixa tensão (RDU), conforme os projetos técnicos, especificações, serviços conforme orçamento, contidos no Anexo II, externas aos conjuntos residenciais da 5ª Etapa da expansão do Riacho Fundo II, no empreendimento denominado Residencial Parque do Riacho conforme planta de situação contida no Anexo I, sob as condições estabelecidas por este Projeto Básico, em atendimento à política habitacional do Governo do Distrito Federal, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.
Valor estimado (R\$):	58.337.220,44 (Cinquenta e oito milhões, trezentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos)
Dotação Orçamentária:	Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110.9565 - Execução de obras de urbanização, Fonte: 135 - Natureza da Despesa 44.90.51 – Obras e Instalações, para o exercício de 2014.
Prazo de execução:	12 meses
Prazo de Vigência:	12 meses
Data/hora de abertura:	22/04/2014 às 10:00h
Contatos:	Fone: 3214-1830
Local de realização:	SCS Q. 06 Bl. A lote 50 Ed. Sofia 5º andar
Retirada do edital e anexos	Gratuitamente no sítio da CODHAB/DF www.codhab.df.gov.br na seção de licitações compras/serviços, ou impresso apresentando a comprovação de recolhimento de R\$ 20,00 (vinte reais), que deverá ser pago por meio de depósito em qualquer Agência do Banco Regional de Brasília – BRB, banco 070, agência 208, conta nº 014.930-4.

Brasília/DF, 20 de março de 2014

RAFAEL OLIVEIRA
Presidente da CODHAB

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 019/2014 para o Parcelamento de solo urbano e construção de residências multifamiliares de interesse social na Quadra 04, conjunto 01, lote 01 do Paranoá Parque – Brasília/DF - Processo nº 391.000.746/2012 - RAFAEL OLIVEIRA- Diretor-Presidente – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

Brasília-DF, 20 de março de 2014.
RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2014.

Processo: 391.000.200/2014. Partes: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL/IBRAM x UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL – REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL. Assinatura: 21/02/2014. Vigência: 2 (dois) anos a partir da data de assinatura. Objeto: O presente instrumento tem por objeto formar parceria com o IBRAM/DF para a instalação de Grupos Escoteiros do Distrito Federal em Parques definidos pelo IBRAM/DF, garantindo, pela presença dos convenientes, a utilização adequada dos Parques; o desenvolvimento de atividades: educativas, comunitárias voltadas para a preservação e manutenção dos locais ocupados; de educação ambiental para a comunidade local, bem como o desenvolvimento de programas e projetos de cooperação dirigidos ao aperfeiçoamento do planejamento e execução da educação não formal para crianças e jovens da comunidade, de 6 a 21 anos, aplicando os Princípios e o Método Escoteiro, para alcançar o Propósito de contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter e das suas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, na formação de cidadãos participantes e úteis às suas comunidades, conforme o Projeto Educativo da União dos Escoteiros do Brasil. Assinantes: P/UEB/DF: Carlos Delmar Lima Lyrio. P/IBRAM: Nilton Reis Batista Junior.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 391.000.291/2014; INTERESSADO: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal; ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação. RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/1993, em favor do Conselho Nacional de Secretários de Administração – CONSAD, CNPJ: 04.233.454/0001-63 no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cobrir despesas com a participação de servidores do IBRAM, no “VII Congresso CONSAD de Gestão Pública”, a ser realizado nos dias 25 a 27 de março de 2014, em Brasília-DF, 18 de março de 2014. Nilton Reis Batista Júnior, Presidente.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 003/2014 - SEPLAN

Processo n.º 410.000.056/2014 – DAS PARTES: SEPLAN x EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL. DO PROCEDIMENTO: O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência (fls. 37 a 66); do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 422/2013 – SULIC/SEPLAN (fls. 12 a 78), e respectiva Ata de Registro de Preços nº 9001/2014 (fls. 231 a 243), integrante do Processo Licitatório autuado sob o número 411.000.051/2013, da Proposta de fls. 320 a 324, e da Lei nº 8.666/1993. DO OBJETO: O Contrato tem por objeto a Contratação de serviços de transmissão de dados, sob demanda, entre os diversos órgãos do Governo do DF, conforme relação constante do Anexo I B, e o CeTic-GDF, utilizando tecnologia MPLS, de forma que as unidades governamentais possam acessar os sistemas corporativos e também a internet, nos termos do Termo de Referência (fls. 37 a 66); do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 422/2013 – SULIC/SEPLAN (fls. 12 a 78), LOTE 02, e respectiva Ata de Registro de Preços nº 9001/2014 (fls. 231 a 243), integrante do Processo Licitatório autuado sob o número 411.000.051/2013, da Proposta de fls. 320 a 324, e da Lei nº 8.666/1993, que passam a integrar o presente Termo. DO VALOR: O valor total do Contrato é de R\$ 2.927.299,62 (dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos), devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 32.101; II – Programa de Trabalho: 04.126.6203.5126-0001; III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39; IV – Fontes de Recursos: 100 e 102. 6.2 – Os empenhos iniciais são na ordem de R\$ 1.500.000,00 (hum mil e quinhentos reais) e R\$ 776.788,59 (setecentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove reais), respectivamente conforme Notas de Empenho nº 2014NE00300 e 2014NE00301, emitidas em 07/03/2014, sob o evento nº 400091, ambas na modalidade estimativo. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo seu extrato publicado no DODF a expensas do Contratante, podendo, ainda, ser prorrogado de acordo com a legislação vigente, ou ainda rescindido a qualquer tempo, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8666/93. DA ASSINATURA: 19/03/2014. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEPLAN: Paulo Antenor de Oliveira, na qualidade de Secretário de Estado e pela CONTRATADA: Paulo Werther de Araújo, na qualidade de Representante da Empresa e Maria Teresa O. de Azevedo Lima, na qualidade de Representante da Empresa.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2013.

Processo: 410.000.859/2013. Partes: SEPLAN x PRINTMAX COMÉRCIO DE CARTUCHOS E TONER EIRELI. DO PROCEDIMENTO: O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico n.º 134/2013-SULIC/SEPLAN (fls. 3 a 38), proveniente do Processo Licitatório autuado sob o nº 410.001.337/2011, da Proposta da empresa às fls. 39 a 40, ratificada

às fls. 124 a 125, e da Lei nº 8.666/1993. DO OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual, com vistas ao acréscimo de 20,434% (vinte inteiro, quatrocentos e trinta e quatro milésimos por cento), perfazendo o valor de R\$ 46.222,22 (quarenta e seis mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), nos termos do inciso II, c/c o §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e da Justificativa de fls. 305 a 310, passando o valor anual do Contrato de R\$ 226.200,00 (duzentos e vinte e seis mil e duzentos reais), para R\$ 272.422,22 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos). DO VALOR: O valor total do Contrato é de R\$ 272.422,22 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 320101; II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517-9699; III – Natureza da Despesa: 4.5.90.52; IV – Fonte de Recursos: 100; V – Nota de Empenho: 2014NE00308. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura. DA ASSINATURA: 18/03/2014. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEPLAN: Paulo Antenor de Oliveira, na qualidade de Secretário de Estado e pela CONTRATADA: Cesar Rodrigo Sala, na qualidade de Sócio da Empresa.

SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2014

Processo principal: 056.000.668/2013 – FUNAP-DF e outros. Objeto: Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos (exaustor e purificador de água), máquinas e equipamentos de natureza industrial (máquina de corte vertical), e máquinas utensílios e equipamentos diversos (caixa para transporte de cães), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Valor estimado: R\$ 125.894,75. Data e horário para recebimento das propostas: até 09h00min do dia 03/04/2014. Tipo: Menor Preço por item. Fontes de Recursos: 100/220. O edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325/3312.5329.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.
EVANDRO MARTINS MEDEIROS

COORDENAÇÃO DE REGISTRO E PESQUISA DE PREÇOS

CONVOCAÇÃO

O Coordenador da Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n.º 029/2014, para aquisição de material de copa e cozinha, objeto do processo n.º 411.000.029/2013, CONVOCA as empresas classificadas em primeiro lugar a comparecerem à Coordenação de Registro e Pesquisa de Preços da Subsecretaria de Licitações e Compras, localizada no SBS Qd. 02 Bloco “L” - Ed. Lino Martins Pinto - 6.º andar - Brasília - DF, no período de 21, 24 e 25 de março de 2014, no horário de 8h30 às 12h e das 14h30 às 17h30, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2014

Processo: 411.000.004/2014, Pregão Eletrônico n.º 051/2014, objeto: aquisição de carnes e pescados; assinatura da Ata: 19/03/2014, vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF, lotes adjudicados e empresas adjudicatárias: 01, 02, 03, 10, 12, 16, 17 e 18 - MAM RIBEIRO COMÉRCIO DE ALIMENTOS; 11 - SINERGIA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. A Ata, na íntegra, encontrar-se-á disponibilizada no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br. Mauricio Shoji Hataka.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2014.

Processo: 414.000.482/2013- PARTES: DF/SEAP x VIPRE COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA. DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de material permanente (oito refrigeradores, tipo frigobar, com capacidade de 120 litros, voltagem de 220v e na cor branca) para utilização na Escola de Governo/SEAP. DO VALOR: O valor total do contrato é de R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais), procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 13905; Programa de Trabalho: 04.122.6003.4220-0002; Natureza de Despesa: 4.4.90.52; Fonte de Recursos: 171. O empenho é de R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais), conforme Nota de Empenho n.º 2014NE00002, emitida em 16/01/2014, sob o evento 400091, na modalidade ordinário. DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses a contar da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 12/02/2014. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Wilmar Lacerda, na qualidade de Secretário de Estado de Administração Pública; Pela CONTRATADA: REGIMAR ALVES TAVARES, na qualidade de Representante Legal da Empresa.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2012.

Processo: 410.001.209/2010 - PARTES: SEAP/DF x SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A. OBJETO: Este Terceiro Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, com fundamento no inciso II artigo 57 da Lei n.º 8.666/93

e suas alterações, e justificativas constantes nos autos. DA VIGÊNCIA: O presente Termo tem sua vigência iniciada em 19/03/2014. DATA DA ASSINATURA: 28/02/2014. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Wilmar Lacerda, na qualidade de Secretário de Estado de Administração Pública – SEAP; Pela Contratada: Geraldo França Sobreira.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2014

Seleção e contratação de entidade que tenha por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, para implantação do Programa Jovem Candango do Governo do Distrito Federal. O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, torna público que receberá propostas para seleção e contratação de Entidade Sem fins Lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, inscritas e com cursos validados no Cadastro Nacional da Aprendizagem do MTE, para implantação do Programa Jovem Candango. O Edital em sua versão completa estará disponível a partir do dia 21 de março de 2014, no Prédio Anexo do Palácio do Buriti, 6º Andar, Sala 605 – Praça do Buriti, Brasília/DF, das 9:00hs às 18:00hs, nos dias úteis, ou poderá ser solicitado pelo endereço eletrônico gmat@seap.df.gov.br.

Os envelopes com as propostas e documentação das entidades interessadas deverão ser entregues, lacrados e identificados, no mesmo endereço e horários de retirada do Edital, até as 16:00hs do dia 31 de março de 2014, data e hora em que ocorrerá a sessão pública de abertura dos mesmos. Antonio Elvidio Figueiredo. Subsecretário de Administração Geral.

SECRETARIA DE ESTADO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO PLANETÁRIO DE BRASÍLIA

TERMO Nº 01/2014.

Processo 290.000.041/2014 - PARTES: SECTI/DF x CASB. OBJETO: Autorização de uso do Planetário de Brasília para realização do curso denominado “Céu de Brasília: Coordenadas Celestes, Constelações e Objetos Peculiares”. VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 15 de março de 2014 até 26 de março de 2014. DATA DA ASSINATURA: 14/03/2014. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Glauco Rojas Ivo, na qualidade de Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação; Pela CONTRATADA: José Ricardo Peixoto de Melo.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE PROCURA DE IMÓVEL

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL torna pública A PROCURA DE IMÓVEL, com área útil aproximada de 1.000 m² (um mil metros quadrados), localizado na Região Administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento do Distrito Federal, conforme especificações contidas no Projeto Básico objeto do procedimento administrativo nº 056.000.078/2011, que trata da locação de imóvel particular para instalação da Sede da FUNAP/DF. A retirada do Projeto Básico e entrega de propostas comerciais deverão ser feitas até as 17h00min do dia 04 de abril de 2014, no endereço SIA Trecho 02 – Lotes 1835/1845 – Térreo - Guará/DF. A proposta deverá ser endereçada ao Diretor de Administração Geral da FUNAP/DF, com validade mínima de 60 dias. O procedimento de contratação de locação de imóvel reger-se-á de acordo com a legislação vigente. A FUNAP/DF reserva-se o direito de optar pela proposta que melhor atender às suas necessidades operacionais.

Brasília/DF, 18 de março de 2014.

JOSUÉ JOSÉ DE SOUSA

Diretor

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA

EDITAL Nº 03/2014

CONCURSO DE REMANEJAMENTO INTERNO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DISTRITO FEDERAL

RETIFICAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o artigo 34 do Decreto nº 32.716, de 1º de Janeiro de 2011 e em conformidade com a Portaria nº 312, de 11 de outubro de 2013, torna pública a prorrogação do prazo de inscrições e a retificação dos subitens abaixo do Edital nº 01/2014-SECRIANÇA, publicado no DODF 36, de 17 de fevereiro de 2014, conforme a seguir:

1. Prorrogar até o dia 10/04/2014 o prazo para inscrição no Concurso de Remanejamento In-

terno dos servidores da Secretaria de Estado da Criança, previsto no subitem 2.1 do Edital nº 01/2014-SECRIANÇA.

2. Inserir o subitem 1.6 ao item 1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES do Edital nº 01/2014-SECRIANÇA, na forma a seguir transcrita:

“1.6 No Anexo II será disponibilizada a lotação de origem da servidora nutriz, se esta estiver em lotação diversa, conforme Portaria nº 62, de 07 de março de 2013”.

3. Alterar a redação dos subitens 3.1.1, 3.1.2 e 6.3 do Edital nº 01/2014, na forma a seguir:

(...)

“3.1.1. 01 (um) ponto para cada dia de efetivo exercício no órgão executor da Política de Assistência Social, no cargo efetivo atual, conforme a data de admissão constante no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.”

“3.1.2 Os dias de efetivo exercício serão contados até a data limite de 31 de janeiro de 2014.”

(...)

“6.3 Os servidores serão lotados gradativamente em suas novas lotações no prazo de até 60 (dias) de acordo com o interesse da Administração e no prazo de até 30 (trinta) dias no interesse do servidor.”

**ANEXO I – CRONOGRAMA
PREVISÃO DE ATIVIDADES DE REMANEJAMENTO
INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - 2014**

18/02 a 10/04	Período de inscrição
11/04 a 24/04	Apuração dos resultados
25/04	Divulgação do resultado preliminar no site da SECRIANÇA
28 e 29/04	Prazo para desistência e recurso
30/04 a 02/05	Julgamento dos recursos
05/05	Divulgação do resultado final no site da SECRIANÇA
09/05	Divulgação final no DODF
19/05 a 30/05	Lotação dos servidores

ANEXO II - EDITAL Nº 03/2014

ATENDENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL - ATRS	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
CDCA - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	1
CENTRAL DE VAGAS	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL - UAI	14
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE PLANALTINA -UIP	46
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS - UNIRE	68
SEMILIBERDADE DO RECANTO DAS EMAS	16
SEMILIBERDADE DO GAMA	2
SEMILIBERDADE DO GUARÁ	7
SEMILIBERDADE DE TAGUATINGA	4
SEMILIBERDADE DE SANTA MARIA	16
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE BRAZLANDIA	2
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE CEILANDIA I	6
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO GAMA	3
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO GUARA	2
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO NÚCLEO BANDEIRANTE	2
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PLANO PILOTO	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PARANOIA	2
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE PLANALTINA	5
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO RECANTO DAS EMAS	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SAMAMBAIA	7
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SANTA MARIA	5
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SAO SEBASTIAO	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE TAGUATINGA	3
TOTAL	215
TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
CORREGEDORIA	1
Coordenação Técnica Especializada em Criança e Adolescente - COTEC - SUBPROTECA	1
COMISSÃO DE ÉTICA - SUBPROTECA (SEDE)	1
Coordenação dos Núcleos de Apoio Técnico e Administrativo aos Conselhos Tutelares -CONATA - SUBPROTECA (SEDE)	1
Centro de Referência da Criança e do Adolescente - CRCA - SUBPROTECA (SEDE)	1
CONSELHOS TUTELARES:	
ÁGUAS CLARAS	3
BRASILIA SUL	1
BRAZLANDIA	1
CEILANDIA NORTE	2
CEILANDIA SUL	2
CRUZEIRO	2
ESTRUTURAL	1
GUARA	1
LAGO NORTE	1
LAGO SUL	2
NUCLEO BANDEIRANTE	2
PARANOIA	1

RECANTO DAS EMAS	1
RIACHO FUNDO I	1
SAMAMBAIA II (NORTE)	2
SAMAMBAIA I (SUL)	1
SANTA MARIA NORTE	2
SÃO SEBASTIAO	1
SOBRADINHO I	2
TAGUATINGA NORTE	2
VICENTE PIRES	2
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG:	
GABINETE - SUAG	2
DICC - DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	1
DIGEP - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	13
DISUP - DIRETORIA DE SUPORTE OPERACIONAL	3
DIT - DIRETORIA DE INFORMÁTICA E TELEFONIA	1
SIPIA - Sistema de Informação Para Infância e Juventude - (SUBSIS SEDE)	1
COORDENAÇÃO DE MEIO ABERTO - (SUBSIS SEDE)	1
Subsecretaria do Sistema Socioeducativo - SUBSIS (SEDE) GABINETE	1
CDCA - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	2
SEMILIBERDADE DE SANTA MARIA	1
UAMA NÚCLEO BANDEIRANTE	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE PLANALTINA - UIP	3
TOTAL	67
ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - PEDAGOGO	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
UNIDADE DE PLANEJAMENTO E COORD. DE PROJETOS	1
Coordenação Técnica Especializada em Criança e Adolescente - COTEC - SUBPROTECA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE BRAZLANDIA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE CEILANDIA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO GAMA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO GUARA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PLANO PILOTO	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PARANOIA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE PLANALTINA	3
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO RECANTO DAS EMAS	3
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SAMAMBAIA	2
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SANTA MARIA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SOBRADINHO	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE TAGUATINGA	3
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE PLANALTINA -UIP	2
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS - UNIRE	1
SEMILIBERDADE DO GAMA	1
TOTAL	25
ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - PSICOLOGO	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL - UAI	1
DIGEP - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO GAMA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PLANO PILOTO	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE PLANALTINA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE SAO SEBASTIAO	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DO PARANOIA	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE PLANALTINA -UIP	1
Coordenação Técnica Especializada em Criança e Adolescente - COTEC - SUBPROTECA	1
TOTAL	9
ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASSISTENTE SOCIAL	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
SEMILIBERDADE DE TAGUATINGA	1
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO DE CEILANDIA I	1
TOTAL	2
ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - ADMINISTRADOR	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
Coordenação dos Núcleos de Apoio Técnico e Administrativo aos Conselhos Tutelares -CONATA - SUBPROTECA (SEDE)	2
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG:	
DIGEP - DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	3
DIOF - DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	1
TOTAL	6
ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - DIREITO E LEGISLAÇÃO	
UNIDADE	NÚMERO DE LOTAÇÕES*
CDCA - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	1

TOTAL GERAL DE LOTAÇÕES:	325
*Dados extraídos em março de 2014 do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.	
VAGAS DISPONÍVEIS - ATENDENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL - ATRS	
UNIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS
UAMA CEILÂNDIA II	3
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO	6
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA	4
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA	6
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SAÍDA SISTEMÁTICA - UNISS	4
VAGAS DISPONÍVEIS - TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA	2
VAGAS DISPONÍVEIS - ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - PEDAGOGO	
UNIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS
UAMA CEILÂNDIA II	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA	2
UNIDADE DE PLANEJAMENTO E COORD. DE PROJETOS	
VAGAS DISPONÍVEIS - ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - PSICÓLOGO	
UNIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS
UAMA CEILÂNDIA II	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA	2
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA	2
VAGAS DISPONÍVEIS - ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - ASSISTENTE SOCIAL	
UNIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS
UAMA CEILÂNDIA II	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA	1
UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA	2
TOTAL GERAL DE VAGAS:	39

REJANE PITANGA

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014

COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS

RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2014.

A Coordenadoria de Integração das Ações Sociais – CIAS, por intermédio da sua Pregoeira, designada pela Portaria n.º 13, de 24 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 27 de janeiro de 2014, comunica que no Pregão nº 06/2014 sagrou-se vencedora do item 01 a empresa LEVIT COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS LTDA-ME CNPJ 11.994.821/0001-07 no valor de R\$ 1.072,00 (Um mil e setenta e dois reais) e nos itens 02 no valor de R\$ 196,00 (Cento e noventa e seis reais) e item 03 no valor de R\$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais) sagrou-se vencedora a empresa ART-CARD LTDA – ME CNPJ 05.449-347/0001-30. No valor total da licitação: R\$ 1.708,00 (Um mil e setecentos e oito reais). Processo: 427-000021/2014. UASG 926251

SALLY ROSALIN BARROSO INÁCIO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2014.

A Coordenadoria de Integração das Ações Sociais – CIAS, por intermédio da sua Pregoeira, designada pela Portaria n.º 13, de 24 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 27 de janeiro de 2014, torna pública a data de realização do Pregão Eletrônico nº 16/2014. Data, horário e endereço eletrônico para abertura: 04/04/2014, às 10h, www.comprasnet.gov.br. Objeto: aquisição de containers de lixo, por Sistema de Registro de Preço, conforme quantidades e especificações constantes do Edital e seus Anexos. Valor estimado: R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais). Local de obtenção do edital: www.comprasnet.gov.br. Processo: 427-000031/2014. UASG 926251

SALLY ROSALIN BARROSO INÁCIO

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 401.000.050/2014 – 1. RATIFICO, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8666/1993, a inexigibilidade de licitação para a participação de 10 (dez) servidores desta Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF no VII CONGRESSO CONSAD realizada pelo CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO nos moldes constantes do projeto básico (fl. 09 a

11), no valor total R\$ 2.000,00 (dois mil reais), reconhecida pelo Subsecretário de Administração Geral desta DPDF, com base no disposto no artigo 7º da Lei nº 3.163/2003, no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, no Parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal nº 0726/2009 e na Nota Técnica Conclusiva NT-C 12/2013 da Assessoria Jurídica desta DPDF (fl. 73 a 80). 2. Determino a publicação deste ato no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a eficácia necessária. 3. Encaminhem-se os autos a Subsecretaria de Administração Geral desta DPDF, para providenciar as respectivas autorizações de empenho da despesa e de pagamento. Brasília, 17 de março de 2014. Jairo Lourenço de Almeida – Defensor Público-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014.

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, torna público que no dia 02 de abril de 2014, às 09:00h, fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO - menor preço por item, através do sítio www.comprasnet.gov.br. Objeto: Contratação de empresa especializada aquisição de materiais para a confecção de crachás, encadernação e cortes de papéis, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. Valor Total Estimado: R\$ 22.201,67 (vinte e dois mil duzentos e um reais e sessenta e sete centavos). Programa de Trabalho: 03.122.6009.8517.9632, Fonte: 100. Processo: 401-000.116/2013. Para retirada do Edital e seus anexos, o licitante deverá comparecer portando PEN DRIVE para gravação, na sala 101, do Edifício Zarife – Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Lote 22/24, 1º Andar, Asa Sul, Brasília - DF, no horário de 9h às 11h e 30min e de 14h às 17h e 30 min. Caso a retirada do Edital seja online estará disponível através do sítio: www.defensoria.df.gov.br. Brasília, 20 de março de 2014.

MICHELLY CAROLINE HORTMANN S. MORAIS

Pregoeira

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

CONTRATAÇÕES POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 401.000.050/2014 – 1. Com base no disposto no artigo 7º da Lei nº 3.163/2003, no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, no Parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal nº 0726/2009 e na Nota Técnica Conclusiva NT-C 012/2013 da Assessoria Jurídica desta DPDF (fl. 73 a 80), RECONHEÇO A INEXIGIBILIDADE de licitação para a participação de 10 (dez) servidores desta Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF no VII CONGRESSO CONSAD realizado pelo CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, nos moldes constantes do projeto básico (fl.09 a 11), no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). 2. À consideração do Exmo. Sr. Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal do Distrito Federal - DPDF para, se assim entender, ratificar a inexigibilidade de licitação, na forma do disposto no artigo 26 da Lei nº 8666/1993. Brasília, 17 de março de 2013. João Ricardo Arcoverde Moraes – Subsecretário de Administração Geral.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE DIÁRIAS (*)

Processo nº 4229/14; Beneficiário: JUAREZ CAVALCANTE DA COSTA; 20ª edição FEICON BATIMAT – Salão Internacional da Construção; Local do evento: São Paulo - SP; Período de realização do evento: 18 a 20.03.14; Quantidade de diárias: 3,5 (três e meia).

Processo nº 4229/14; Beneficiário: WAGNER DE OLIVERIA RABELO; 20ª edição FEICON BATIMAT – Salão Internacional da Construção; Local do evento: São Paulo - SP; Período de realização do evento: 18 a 20.03.14; Quantidade de diárias: 3,5 (três e meia).

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 57 de 20/03/14 página 82.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014

Para efeito do que estabelece o art. 109, inciso I alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, informamos o resultado do julgamento da fase de habilitação da Tomada de Preços em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa especializada com vistas à elaboração de projetos básico e executivo, do orçamento detalhado e do caderno de encargos para a substituição do sistema de ar condicionado existente no Edifício Anexo ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), sendo consideradas inabilitadas, as empresas Escola Técnica Profissional Ltda – ME, pelo descumprimento do item 7.1.e do Edital (apresentou Certidão de Falência com emissão superior a trinta dias, sem revalidação), Qualieng Qualidade e Engenharia Ltda pelo não atendimento do art. 29, inc. II, da Lei 8.666/1993 (objeto social incompatível com o objeto da licitação) e descumprimento do item 7.1.j do Edital (atestados incompatíveis com o objeto da licitação) e RG Construções LTDA – ME, pelo descumprimento do item 7.1.b (não apresentou Certidão Negativa de Débitos com o INSS e a Certidão Negativa do FGTS apresentada encontrava-se vencida na data de abertura do certame) e do item 7.1.j (atestados incompatíveis com o objeto da licitação). Foram consideradas habilitadas as demais empresas.

Brasília, 18 de março de 2014

WILDSON PRADO OLIVEIRA
Presidente

INEDITORIAIS

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Considerações gerais:

Em 2013 a Companhia consolida patamares de resultado líquido e operacional já bastante positivos, reflexo do amadurecimento do Negócio e também da gestão da Administração da Companhia. Não obstante em 2013 o Setor Elétrico como um todo ter passado por turbulências financeiras e operacionais (reflexos da MP 579 para algumas empresas, efeitos da Resolução CNPE 03 para empresas que não conseguiram proteção de liminares, despacho acentuado das usinas térmicas e liquidações no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE negativos em janeiro/fevereiro de 2013) a Companhia conseguiu superar esses percalços, gerar energia de acordo com seus requisitos e ainda obteve importantes sucessos em projetos operacionais, legais e regulatórios, como serão explicitados nos destaques adiante.

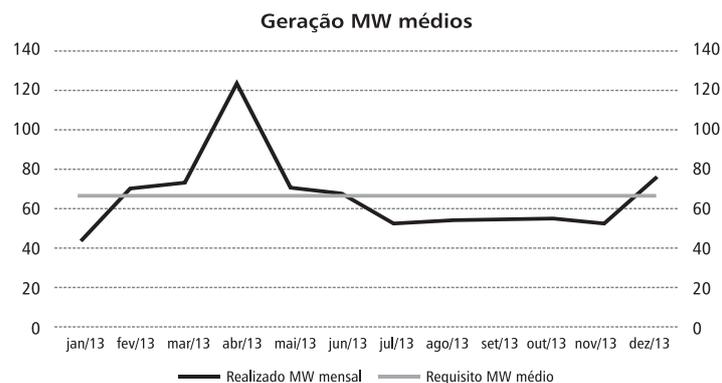
Com lucro líquido em 2013 de cerca de R\$ 41.975, o ROE (retorno sobre o "equity") se situa em cerca de 18% e, com o EBITDA realizado de R\$ 124.737 observamos uma relação EBITDA/Receita Bruta consolidando patamares de 75%, acima da média do setor. Propõe-se também, após as reservas legais e contábeis devidas, nova distribuição de dividendos de acordo com o Estatuto da Companhia.

Além dos ganhos operacionais registra-se ainda redução das despesas financeiras incorridas em 2013 quando comparadas com 2012, fruto principalmente da estratégia de realocação financeira efetivada em novembro de 2012 com a substituição do passivo financeiro representado pelos valores investidos pelo FIP Corumbá pela emissão de debêntures (código "CRUM11"), não conversíveis em ações, com custos efetivos menores.

Destaques em 2013:

No que tange ao desempenho operacional da Companhia, registramos nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 liquidações financeiras no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE fortemente negativos em mais de R\$ 12.197, o que afetou logo no início do ano o desempenho operacional da Companhia. Tal efeito negativo contudo não foi típico nem exclusivo, isto é, foi fruto de um conjunto de fatores regulatórios e operacionais do sistema como um todo bastante específicos e atípicos do setor elétrico nesse período por conta de despacho térmico na sua plenitude, que afetou a todos os geradores hidráulicos, onde, pela baixa sistêmica do nível pluviométrico aliada a algumas mudanças no calendário de sazonalização da energia assegurada permitido pela ANEEL, fora da regra normal, gerou efeitos negativos nessa conta de uma forma global nesse período.

Apesar da geração hidráulica Nacional em 2013 ter ficado abaixo de seus valores esperados, a Companhia isoladamente logrou êxito em sua geração, ou seja, gerou fisicamente MW médios suficientes para atingir ao seu requisito energético previsto no seu contrato de Concessão bem como no contrato de compra e venda de energia, tendo até mesmo vertido por vários dias. Vide gráfico que segue.



REQUISITO MW MÉDIO NO ANO NA USINA = 66 MW (*)

REALIZADO MW MÉDIO NO ANO NA USINA = 66 MW (*)

(*) 10 MW médios adicionais são computados pelo ganho de cascata a jusante.

A Companhia, seguindo programações operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no ano de 2013, gerou cerca de 577.273 MWh e, por alguns períodos, dispensou água pelo vertedouro.

Ainda no quesito desempenho operacional, destacamos com alegria o êxito regulatório (vis a vis a ANEEL) da Companhia na demanda de correção de erro de faturamento realizado a preços menores que o previsto no Contrato de Compra e Venda de Energia da Companhia com a CEB Distribuição S.A., no período de setembro de 2005 a abril de 2006, por conta da equivocada aplicação da Resolução ANEEL nº 165/2005 ao faturamento da Companhia naquele período, época essa que fora efetivamente entregue energia para a CEB Distribuição S.A. para atender ao Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com esta última, sem a Companhia estar operando.

Após vários anos de trabalho, na 35ª reunião de Diretoria da ANEEL de setembro de 2013 e na 48ª reunião de Diretoria da ANEEL em dezembro desse ano, foi então determinada que a Companhia procedesse com a retrocitada correção desse faturamento a menor, aplicando-se os preços previstos no contrato, indexados pelo IGP-M. Tal ajuste no faturamento representa uma receita bruta adicional de cerca de R\$ 42.351 a preços de dezembro de 2013. Ainda como resultado das citadas decisões da ANEEL, a CEB Distribuição S.A. negociou o diferimento do pagamento desse valor para a Companhia de forma a conciliar com as datas de recebimento dos mesmos na tarifa da distribuidora em 2014 e 2015.

No campo legal, destacamos que na data de 11.09.2013, a Companhia obteve sentença favorável no procedimento arbitral nº 37/2012, que tramitou no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá, onde a Companhia litigou com o BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BRB-DTVM) e Fundo de Investimentos em Participações BRB - Corumbá (FIP).

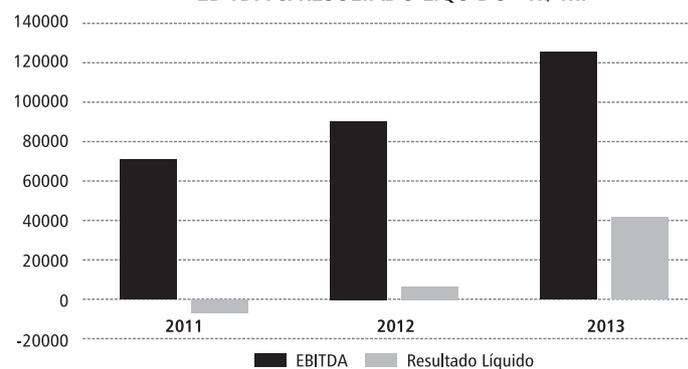
A sentença arbitral foi proferida pelo Árbitro Único, Dr. Eduardo Damiano Gonçalves, que condenou o BRB/FIP ao pagamento do valor correspondente à diferença proporcional do prêmio Seguro-Garantia tomado pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.4.2 do contrato de opção de compra e venda de ações ("call"), o qual montava em junho de 2012, a importância de R\$ 4.858, sendo que, atualizados até dezembro de 2013 montam cerca de R\$ 6.602 a serem recebidos em 2014.

A Companhia, protegida pela liminar proferida em ação de obrigação de não fazer, patrocinada pela Associação dos Produtores Independentes de Energia (APINE) em oposição à Resolução CNPE nº 03, evitou o rateio do custo adicional do acionamento das geradoras térmicas ao longo de 2013, como era previsto na citada Resolução. Tal Resolução pretendia ratear entre todos os agentes do setor elétrico o sobrecurso associado ao acionamento das geradoras térmicas (gás, óleo, biomassa, etc.) até a data de agosto de 2013, data esta em que a nova metodologia de formação de preços de energia entrou em vigor.

A Companhia, em linha com o Plano de Negócios, obteve em 2013 alguns importantes sucessos relativos ao projeto de médio prazo de aumento da energia assegurada da Usina. A ANEEL, através do despacho 4286/2013, aprovou a elevação da cota para 842,60m (+60 cm) e em breve a Companhia deverá assinar um novo Contrato de Concessão com esta Agência, bem como uma nova Licença de Operação com o IBAMA. Em paralelo o Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) já aprovou estudos técnicos e está enviando os mesmos para o Ministério de Minas e Energia (MME) para efeito de recálculo da energia assegurada adicional. No que concerne à construção do muro defletor de ondas, necessário para o ajuste da crista da barragem da Usina para o maior armazenamento de água, o mesmo já se encontra finalizado.

A administração da Companhia acredita na então consolidação dos resultados econômicos e financeiros positivos, acredita ainda nos projetos futuros que adicionarão valor à empresa, bem como na capacidade da mesma de gerar retorno para os seus acionistas de forma cada vez mais efetiva.

Como observa-se no gráfico que segue, a tendência de melhora do Resultado Líquido e também do Resultado Operacional vem se confirmando nos últimos exercícios e apresenta, em 2013, um incremento ainda mais acentuado.

EBITDA & RESULTADO LÍQUIDO - R\$ mil

Considerando-se, portanto, uma expectativa de crescimento da receita em 2014 de acordo com o IGP-M associado a receitas extraordinárias previstas para esse ano (recebimento do resultado da arbitragem FIP, recebimento da correção de faturamento CEB 2005/2006, melhores liquidações no MRE) vislumbra-se resultados ainda mais positivos para o futuro próximo e, no médio prazo, com o potencial aumento da energia assegurada, vendas ainda maiores sem demanda de investimentos adicionais.

Ainda destacamos em 2013 os seguintes pontos:

- . Disponibilidade da Usina e Geração física de energia elétrica dentro dos patamares de volume e qualidade requeridos pelos órgãos fiscalizadores e os clientes.
- . Ênfase no atendimento às condicionantes ambientais (vide capítulo "meio ambiente"), com forte ação em projetos de atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA de sócio-economia.
- . Implantação de "workflow" informatizado de compras e contratos de forma a tornar mais rápido, transparente e seguro os processos de contratação e compras.
- . Investimento continuado no treinamento de pessoal técnico operacional da Usina, bem como reforço no treinamento do pessoal próprio do escritório da Corumbá.
- . Aprovação pelo Conselho de Administração do Plano de Negócios plurianual da Companhia, de forma a nortear as ações e projetos dirigidos pela Diretoria bem como dar visibilidade de médio prazo para os acionistas.

. Sucesso em vários litígios judiciais nas áreas fundiárias e civil (Ação civil pública).

. Melhorias na Gestão administrativa/financeira: Início do projeto de implantação do custeio por Atividade via Sistema ERP.

. Renovação do Seguro Operacional e Civil com prêmio menor que os anos anteriores.

. Premiação recebida por Projeto de P&D "Uso Múltiplo de Reservatório" na categoria "O Impacto Ambiental das Grandes Barragens".

No tocante à geração operacional registra-se taxa média de disponibilidade da Usina em torno de 94,14% no ano de 2013.

Em setembro de 2012 foi editada a MP 579 que, com vistas à redução dos custos de energia elétrica no Brasil ao longo de 2013, tratou-se da possibilidade de renovação antecipada das concessões de geração, transmissão e distribuição a vencer entre 2015 e 2017, além disso, para esse fim, dispõe sobre a redução de encargos setoriais. São alcançadas por essa MP aquelas concessões outorgadas antes da publicação da lei nº 8.987 de 1995 e não licitadas, fato este que não alcança a Companhia, mesmo porque o primeiro prazo de concessão da Companhia finda somente em 2035. Não obstante essa mudança regulatória não alcançar a Companhia neste momento, a Administração procedeu a uma análise do valor presente do fluxo de caixa projetado gerados pelos ativos da Companhia até 2035, chegando a valores consistentes com aqueles contabilizados como imobilizado.

Convergência às normas internacionais de Contabilidade - Testes de "impairment":

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores **Externos** de “impairment”:

(i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
(ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.

(iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;

(iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores **Internos** de “impairment”:

(i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;

(ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
(iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

. Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;

. Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.

. Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.

. Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.

. Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área sócio-ambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).

. Comitê para convergência ao IFRS: Reuniões mensais com a área contábil com finalidade de análise e discussão da convergência contábil para os critérios internacionais.

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2013, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações as provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Meio Ambiente

Visando atender as condicionantes da Licença de Operação (LO) nº 514/2005, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia desenvolve ações de caráter social e ambiental, buscando a sustentabilidade econômica para o reservatório e seu entorno. As ações desenvolvidas nos Programas Básicos Ambientais (PBAs) são implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente. Para mitigar e controlar os impactos causados pelo reservatório da Usina, tais ações estão agrupadas no Meio Socioeconômico, Meio Físico e Meio Biótico e foram desenvolvidas ao longo de 2013, conforme quadro abaixo:

MEIO SOCIOECONÔMICO

PBA COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROGRAMAS DE RÁDIO INFORMATIVOS DE TEOR JORNALÍSTICO	Veiculado todas as 3ª e 6ª Feiras, totalizando 93 programas.
MATÉRIAS	4 edições com tiragem de 5.000 exemplares cada
SMS	53 matérias divulgadas em meios de comunicação
	101 textos de SMS enviados para 986 números de celulares cadastrados

PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OFICINAS COM:	
OFICINAS PARA AS COMUNIDADES	7 Oficinas (1 Abadiânia, 1 Alexânia, 2 Santo Antônio do Descoberto, 1 Luziânia, 2 Silvânia)
OFICINAS PARA FISCAIS	1 na UHE Corumbá IV
OFICINAS PARA ALUNOS – AGENDA 21	189 Oficinas (50 Luziânia, 40 Santo Antônio do Descoberto, 28 Alexânia, 28 Abadiânia, 22 Novo Gama e 21 Silvânia)
OFICINAS PROFESSORES – AGENDA 21	9 Oficinas (2 Luziânia, 2 Santo Antônio do Descoberto, 2 Alexânia, 1 Abadiânia, 1 Novo Gama e 1 Silvânia).
CAPACITAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS	02 em Brasília
EXCURSÕES TÉCNICAS	3 sendo: 1 Alexânia, 1 Luziânia, 1 Corumbá de Goiás
REUNIÕES NAS COMUNIDADES	21 sendo: 5 Luziânia, 5 Alexânia, 6 Silvânia, 5 Santo Antônio do Descoberto
EVENTOS DE INTERFACE	7 sendo: 4 Alexânia, 2 Abadiânia, 1 Santo Antônio do Descoberto
PARADA ECOLÓGICA	14 sendo: 3 Luziânia, 1 Alexânia, 4 Abadiânia, 2 Santo Antônio do Descoberto, 1 Novo Gama e 3 Silvânia
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	Visitas em 398 residências, sendo: 42 Luziânia, 184 Santo Antônio do Descoberto, 51 Abadiânia, 121 Silvânia

PBA SEGURANÇA E ALERTA

VISITAS DE MONITORAMENTO DA AGENDA 21 ESCOLAR DOAÇÕES	17 sendo: 4 Luziânia, 3 Santo Antônio do Descoberto, 4 Alexânia, 2 Abadiânia, 2 Novo Gama e 2 Silvânia 2.100 Kits escolares contendo (mochila ecológica, cartilha da Agenda 21, cartilha de resíduos sólidos, caneta e bóton) e 1.000 kits Parada Ecológica contendo (lixocar, saco oxiobiodegradável, cartilha de resíduos sólidos e Cartilha do PACUERA).
TOTAL DE 39 HORAS DE CURSOS	16 h – Curso de Reciclagem de Brigada de Incêndio 16 h – Curso de Reciclagem de NR-10 4 h – Direção Defensiva 1 h – Alimentação 1 h – Álcool e Drogas 1 h – Saúde do Homem

PBA REALOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ÁGUA	Não houve perfurações de poços no período de 2013
ENERGIA ELÉTRICA	Total de 1.918 metros lineares em 6 glebas
MALHA VIÁRIA	Recuperação de trecho de estrada em Santo Antônio do Descoberto-GO: 3800m² de escavação; 48m de retirada de manilha; 30m de assentamento de manilha; 450m² de dissipador; 450m² de recomposição de talude; 1200m² recomposição de pavimento c/ cascalho.
DESCONSTRUÇÃO	Total de 527,38m² de desconstrução realizada em 02 glebas, retirada de 163m de cerca e 130m de escombros, no município de Santo Antônio do Descoberto.

ALTERNATIVA PRODUTIVA

VIVEIROS-ESCOLA	Foram construídos 3 viveiros, sendo 1 no município de Santo Antônio do Descoberto, 1 em Silvânia e 1 em Corumbá de Goiás. 145 pessoas foram beneficiadas com o projeto.
-----------------	---

PACUERA

PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO	O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA) é previsto pela Resolução Conama, número 302, de 2002, tem por finalidade normatizar o uso do entorno do reservatório, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade de projetos que possam ser implementados. Este documento é uma complementação dos planos diretores municipais.
---	--

O Pacuera da UHE Corumbá IV, aprovado em 2012 pelo órgão licenciador do empreendimento, está disponibilizado nas prefeituras municipais do entorno do reservatório, nos órgãos públicos e no site da Corumbá, para consultas conforme edital divulgado pelo IBAMA no diário oficial.

No ano de 2013 foi amplamente divulgado dentro dos PBAs de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

Em 2013 foram 8.899 trabalhos inscritos no Programa, envolvendo mais de 650 mil alunos de escolas de 198 cidades goianas.

Estudantes, professores e escolas de Alexânia, Silvânia, e Luziânia foram premiados. Entre as finalistas estava uma professora de Alexânia, na categoria de melhor projeto dentro do tema Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente.

1 casa construída em Santo Antônio do Descoberto

PROJETOS SOCIAIS: ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

RECONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INTERESSE SOCIAL DOAÇÕES	1 Unidade Básica de Saúde (UBS) da Comunidade de Santa Rosa, em Santo Antônio do Descoberto-GO Placas de Identificação Camisetas Folders Caixas d'água e materiais para a construção Brinquedos
---	--

Assinatura Mensal da Revista Escola
Atendimento oftalmológico para 1726 pessoas. Fornecimento de 729 óculos de grau para a população dos municípios de: Alexânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia.

Cavalladas de Corumbá de Goiás

Coral Vozes de Corumbá de Goiás

Finalização dos 4 anos de projeto. Durante 4 dias de atividades em campo, palestras foram ministradas pelos próprios participantes que contaram histórias de sucesso sobre o Projeto Balde Cheio.

O Projeto envolveu ao todo cerca de 150 produtores (em suas diferentes etapas e capacitações), que aprenderam técnicas de formação de piquetes rotacionados e de ensilagem para alimentação do gado, de inseminação artificial, de manejo de crias e recrias providas da inseminação.

Os produtores participantes aumentaram a produtividade do leite de 300% a 500% e passaram a fazer parte do mercado leiteiro. Aumentaram a renda e melhoraram sua qualidade de vida.

continua

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO UHE CORUMBÁ IV

MONITORAMENTO BASEADO NAS SEGUINTE CATEGORIAS:

Abertura e reabertura de estradas	32 ocorrências
Construção de casa	10 ocorrências
Desmatamento	4 ocorrências
Instalação de rede elétrica	2 ocorrências
Construção de fossa	4 ocorrências
Estacionamento	1 ocorrência
Roçagem	8 ocorrências
Platôres	10 ocorrências
Construção de Cerca	9 ocorrências
Gradagem	3 ocorrências
Concretagem de acesso	2 ocorrências
Lote	9 ocorrências
Muro de arrimo	1 ocorrência
Área para churrasco	1 ocorrência
Playground	1 ocorrência
Retirada de água	45 ocorrências
Rampa de acesso ao reservatório	Sem ocorrências em 2013
Plantação ou jardinagem exótica	Sem ocorrências em 2013
Perfuração de cisterna ou poço artesiano	Sem registros em 2013

MEIO FÍSICO

PBA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA

Campanhas trimestrais em:
13 pontos do Rio
08 pontos do Reservatório
01 ponto Lançamento da ETE Santo Antônio do Descoberto

PBA CONTROLE DE FOCOS EROSIVOS DAS ENCOSTAS MARGINAIS

Focos Erosivos:
17 estão controlados;
44 estão recuperados;
03 de vulnerabilidade baixa
01 de vulnerabilidade alta
05 à jusante da barragem

PBA CLIMATOLOGIA

Sem registros de alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV

PBA ÁGUA SUBTERRÂNEA

Rede de monitoramento compostas por 10 piezômetros

Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV aumentou com o enchimento do reservatório e apresenta tendência à estabilização de seu nível.

PBA SISMOLÓGICO

Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV

PBA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE MACRÓFITAS - UNIDADE DE COMPOSTAGEM DE AGUAPÉ - UCA

Produção de 16.000 kg de composto de macrófitas

PBA SEDIMENTOLÓGICO

Rede monitoramento, composta por 6 estações hidrométricas. Monitoramento da entrada e saída de sedimentos do reservatório da UHE Corumbá IV.

MEIO BIÓTICO

PBA REVEGETAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA UHE CORUMBÁ IV

Não houve intervenção no período de 2013 devido à presença de gado na APP.
Levantamento de proprietários lindeiros ao reservatório, interessados em firmar parceria para a revegetação.

PBA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA

Não houve intervenções na área do PRAD em 2013.

PBA DA FAUNA SILVESTRE

Concluído

PBA DA ICTIOFAUNA

Concluído

PBA CONTROLE DE VETORES

Ações realizadas em Alexânia e Corumbá de Goiás, com doação de materiais de insumo, folders educativos e combustível.
Levantamento de vetores no município de Santo Antônio do Descoberto, no entorno de áreas com e sem macrófitas.

Mais uma vez, agradecemos e ressaltamos o empenho de nossos Colaboradores, Parceiros e principalmente os Acionistas que, no ano de 2013, acreditaram e contribuíram para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro e socioambiental da Companhia.

Brasília, Março de 2014.
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	16.045	12.895	Fornecedores (Nota 10)	5.443	3.777
Contas a receber (Nota 4)	53.567	10.380	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	37.710	37.056
Adiantamentos	4.592	5.516	Debêntures (Nota 12)	8.872	1.951
Tributos a recuperar (Nota 5 (a))	1.742	752	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 24)	1.384	2.741
Despesas antecipadas	126	146	Obrigações trabalhistas e sociais	467	402
Outros ativos (Nota 6)	1.808	3.662	Obrigações tributárias (5 (c))	1.799	2.326
	<u>77.880</u>	<u>33.351</u>	Dividendos propostos (Nota 14 (c))	3.987	493
			Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 15)	1.193	1.117
Não circulante			Outros passivos	485	274
Realizável a longo prazo				<u>61.340</u>	<u>50.137</u>
Tributos diferidos (Nota 5 (a))	58	50	Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 17 (a))	19	25	Fornecedores (Nota 10)	2.284	
	<u>77</u>	<u>75</u>	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	113.578	148.490
Imobilizado (Nota 7)	627.704	635.197	Debêntures (Nota 12)	197.573	197.158
Intangível (Nota 8)	8.508	8.904	Provisão para causas judiciais (Nota 17 (b))	172	49
Diferido (Nota 9)	7.264	10.896	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 15)	25.258	24.762
	<u>643.553</u>	<u>655.072</u>	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 24)	860	749
			Obrigações tributárias	16.577	1.275
Total do ativo	721.433	688.423	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11 (i))	41.427	41.427
				<u>397.729</u>	<u>413.910</u>
			Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social (a)	235.259	235.259
			Ajuste de avaliação patrimonial (d)	(16.292)	(16.292)
			Reservas de lucros (c)	43.397	5.409
				<u>262.364</u>	<u>224.376</u>
			Total do passivo e do patrimônio líquido	721.433	688.423

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. CNPJ: 04.066.598/0001-72							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais							
	Capital social	Recompra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Retenção	Lucro/Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	375.453	(76.000)		708		(74.488)	225.673
Prejuízo do exercício						(5.998)	(5.998)
Em 31 de dezembro de 2011	375.453	(76.000)		708		(80.486)	219.675
Absorção do prejuízo	(80.486)					80.486	
Recompra de ações	(59.708)	76.000	(16.292)				
Lucro do exercício						5.194	5.194
Constituição de Reservas				259	4.442	(4.701)	
Dividendos propostos						(493)	(493)
Em 31 de dezembro de 2012	235.259		(16.292)	967	4.442		224.376
Lucro do exercício						41.975	41.975
Constituição de Reservas				2.099	35.889	(37.988)	
Dividendos propostos						(3.987)	(3.987)
Em 31 de dezembro de 2013	235.259		(16.292)	3.066	40.331		262.364
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais			
	2013	2012		2013	2012		
Operações continuadas							
Receita líquida (Nota 18)	159.321	140.897					
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 19)	(47.062)	(63.047)					
Lucro bruto	112.259	77.850					
Resultado operacional							
Despesas administrativas (nota 20)	(6.368)	(5.723)					
Outras receitas administrativas		22					
Lucro operacional antes do resultado financeiro	105.891	72.149					
Resultado financeiro (Nota 21)	(42.454)	(51.897)					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.437	20.252					
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(7.596)	(15.054)					
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	(13.866)	(4)					
Lucro líquido do exercício	41.975	5.194					
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	566.248	566.248					
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações – Em reais	74,13	9,18					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
1 Informações gerais							
<p>A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.</p> <p>O Contrato de Concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada.</p> <p>A Companhia obteve a Licença de Operação - LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento renovando a Licença de Operação nº 514/2005 - 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 18/04/2018.</p> <p>A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais. · Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética. · Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente. · Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos. · Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional. · Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.). · Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica. 							
2 Resumo das principais políticas contábeis							
2.1 Base da preparação							
<p>As presentes demonstrações financeiras foram avaliadas e ratificadas pela diretoria em 28 de fevereiro de 2014. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.</p> <p>Não ocorreram movimentações em “Outros resultados abrangentes”, dessa forma não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.</p>							
				Fluxos de caixa das atividades operacionais			
				Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
				Ajustes			
				Depreciação e amortização			
				Reversão de provisões			
				Juros, variações monetárias sobre empréstimos			
				Baixa de imobilizado			
				Variações nos ativos e passivos			
				Contas a receber			
				Fornecedores			
				Outros ativos e passivos			
				Caixa proveniente das operações			
				Imposto de renda e contribuição social pagos			
				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
				Fluxos de caixa das atividades investimentos			
				Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)			
				Obras civis			
				Desapropriações			
				Outros			
				Receitas financeiras			
				Aplicações			
				Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos			
				Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
				Amortização e encargos de financiamentos			
				Captação de recursos			
				Dividendos pagos			
				Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
				Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
				(*) Os valores apresentados referem-se ao efetivo desembolso de caixa/equivalentes de caixa conforme exemplo da página 24 do CPC 03 . Os valores de movimentação do imobilizado presentes na nota 7 refletem os registros contábeis do período pelo regime de competência.			
				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
				2.2 Caixa e equivalentes de caixa			
				Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.			
				2.3 Ativos circulante e não circulante			
				Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.			
				2.4 Apuração do resultado			
				O resultado é apurado pelo regime de competência. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.			
				2.5 Ativos financeiros			
				Classificação			
				A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.			
				Empréstimos e recebíveis			
				Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.			
				Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
				Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.			

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

Inexistem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Companhia, lembrando sempre do contexto que se insere a Companhia, na modelagem do setor em que atua (Produtor independente – utilização de bem público). Por definição, em regime de concessão, mesmo sendo de utilização do bem público, o investimento terá que ser devidamente remunerado ao titular da concessão, seja através das condições atuais, ou seja, em uma eventual extensão do prazo de concessão se, ao fim do contrato, for verificado a existência de ativos não totalmente depreciados.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2.10 Diferido

O ativo diferido foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, optou por manter o saldo no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Debêntures

As debêntures são reconhecidas no momento inicial pelo custo amortizado. Posteriormente, são acrescidos encargos calculados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados e mantidos em valores originais e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.18 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.19 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	151	110
Banco do Brasil S.A. - Conta corrente	3.625	6
Banco do Brasil S.A. - Aplicação financeira (a)	<u>12.269</u>	<u>12.779</u>
	<u>16.045</u>	<u>12.895</u>

(a) As aplicações financeiras são Certificado de Depósito Bancário – CDB avaliados a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor de mercado, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata.

4 Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CEB Distribuição S.A.	<u>53.567</u>	<u>10.380</u>

Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de compra e venda de energia elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.

Em 2013 inclui receita de R\$ 42.351, de acordo com o decidido em reunião de Diretoria da ANEEL 35ª e 48ª de 2013, referente à correção de faturamento efetuado a menor em 2005/2006. Este valor será atualizado com aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, observando-se a base de dezembro de 2013 até setembro de 2014, sendo então auferido novo valor global principal da obrigação, que por sua vez, será recebido em 12 (doze) parcelas iguais.

5 Tributos**(a) Tributos a recuperar e diferido**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58	50
PIS e COFINS a recuperar (*)	1.698	708
Outros	44	44
	1.800	802
Circulante	<u>(1.742)</u>	<u>(752)</u>
Não Circulante	58	50

(*) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia – MRE)

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	63.437	20.252
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação –		
Despesa (Benefício)	21.569	6.885
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Adições permanentes (i)	83	8.231
Despesas indedutíveis	187	55
Outras receitas (ii)	(13.866)	
Outros	<u>(377)</u>	<u>(113)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	<u>7.596</u>	<u>15.058</u>

(i) Refere-se principalmente aos encargos da FIP – BRB.

(ii) Refere-se ao diferimento de impostos em face da não realização do recebimento da fatura de R\$42.351.

continua

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em		9 Diferido		Taxa anual de amortização - %
	2013	2012	(a) Composição		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (i)	40.782				
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%				
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	13.866				
(i) Refere-se ao valor da fatura de R\$42.351, deduzido do valor do PIS/COFINS (R\$ 1.569).					
(c) Obrigações Tributárias					
	2013	2012			
Imposto de renda e contribuição social – corrente	1.103	1.629			
Imposto de renda e contribuição social – provisão (*)	13.874				
PIS e COFINS provisão (*)	1.546				
Outros	1.853	1.972			
	18.376	3.601			
Circulante	(1.799)	(2.326)			
Não Circulante	16.577	1.275			
(*) Refere-se ao diferimento de impostos em face da não realização do recebimento da fatura de R\$42.351.					
6 Outros ativos					
	2013	2012			
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	1.128	2.052			
Banco Bradesco – Garantia CCEE	679	1.607			
Outros	1	3			
	1.808	3.662			
O valor de R\$ 679 refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.					
O valor de R\$ 1.128 refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento, ainda não concluídos ou submetidos à avaliação do órgão regulador ANEEL até 31.12.2013.					
7 Imobilizado					
(a) Composição					
	2013	2012			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxa média anual de depreciação - % (*)
Imobilizado em serviço - Usina					
Terrenos	96.136		96.136	94.172	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	473.357	(72.749)	400.608	404.879	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.320	(39.007)	130.313	135.542	4,55
Veículos e embarcações	614	(398)	216	231	14,08
Imobilizado em serviço - Administração					
Computadores e periféricos	381	(276)	105	135	16,67
Móveis e utensílios	193	(131)	62	60	6,28
Outros	486	(222)	264	178	19,62
	740.487	(112.783)	627.704	635.197	
Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.					
(i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Companhia com a Serveng Civilsan S.A. foram praticados em condições usuais de mercado.					
(ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.					
(*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.					
(b) Movimentação					
	2013	2012			
Saldo inicial em 1º de janeiro	635.197	649.369			
Aquisições	7.336	738			
Baixas	(12)	(102)			
Depreciação	(14.817)	(14.808)			
	627.704	635.197			
8 Intangível					
(a) Composição					
	2013	2012			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxa média anual de amortização - %
Contrato de conexão (i)	744	(89)	655	685	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(5.012)	7.853	8.219	2,9
	13.609	(5.101)	8.508	8.904	
(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.					
(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão e amortizado pelo prazo da concessão.					
(b) Movimentação					
	2013	2012			
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.904	9.301			
Amortização	(396)	(397)			
	8.508	8.904			

continua

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às debêntures será realizado a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, conforme indicado na tabela abaixo:

Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
05 de novembro de 2016	10% (dez por cento)
05 de novembro de 2017	15% (quinze por cento)
05 de novembro de 2018	20% (vinte por cento)
05 de novembro de 2019	25% (vinte e cinco por cento)
05 de novembro de 2020	30% (trinta por cento)

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão até a data de vencimento das debêntures, sendo os pagamentos devidos em maio e novembro de cada ano, com início em maio de 2013 e final na data de vencimento das debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá a partir da data de emissão realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial das debêntures, mediante a publicação de comunicação dirigida aos debenturistas e ao agente fiduciário a ser amplamente divulgada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado facultativo a ser implementado pela Companhia.

Garantias/Garantidoras: (i) Penhor em segundo grau de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia e da C&M Engenharia Ltda.

(ii) Penhor em segundo grau de todos e quaisquer direitos decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão nº 063/2000 firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir debêntures em circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º (terceiro) do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado.

A comissão e taxa de estruturação paga ao Bradesco-BBI pelos serviços de coordenador líder e estruturador da emissão de debêntures em 2013 será apropriada pelo prazo da operação, no montante de R\$ 2.842, que para efeito de demonstração no balanço está diminuindo o valor das debêntures no passivo.

	2013	2012
Debêntures	<u>206.445</u>	<u>199.109</u>
	206.445	199.109
Circulante	<u>(8.872)</u>	<u>(1.951)</u>
Não Circulante	<u>197.573</u>	<u>197.158</u>

As parcelas não circulantes têm vencimento como segue:

	2013	2012
2014		
2015		
2016	20.000	20.000
2017	30.000	30.000
2018 em diante	<u>150.000</u>	<u>150.000</u>
	200.000	200.000

13 Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Financiamentos		
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% ao ano) (i)	132.694	162.727
Banco do Brasil S.A. (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% ao ano) (ii)	18.589	22.795
Outros	<u>5</u>	<u>24</u>
	151.288	185.546
Circulante	<u>(37.710)</u>	<u>(37.056)</u>
Não Circulante	<u>113.578</u>	<u>148.490</u>

(i) O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 232.160 com o BNDES

(ii) O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 40.000 com o Banco do Brasil S.A.

No cronograma de amortização atual é previsto que ao final do contrato, as prestações sejam amortizadas em 135 parcelas (destas 86 já incorridas para os Subcréditos A e C e 87 parcelas para o Subcréditos B e D finalizando os referidos contratos em janeiro de 2018).

Os financiamentos estão garantidos por: (a) penhor dos direitos emergentes da Concessão; (b) ações da Companhia, de propriedade da Serveng Civilsan e C&M Engenharia Ltda.; (c) pelo contrato de venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A.; e (d) aval da empresa Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., empresa holding detentora do controle acionário da Serveng Civilsan.

As aplicações financeiras garantidoras do contrato de financiamento são demonstradas no balanço patrimonial reduzindo o passivo não circulante, quando aplicável.

As parcelas não circulantes têm vencimento como segue:

	2013	2012
2014		36.365
2015	36.836	36.365
2016	36.836	36.365
2017	36.836	36.365
2018 em diante	<u>3.070</u>	<u>3.030</u>
	113.578	148.490

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2012 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA”, totalizando um capital subscrito de R\$ 235.259 (2012 - R\$ 235.259).

(b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe “A” e de ações ordinárias.

(c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Concessionária, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	41.975	5.194
Constituição de Reserva legal – 5%	(2.099)	(259)
Base de cálculos dos dividendos	39.876	4.935
Dividendos das ações PNA (R\$ 7,329 por lote de mil ações)	(2.362)	(292)
Dividendos das ações ON (R\$ 6,662 por lote de mil ações)	(1.625)	(201)
Reserva destinada para redução da conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” (d)	(11.850)	(4.442)
Retenção de Lucro	(24.039)	
Reservas	2013	2012
Reserva Legal	3.066	967
Reserva para Recompra de ações	16.292	4.442
Retenção de Lucro	<u>24.039</u>	
	43.397	5.409

A proposta é para o pagamento até o final do exercício de 2014, após a correspondente aprovação pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária e registro na Junta Comercial, sem atualização monetária.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de R\$ 16.292 é destinado para redução da conta devedora “Ajuste de Avaliação Patrimonial” tendo esta sido fruto de ajustes com a saída do FIP Corumbá.

15 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 101 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

	2013	2012
Circulante	1.193	1.117
Não Circulante	25.258	24.762

16 Cobertura de seguros

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2013, respectivamente, R\$ 505.000 (sendo R\$ 500.000 para danos materiais e R\$ 5.000 para lucros cessantes) e R\$ 204.000 para o limite máximo de indenização.

17 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis/Trabalhistas	<u>19</u>	<u>25</u>	<u>172</u>	<u>49</u>

(b) Movimentação da provisão

	2013	2012
Saldo inicial em 1º de janeiro	49	158
Baixas / Reversões	(82)	(109)
Outras constituições (reversões), líquidas	205	
Saldo final em 31 de dezembro	172	49

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2013, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

(c) Ação fiscal

A Companhia iniciou uma ação administrativa junto à Receita da Fazenda do Estado de Goiás, questionando os pagamentos do diferencial de ICMS já realizados, no entendimento que foram débitos inapropriados, não havendo reconhecimento contábil dessa contingência ativa. Ao proferir julgamento administrativo por maioria de votos e contrariando entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pleno do Conselho Administrativo Tributário (CAT) da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, manteve a autuação anteriormente lavrada em desfavor da Companhia. Diante de tal fato, a Companhia, em novembro de 2011, ajuizou Mandado de Segurança com vista a impedir o início de qualquer ação judicial que objetive discutir a legitimidade de tal débito, visto que o lançamento efetuado viola o Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE). Sendo assim, o juízo da Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiás, em Goiânia, indeferiu o Mandado de Segurança impetrado pela Companhia sob o argumento de que a matéria trazida para discussão desafiaria produção de prova. Não havendo alternativa, a Companhia em fevereiro de 2012, pediu a extinção do Mandado de Segurança anteriormente impetrado e ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal em desfavor do Estado de Goiás, sendo que no primeiro momento o Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual em Goiânia indeferiu a liminar vindicada pela Companhia sob o argumento de que não estava presente a plausibilidade do direito invocado. Inconformada com a decisão prefacial, a Companhia ingressou com Agravo de Instrumento questionando a decisão de 1º grau, obtendo êxito em seu desiderato, onde a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ao apreciar o

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mérito do recurso interposto pela Companhia reformou a decisão singular para suspender a exigibilidade do crédito tributário no valor de R\$ 2.474.005,32 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinco reais e trinta e dois centavos) e retirar o nome da Companhia da Dívida Ativa do Estado até final julgamento da ação. Atualmente, a ação aguarda conclusão ao juízo que proferirá a sentença, uma vez que não há provas à produzir em audiência de instrução e julgamento, pois se trata de julgamento que abarcará questões de direito vinculadas ao Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás.

(d) Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009. Esse montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de, aproximadamente, R\$ 163.000.

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Companhia contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalculer os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais apresentaram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito, demanda esta que se encontra em fase de perícia técnica pelos peritos indicados pela Câmara de Arbitragem, a qual somente ao final dos trabalhos periciais julgará a causa. As partes ofertaram quesitos suplementares visando esclarecer alguns tópicos da perícia, onde os peritos apresentaram laudo complementar, com as respostas das indagações aduzidas pelos litigantes.

Foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04.12.2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Companhia ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Companhia ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos. Atualmente o feito aguarda impulso da Câmara de Arbitragem que deverá abrir prazo para que as partes ofertem razões finais.

Desta forma, tendo em vista a indefinição quanto aos valores e prazos, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo, e uma vez que não se trata ainda de assunto em âmbito judicial, a administração não constituiu provisão em face de eventuais desembolsos relacionados a esse evento, por considerar grande indefinição relacionada a essa demanda.

18 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	2012
	2013	2012
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica (*)	171.988	124.462
Liquidação Financeira – MRE (**)	(12.197)	186
Outras Receitas (***)	6.526	23.348
COFINS	(5.750)	(5.834)
PIS	(1.246)	(1.265)
Receita líquida	159.321	140.897

(*) Inclui R\$42.351 referentes à correção de faturamento, segundo determinação da ANEEL nas reuniões 35ª e 48ª de 2013

(**) As Liquidações financeiras do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE em 2013 foram bastante negativas dado ao maior despacho térmico (do sistema nacional pela falta de chuvas) e mudança regulatória feita pela ANEEL em Janeiro/2013 relacionada a sazonalização

(***) Operação de sazonalização de energia

19 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	2012
	2013	2012
Custos operacionais gerais (a)	16.027	14.610
Custo de energia elétrica (b)	3.317	20.716
Custo de uso do sistema de distribuição	2.462	3.397
Custo de compensação financeira – CFURH	2.940	2.346
Custo com mão de obra própria	1.855	1.579
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.248	1.195
Custo de fiscalização regulatória	368	356
Depreciação e amortização	18.845	18.848
	47.062	63.047

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	2012
	2013	2012
Meio ambiente	10.592	9.912
Serviços profissionais – pessoa jurídica	407	609
Manutenção de Barragem/Usina	1.326	690
Seguro – Usina	707	792
Manutenção de SE Linha de Transmissão	700	522
Preservação e segurança	542	468
Combustíveis e lubrificantes	138	187
Compra de terras		11
Outros	1.615	1.419
	16.027	14.610

(b) Custo de energia elétrica

Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2013 e 2012 se referem principalmente à compra de energia da empresa Delta Comercializadora, no contexto de uma estratégia de sazonalização da energia assegurada da Companhia. Contudo o valor de compra em 2013 foi menor que 2012 dado à redução da tarifa contratual. Esses custos, não obstante, carregam associada uma receita que gera ao final do ano o resultado positivo de R\$ 4.400 (2012 – R\$ 1.270).

20 Despesas operacionais

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	2012
	2013	2012
Pessoal	4.300	3.523
Tributárias	44	89
Reversão (constituição)	(82)	(109)
Outras (a)	2.106	2.220
	6.368	5.723

(a) Outras

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	2012
	2013	2012
Serviços profissionais – pessoa jurídica	343	464
Informática	302	197
Contribuições	61	153
Viagens	121	145
Legais/cartórios	62	140
Alugueiros de imóveis	128	121
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	46	51
Indenização de terras	40	17
Outros	884	813
	2.106	2.220

21 Resultado financeiro

	Exercício findo em	
	31 de dezembro	2012
	2013	2012
Receitas		
Receitas sobre aplicações	975	776
Despesas		
Juros sobre financiamentos BNDES e Banco do Brasil	(19.042)	(22.811)
Despesas correção FIP (*)		(24.344)
Despesas correção/remuneração Debentures (*)	(20.985)	(2.367)
Despesas com financiamentos	(783)	(64)
Juros e atualização monetária com fornecedores	(111)	(504)
Despesas financeiras com Outorga	(1.764)	(1.299)
Outros	(744)	(1.284)
	(42.454)	(51.897)

(*) 2012: 10 meses de correção FIP e 2 meses de correção Debentures

2013: 12 meses de correção Debentures e sem correção FIP

22 Gestão de risco financeiro**(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo, a única operação existente nessa linha é a atualização do saldo de conta reserva no Banco do Brasil S.A. (dado em obrigação de contrato de financiamento) onde este último remunera tal depósito via operação de swap contratado por este Banco.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e cesta de moedas e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Debentures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debentures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGPM sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica).

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(f) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(g) Risco de mercado**Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

continua

continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
CNPJ: 04.066.598/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem 10% do total de seu contrato com o BNDES em moeda estrangeira. A avaliação da administração é que o risco de exposição pela mudança na taxa de câmbio é baixo.

(h) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

23 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida

líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

24 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos de P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	2013	2012
Circulante	1.384	2.741
Não Circulante	860	749
	<u>2.244</u>	<u>3.490</u>

DIRETORIA**CONTADOR**

Marconi Melquiades de Araújo
Diretor Presidente

Marcelo Siqueira Mendes
Diretor Administrativo e Financeiro

Rejane Reis Salgado
CRC MG-069601/O-4 T-DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO DE SOUSA RIBEIRO
SANCLER HUNGRIA GUIMARÃES

RODRIGO ALVES DE LIMA
RUBEM FONSECA FILHO

MARIO AUGUSTO LIMA E SILVA
ROONEY DONIZETTI PUNTEL

LAÍZE DE FREITAS
CÉLIO BIAVATI FILHO

WILLIAM TANNUS
ANTONIO CARLOS REBOUÇAS LINS

CONSELHEIROS FISCAIS

Antônio Ayrton Rossi

Frederico de Pina Álvares Filho

Israel Marcos da Costa Brandão

Mauro Rocha de Freitas

Sérgio Padovan

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Corumbá Concessões S/A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013, bem como o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 11 de março de 2014 e verificou a exatidão de todos os elementos apreciados. Manifesta-se favoravelmente às referidas demonstrações, entendendo que refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no exercício, recomendando à sua apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,

a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 17(d) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está avaliando o mérito da solicitação de recomposição de valores associados a obras, efetuado pelo fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A., no montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 de, aproximadamente, R\$ 163.000 mil. Tendo em vista o estágio de apreciação dessa solicitação e a expectativa da administração favorável para Companhia sobre o desfecho dessa solicitação, não foi registrada provisão sobre esse assunto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Brasília, 11 de março de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC 1SP216451/O-1 “S” DF

Rio Verde Energia S.A.

CNPJ/MF nº 05.252.008/0001-69

Balanco Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)					
Ativos	Notas	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Notas	31/12/2013	31/12/2012		
Ativo circulante				Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	240	1.301	Fornecedores	12	917	2.754		
Contas a receber	5	10.783	9.452	Parte relacionadas	6	3.512	–		
Partes relacionadas	6	2.877	1.947	Empréstimos e financiamentos	13	18.487	18.211		
Aplicações financeiras	7	12.961	12.201	Salários e encargos sociais		161	594		
Impostos a recuperar	8	8.518	8.001	Obrigações fiscais		6.962	5.328		
Despesas antecipadas		485	313	Imposto de renda e					
Outros créditos		676	1.248	contribuição social correntes	9	1.566	4.795		
		36.540	34.463	Dividendos a pagar	15	4.135	8.388		
Ativo não circulante				Juros sobre capital próprio	15	5.292	5.692		
Imposto de renda e				Outras obrigações	14	9.559	8.749		
contribuição social diferidos	9	3.631	3.909			50.591	54.511		
Impostos a recuperar	8	–	8.001	Passivo não circulante					
Outros créditos		533	–	Empréstimo e financiamentos	13	259.849	281.953		
Imobilizado	10	547.498	570.892	Imposto de renda e					
Intangível	11	91	68	contribuição social diferidos	9	42.603	44.406		
		551.753	582.870	Outras obrigações	14	–	28		
Total do ativo		588.293	617.333			302.452	326.387		
				Patrimônio líquido					
				Capital social	15	130.000	130.000		
				Ajuste de avaliação patrimonial	15	82.701	86.201		
				Reserva de lucros		22.549	20.234		
						235.250	236.435		
				Total do passivo e patrimônio líquido		588.293	617.333		
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>									
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)									
	Nota	Capital		Resultado abrangente		Reserva de lucro		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucro	Reserva legal			
Em 31 de dezembro de 2011		130.000	30.428	89.701	9.171	644	–	–	259.944
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		–	1	–	–	–	–	–	1
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		–	(30.429)	–	–	–	–	–	(30.429)
Resultado abrangente									
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		–	–	(3.500)	–	–	3.500	–	–
Dividendos		–	–	–	–	–	(5.332)	(5.332)	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	(6.697)	(6.697)	–
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	1.122	(1.122)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	18.948	18.948	–
Mutações internas do patrimônio líquido									
Destinação para reserva de lucros		–	–	–	9.297	–	(9.297)	–	–
Em 31 de dezembro de 2012		130.000	–	86.201	18.468	1.766	–	–	236.435
Resultado abrangente									
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		–	–	(3.500)	–	–	3.500	–	–
Dividendos		–	–	–	–	–	(4.135)	(4.135)	–
Dividendos adicionais		–	–	–	(4.694)	–	–	(4.694)	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	(6.265)	(6.265)	–
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	870	(870)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	13.909	13.909	–
Mutações internas do patrimônio líquido									
Destinação para reserva de lucros		–	–	–	6.139	–	(6.139)	–	–
Em 31 de dezembro de 2013	15	130.000	–	82.701	19.913	2.636	–	–	235.250
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>									
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)									
Atividades operacionais	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012				
Lucro líquido do exercício	13.909	18.948	Atividades de investimentos:						
Ajustes por itens que não afetam o caixa:			Aquisição de bens do imobilizado	(645)	(813)				
Depreciação	23.073	22.837	Adições ao ativo intangível	(33)	(30)				
Amortização	10	9	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(678)	(843)				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19.637	23.436	Atividades de financiamento:						
Imposto de renda e			Dividendos pagos	(13.082)	–				
contribuição social diferidos	(1.526)	(1.697)	JSCP pagos	(5.727)	–				
Baixa de bens do imobilizado	966	50	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1				
Provisão de IR sobre JSCP	(940)	(1.005)	Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	–	(30.429)				
Variação nos ativos e passivos			Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(41.745)	(45.745)				
Contas a receber de clientes	(1.331)	(222)	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(60.554)	(76.173)				
Partes relacionadas	2.582	(1.947)	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.061)	1.053				
Impostos a recuperar	7.484	8.006	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.301	248				
Outros ativos	(891)	4.673	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	240	1.301				
Fornecedores	(1.837)	1.625							
Obrigações sociais	(432)	445							
Obrigações fiscais	1.634	1.584							
Imposto de renda e									
contribuição social correntes	(3.229)	883							
Outras obrigações	1.062	444							
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	60.171	78.069							
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>									

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)			
	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	16	117.780	103.705
Custos operacionais:			
Salários e encargos sociais		(149)	(139)
Administradores	17	(703)	(1.024)
Operação e manutenção		(19.084)	(9.669)
Compra de energia elétrica		(17.950)	(2.962)
Depreciação		(22.947)	(22.699)
Encargos do setor elétrico		(12.572)	(12.247)
		(73.405)	(48.740)
Lucro bruto		44.375	54.965
Despesas operacionais:			
Administrativas		(3.935)	(3.646)
Salários e encargos sociais		(1.648)	(1.681)
Administradores	17	–	(132)
Depreciação		(136)	(146)
Outras:		(1.270)	(712)
		(6.989)	(6.317)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		37.386	48.648
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		2.042	1.576
Despesas financeiras		(20.959)	(24.462)
	18	(18.917)	(22.886)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		18.469	25.762
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.086)	(8.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.526	1.697
Total do imposto de renda e da contribuição social	8	(4.560)	(6.814)
Lucro líquido do exercício		13.909	18.948
Lucro por ação básico e diluído – R\$	19	0,1971	0,2684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício		13.909	18.948
Outros resultados abrangentes		–	–
Total do resultado abrangente do exercício		13.909	18.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Descrição	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receitas		130.973	115.065
Receitas relativas à venda de energia		130.973	115.065
Insumos adquiridos de terceiros		(55.390)	(30.027)
Custos aplicados nos ativos próprios		(50.460)	(25.974)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.930)	(4.053)
Valor adicionado bruto		75.583	85.038
Depreciação		(23.073)	(22.837)
Amortização		(10)	(9)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		52.500	62.192
Valor adicionado recebido em transferência		2.042	1.576
Receitas financeiras		2.042	1.576
Valor adicionado total a distribuir		54.542	63.768
Distribuição do valor adicionado		54.542	63.768
Pessoal		2.129	2.564
Remuneração direta		1.431	2.171
Benefícios		583	314
F.G.T.S.		115	79
Impostos, taxas e contribuições		17.435	24.370
Federais		17.149	24.298
Estaduais		39	11
Municipais		247	61
Remuneração de capitais de terceiros		21.068	24.584
Juros relativos à capitais de terceiros		20.959	24.462
Aluguéis		109	122
Lucros retidos do período		13.909	18.948
Juros sobre capital próprio	15	6.265	6.697
Dividendos	15	4.135	5.332
Lucro do período		3.509	6.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua ...

... continuação

Rio Verde Energia S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia – A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009. Em 19 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que define critérios gerais de garantia de suprimento, o novo montante da garantia física de energia da UHE Salto, alterando a energia assegurada de 558.888 MWh/ano para 593.928 MWh/ano. Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M - FGV”), a partir de junho de 2002. A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados. Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) do total da energia assegurada da UHE Salto, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, no período de 16 anos, contados a partir da operação comercial. Conforme Anexo II do Contrato de Compra e Venda, o preço inicial é R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M. Em maio de 2011, a Companhia reajustou o preço da energia, sendo o novo preço inicial de R\$166,21 e final de R\$174,14.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de fevereiro de 2014. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e cobertura de seguros não foram auditados. As demonstrações dos fluxos de caixa do exercício anterior foram reclassificadas em alguns itens, não relevantes, para melhor comparabilidade com as demonstrações deste exercício.

3. Políticas contábeis – 3.1. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. **3.2. Impostos:** Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores

a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social – Correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável. **Imposto de renda e contribuição social – Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** **1. Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito

semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. **ii. Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **3.5. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável. A Administração da Companhia com base na interpretação da Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar os ativos que integram a Usina utilizando as Taxas da ANEEL, ou o prazo de concessão, dos dois o menor, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão. A alteração da vida útil foi adotada de forma prospectiva conforme estabelece o CPC 23. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Critério para a determinação do Custo Atribuído (“Deemed Cost”):** Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e nas diretrizes estabelecidas na ICP 10 – Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedades para Investimento, a Companhia contratou consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos na data-base 31 de dezembro de 2008. A Companhia estabeleceu que o critério mais adequado para avaliar o valor justo do ativo imobilizado da UHE Salto é com base no fluxo de caixa descontado. Pelo laudo preparado por consultoria especializada, o ajuste ao custo atribuído o qual foi registrado no imobilizado da UHE Salto em 31 de dezembro de 2008 é de R\$143.194. Com base na avaliação da Administração da Companhia, o total do custo atribuído foi rateado proporcionalmente ao imobilizado existente em 31 de dezembro de 2008, uma vez que a Usina é considerada uma única unidade geradora de caixa. **3.6. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte

continua ...

... continuação

Rio Verde Energia S.A.

do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. No caso da Companhia, todos os ativos intangíveis são avaliados como vida útil definida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.9. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas, quando necessário, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.11.1. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento pelo prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. ii. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando

possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. iii. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	240	1.301
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.		

5. Contas a receber

	31/12/2013	31/12/2012
Votorantim Comercializadora de Energia – Votener (i)	10.049	9.393
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (ii)	1.682	1.007
(-) Provisão para devedores duvidosos	(948)	(948)
	10.783	9.452

(i) Venda de energia elétrica realizada no mês de dezembro de 2013 à Votener conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007 pelo preço de R\$206,40 MW/h. (ii) O montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$948, refere-se ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de energia Elétrica. O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012
A Vencer	10.049	9.393
Vencidas até 30 dias	734	59
Vencidas acima de 121 dias	948	948
	11.731	10.400

	31/12/2013	31/12/2012
A movimentação da provisão para devedores duvidosos	(948)	–
Saldo Inicial	–	(948)
Constituições de provisão	–	–
Recuperação/ Utilização	(948)	(948)

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente respectivamente e respectivas garantias oferecidas.

6. Partes Relacionadas – Os saldos de transações mantidas com empresas ligadas podem ser assim sumarizados:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Ativo Adiantamento	Ativo Adiantamento	Passivo Fornecedor	Passivo Fornecedor
Rio Claro Operações e Manutenção S.A. (i)	2.877	1.947	1.081	–
Triunfo Negócio de Energia – TNE (ii)	–	–	2.188	–
Outros	–	–	243	–
	2.877	1.947	3.512	–

(i) A Companhia possui contrato de Operação e Manutenção com a Rio Claro Manutenções Ltda., a qual encontra-se em processo de estruturação administrativa, para posterior faturamento dos valores que estão registrados como adiantamentos. (ii) A Companhia possui acordo de compra de energia com a Triunfo Negócio de Energia S.A., para suprir a falta de energia sazonalizada em 2013. As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares aquelas, quanto a prazos, preços e condições, que seriam realizadas com terceiros.

7. Aplicações financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações vinculadas – Banco Itaú		
Reserva da dívida BNDES (i)	12.298	12.023
Aplicação – Banco Itaú – CDB	663	178
	12.961	12.201

(ii) Conforme descrito na Nota 13, parte do faturamento da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados sendo o saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$12.298 (R\$12.023 em 31 de dezembro de 2012).

8. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS a recuperar	8.506	16.002
Outros	12	–
	8.518	16.002
Ativo circulante	8.518	8.001
Ativo não circulante	–	8.001

Em janeiro de 2011, a Companhia contratou consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorporados na rubrica “Ativo Imobilizado”. Os trabalhos foram

conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-cumulativo. Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$32.005 da rubrica “Ativo Imobilizado” referente aos créditos tributários, sendo R\$5.709 do PIS e R\$26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica “Impostos a recuperar” e são monetizados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente. **9. Imposto de renda e contribuição social** – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil, conforme descrito na Nota 3. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado trimestralmente pela Companhia.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado – Descapitalização de despesas – CPC 27	2.796	2.796
(-) Realização das despesas – CPC 27	(363)	(260)
Provisão de fornecedores	–	–
Provisão para devedores duvidosos	237	238
Provisão para remuneração variável	–	100
	2.670	2.874

Contribuição social diferida ativa sobre:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:		
Imobilizado – Descapitalização de despesas – CPC 27	1.007	1.007
(-) Realização das despesas – CPC 27	(131)	(93)
Provisão de fornecedores	–	–
Provisão para devedores duvidosos	85	85
Provisão para remuneração variável	–	36
	961	1.035

Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2013	31/12/2012
	3.631	3.909

Imposto de renda diferido passivo sobre:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	31.326	32.652
	31.326	32.652

Contribuição social diferida passiva sobre:

	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	11.277	11.754
	11.277	11.754

Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2013	31/12/2012
	42.603	44.406

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes da tributação	18.469	25.762
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	6.279	8.759
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Reconhecimento dos impostos diferidos	(1.526)	(1.697)
Depreciação do custo atribuído	1.803	1.803
Provisões passiva	–	137
Juros sobre capital próprio	(2.130)	(2.276)
Despesas indedutíveis	300	329
Outras (adições) e exclusões	(166)	(241)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	4.560	6.814
Alíquota efetiva	25%	26%
Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes em 31 de dezembro de 2013 são:		

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos por antecipações de:		
Imposto de renda	3.035	2.291
Contribuição social	1.664	1.388
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação	173	345
	4.872	4.024

Valores a recolher de:

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda	(4.420)	(6.269)
Contribuição social	(1.665)	(2.244)
Imposto de renda e contribuição social estimativa	(353)	(306)
	(6.438)	(8.819)

Valor líquido do impostos de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
	(1.566)	(4.795)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro

continua ...

... continuação

Rio Verde Energia S.A.

líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes

em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

10. Imobilizado

	Em serviço administrativo		Em operação – UHE					Imobilizado em construção	Custo Atribuído	Total
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros imobilizados			
Custo										
Em 31 de dezembro de 2011	260	803	321.789	210.801	51.167	39.278	898	-	-	624.996
Adições	-	118	125	-	-	502	68	-	-	813
Baixas	-	(79)	-	-	(8)	-	-	-	-	(87)
Em 31 de dezembro de 2012	260	842	321.914	210.801	51.159	39.780	966	-	-	625.722
Adições	-	3	-	-	642	-	-	-	-	645
Baixas	-	-	-	-	-	-	(966)	-	-	(966)
Em 31 de dezembro de 2013	260	845	321.914	210.801	51.801	39.780	-	-	-	625.401
Depreciação										
Em 31 de dezembro de 2011	(37)	(309)	(16.426)	(11.526)	(1.914)	(1.818)	-	-	-	(32.030)
Despesa de depreciação	(11)	(128)	(11.550)	(7.787)	(1.884)	(1.477)	-	-	-	(22.837)
Baixas	-	37	-	-	-	-	-	-	-	37
Em 31 de dezembro de 2012	(48)	(400)	(27.976)	(19.313)	(3.798)	(3.295)	-	-	-	(54.830)
Despesa de depreciação	(10)	(116)	(11.741)	(7.721)	(2.044)	(1.441)	-	-	-	(23.073)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	(58)	(516)	(39.717)	(27.034)	(5.842)	(4.736)	-	-	-	(77.903)
Valor residual líquido:										
Em 31 de dezembro de 2013	202	329	282.197	183.767	45.959	35.044	-	-	-	547.498
Em 31 de dezembro de 2012	212	443	293.938	191.488	47.362	36.485	966	-	-	570.892

Custo atribuído (Deemed Cost)

	Ativos UHE Rio Verde	IR diferido passivo (Nota 9)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 15)
Saldo em 31/12/2011	135.910	(46.209)	(89.701)
Depreciação do período	(5.303)	1.803	3.500
Saldo em 31/12/2012	130.607	(44.406)	(86.201)
Depreciação do período	(5.301)	1.803	3.500
Saldo em 31/12/2013	125.306	(42.603)	(82.701)

Aplicação do custo atribuído (“deemed cost”): A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu, atribuir um novo valor (“deemed cost”) para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs. O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008. Dos bens vinculados à concessão: Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Em 31 de dezembro de 2013, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$547.498 (R\$570.892 em 31 de dezembro de 2012) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1 é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002. Reclassificação dos créditos tributários – PIS e Cofins: Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS registrado na rubrica “Ativo Imobilizado”, conforme descrito na Nota 8, e passou a registrar o imobilizado líquido de créditos de PIS e COFINS, com contrapartida registrada na rubrica de impostos a recuperar quando aplicável.

11. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	Softwares	Total
Custo		
Em 31 de dezembro de 2011	57	57
Adições	30	30
Em 31 de dezembro de 2012	87	87
Adições	33	33
Em 31 de dezembro de 2013	120	120
Amortização		
Em 31 de dezembro de 2011	(11)	(11)
Em 31 de dezembro de 2012	(8)	(8)
Despesa de amortização do exercício	(10)	(10)
Em 31 de dezembro de 2013	(29)	(29)
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2013	91	91
Em 31 de dezembro de 2012	68	68

12. Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	1.579
Tarifa do Uso de Sistema de Transmissão – TUST	797	829
Fornecedor de Serviços de Materiais	120	346
	917	2.754

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2013	31/12/2012
BNDES (a)	281.898	304.007
Custos com captação de empréstimos e financiamentos	(3.562)	(3.843)
Total de empréstimos sujeitos a juros	278.336	300.164
Passivo circulante	18.487	18.211
Passivo não circulante	259.849	281.953
(a) BNDES: Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê a liberação de R\$289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$277.937 e de R\$11.763. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “spread” de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês. Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$23.184. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “spread” de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês. Durante os doze meses de 2013, a Companhia pagou R\$22.052 de principal e R\$19.693 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato. As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11ª, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com exigências estabelecidas no mesmo. Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica “aplicações financeiras vinculadas”, conforme Nota 7. O cronograma de amortização do financiamento em 31 de dezembro de 2013 está assim distribuído:		
Ano		Valor
2014		22.044
2015		22.044
2016		22.044
2017		22.044
2018		22.044
A partir 2019		171.678
		281.898

14. Outras obrigações

	31/12/2013	31/12/2012
Encargos regulatórios	2.316	1.466
Uso do Bem Público	94	88
Arrendamento mercantil	23	97
Outras obrigações (i)	7.126	7.126
Passivo circulante	9.559	8.777
Passivo não circulante	9.559	8.749
(i) O montante de R\$7.126 (R\$7.126 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a garantia do financiamento de longo prazo junto ao BNDES conforme descrito na Nota 13.	-	28

15. Patrimônio líquido – Capital social: Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social autorizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$130.000. Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, que estabeleceu as seguintes determinações: i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto; ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições: a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante o BNDES, com desoneração desta; b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia. iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas por CBA para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo Participações e Investimentos; iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde que se manifeste o interesse no período de 30 dias; v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e o estatuto da Companhia. vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL. Em 24 de novembro de 2009, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 16.129.032 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), no montante de R\$30.000, totalmente integralizadas por conversão de adiantamento para futuro aumento de capital. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão subscritas e integralizadas 1.500.000 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$1,00 (um real) e 69.086.020 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), sendo a distribuição das ações da seguinte forma: Triunfo Participações e Investimentos S.A. 70.586.015
Membros do Conselho de Administração 4
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) 1
70.586.020

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A., a Administração da controladora tomou a decisão de alienar sua participação na controlada Rio Verde Energia S.A.. Ajuste de avaliação patrimonial: A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida a patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados. Vide detalhes nas Notas 3 e 10. Em 31 de dezembro de 2013, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$82.701 (R\$86.201 em 31 de dezembro de 2012). Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404. Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio: Nos exercícios de 2013 e 2012 foram deliberados a distribuição de lucros (dividendos obrigatórios 25%) e pagamento de juros sobre capital próprio aos quotistas. Os juros foram calculados com base a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, conforme abaixo. Os dividendos mínimos obrigatórios constituídos estão demonstrados no balanço patrimonial de 2013 como dividendos a pagar no montante de R\$4.135 (R\$8.388 em 31 de dezembro de 2012). No exercício de 2013 a Companhia aprovou o pagamento de R\$8.000 na forma de dividendos adicionais, conforme Ata de Reunião dos Membros do Conselho de Administração, datada em 20 de outubro de 2013; sendo efetivamente pagos durante o ano de 2013 o valor de R\$4.694. Atendendo a legislação fiscal, o montante dos juros sobre capital próprio em 2013 de R\$5.292 (R\$5.692 em 31 de dezembro de 2012) líquidos de imposto de renda retido na fonte, foram registrados como despesa financeira. No entanto, para efeito desta demonstração financeira, estes juros são apresentados como distribuição de lucro líquido no patrimônio líquido conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo remanescente do lucro apurado em 2013 foi mantido na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido e será distribuído assim que os sócios determinarem.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	13.909	18.948
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado	13.909	18.948
Reavaliação do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	3.500	3.500
Base de cálculo da reserva legal	17.409	22.448
Reserva legal (5%)	(870)	(1.122)
Base de cálculo de dividendos	16.539	21.326
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.135)	(5.332)
Juros sobre capital próprio	(6.265)	(6.697)
	6.139	9.297

continua ...

... continuação

Rio Verde Energia S.A.

	31/12/2013	31/12/2012
16. Receita operacional líquida		
Receita bruta de vendas:	130.973	115.065
Receita s/ contrato Votener	115.956	109.369
Receita s/ contrato TNE	11.140	-
Receita energia MRE-CCEE	2.895	5.696
Outras receitas	982	-
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas)	(12.025)	(10.324)
(-) Encargos Setoriais – P&D	(1.168)	(1.036)
	117.780	103.705

17. Remuneração dos administradores – O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia. Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$703 (R\$1.156 em 31 de dezembro de 2012).

	31/12/2013	31/12/2012
18. Resultado financeiro		
Receita financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	2.042	1.576
Despesa financeira:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19.637)	(23.436)
Outros juros, multas e atualizações	(1.043)	(747)
Comissão garantia	(279)	(279)
	(18.917)	(22.886)

19. Lucro por ação – O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2013 e 2012, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	13.909	18.948
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	70.586.020	70.586.020
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,1971	0,2684

20. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais – A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não existe necessidade de constituir provisão, uma vez que, não há perdas prováveis significativas esperadas no desfecho das ações em curso.

21. Instrumentos financeiros – A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

21.1 Considerações gerais: A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores

de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40. É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	240	1.301	240	1.301
Contas a receber, líquidas	10.783	9.452	10.783	9.445
Impostos a recuperar	8.518	16.002	8.518	16.002
Aplicações financeiras	12.961	12.201	12.961	12.201
	32.502	38.956	32.502	38.949

Passivos Financeiros

Empréstimos e financiamentos	281.898	304.007	281.898	304.007
Fornecedores	917	2.754	917	2.754
Obrigações fiscais	6.962	5.328	6.962	5.328
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	1.566	4.795	1.566	4.795
	291.343	316.884	291.343	316.884

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. a) **Análise da sensibilidade dos passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras. Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário		
		Provável I	II	III
Financiamentos – BNDES		14.094	17.619	21.142
Taxa sujeita à variação	TJLP	5,0%	6,25%	7,5%

R\$281.898* * Saldos em 31 de dezembro de 2013. A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. **21.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente

com Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE). **Risco de crédito:** As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1. **Risco de preço:** A venda da energia assegurada está vendida para Votener no período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h) é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. **Risco de taxas de juros e indexadores:** O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de atualização. As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos. **Risco hidrológico:** Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas. **Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **21.3. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras.

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	281.898	304.007
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(240)	(1.301)
(-) Aplicações financeiras	(12.961)	(12.201)
Dívida líquida	268.697	290.505
Patrimônio líquido	235.250	236.435
Alavancagem	114,22%	122,87%

22. Seguros – A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Tipo de cobertura	Importância assegurada (i)
Responsabilidade civil (operação)	10.000
Riscos operacionais	330.000

(i) A importância assegurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Diretoria
Luiz Eduardo Barros Manara – Diretor Presidente
Contador
Alex Correa de Jesus – CRC – DF 017.740/O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Verde Energia S.A.

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para

obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia estornou o registro do direito e da obrigação contratuais relativos ao Uso do Bem Público – UBP previstos no contrato de concessão com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com o qual não concordamos. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013 os saldos do ativo e do passivo estão reduzidos em R\$15.744 mil e R\$17.869 mil (R\$15.239 mil e R\$14.073 mil em 31 de dezembro de 2012), respectivamente, e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$3.291 mil (R\$1.194 mil em 31 de dezembro de 2012),

líquidos de impostos e o patrimônio líquido aumentado em R\$2.125 mil (reduzido em R\$1.166 mil em 31 de dezembro de 2012).

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos – Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, exceto pelos efeitos do parágrafo de base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

 Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6 – F – DF	Wagner dos Santos Júnior Contador CRC-1SP216386/O-1-S-DF
--	--

CENTRAD HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 18.569.416/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Distrito Federal, 28 de fevereiro de 2014.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	Contro- ladora	Conso- lido 2013		Contro- ladora	Conso- lido 2013
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	1	25.329	Empréstimos (Nota 11).....		4.514
Ativo financeiro da concessão (Nota 7).....		48.713	Debêntures (Nota 11).....		3.955
Estoque (Nota 8).....		22.296	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 12).....		7.455
Outros ativos.....		682	Obrigações sociais e trabalhistas.....		713
	1	97.020	Impostos, taxas e contribuições.....		550
Não circulante					17.187
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Aplicação financeira (Nota 9).....		18.690	Empréstimos (Nota 11).....		301.395
Ativo financeiro da concessão (Nota 7).....		488.315	Debêntures (Nota 11).....		98.741
		507.005	Tributos diferidos (Nota 13).....		124
Investimento (Nota 10).....	126.208		Tributos sobre contraprestação (Nota 13).....		60.416
Imobilizado.....		47			460.676
	126.208	507.052	Patrimônio líquido (Nota 14)		
Total do ativo	126.209	604.072	Capital social.....	118.060	118.060
			Reserva de Lucros.....	8.149	8.149
				126.209	126.209
			Total do passivo e patrimônio líquido	126.209	604.072

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

	Capital social Subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva especial e de realização de investimento	Lucro do período	Total
Em 23 de setembro de 2013 (data de constituição da Companhia)...	1				1
Aumento de capital social (Nota 14).....	118.059				118.059
Lucro do período.....				8.149	8.149
Constituição de reservas.....		407	7.742	(8.149)	
Em 31 de dezembro de 2013	118.060	407	7.742		126.209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do período de 4 de junho a 31 de dezembro de 2013

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais – A CENTRAD Holding S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, constituída em 4 de junho de 2013, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, primordialmente na Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. (“CENTRAD”) na forma do Edital de Concorrência de Parceria Público Privada nº 01/2008 e do respectivo Contrato de Concessão. A Companhia detém 100% das ações da controlada CENTRAD, que tem sua sede em Brasília, Distrito Federal e detém o contrato de concessão com o Governo do Distrito Federal (“GDF”), cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal. O contrato de concessão da controlada CENTRAD foi assinado em 8 de abril de 2009, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência n. 01/2008 em regime de Parceria Público Privada (“PPP”). O prazo de vigência do contrato é de 22 anos contados a partir do início das obras e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 20 anos, considerando o início da operação. A Companhia teve suas ações subscritas e integralizadas em 31 de outubro de 2013 pelas acionistas Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e Via Engenharia S.A. (“VIA”), nas participações de 47,5%, 2,5%, 50%, respectivamente, mediante aporte da participação detidos na controlada CENTRAD. Em 13 de dezembro de 2013, as ações da Companhia detidas pela OPI e CNO foram transferidas para OP Centro Administrativo S.A. (“OP CENTRAD”), a qual passou a deter 50% das ações da Companhia. Nesta mesma data, a controladora Odebrecht S.A. (“ODB”), que detinha 95% das ações da OP CENTRAD, aumentou o capital social da Odebrecht Properties S.A. (“OP”) mediante integralização do valor contábil das ações da OP CENTRAD. Nesta mesma data a OP passou a deter 95% das ações da OP CENTRAD e a CNO 5%. As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no pe-

ríodo apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros estão mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. Em função de não haver outros resultados abrangentes no período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. **(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas** – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras individuais da controladora são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2 Consolidação** – As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas** – Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Companhia consolidada** – As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, na qual é mantida a seguinte participação acionária direta em 31 de dezembro:

Demonstrações dos resultados

Período de 4 de junho a 31 de dezembro de 2013

	Contro- ladora	Consoli- dado
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Operações continuadas		
Receita (Nota 15).....		110.401
Custos de construção.....		(100.515)
Lucro bruto		9.886
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 16).....		(2.183)
Resultado de participação societária (Nota 10).....	8.150	
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		7.703
Resultado financeiro, líquido (Nota 17).....	(1)	570
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.149	8.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13).....		(124)
Lucro líquido do período	8.149	8.149
Atribuível a		
Acionistas da Companhia.....		8.149
Lucro por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do período (expresso em R\$ por ação) (Nota 19).....		1,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Período de 4 de junho a 31 de dezembro (em milhares de reais)

	Contro- ladora	Consoli- dado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	8.149	8.273
Ajustes:		
Depreciação.....		3
Provisão de juros.....		12.264
Atualização do ativo financeiro (ICPC 01).....		(6.958)
Margem de construção.....		(3.710)
Tributos diferidos sobre atualização do ativo financeiro.....		783
Resultado de equivalência patrimonial.....	(8.149)	
		10.655

Variação dos ativos e passivos:

Ativo financeiro da concessão.....		(100.515)
Estoque.....		(17.028)
Despesas antecipadas.....		1.826
Outros ativos.....		(137)
Fornecedores e outras contas a pagar.....		6.264
Obrigações sociais e trabalhistas.....		237
Impostos, taxas e contribuições.....		131
Caixa líquido aplicado nas operações		(98.567)
Juros pagos.....		(5.349)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(103.916)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira.....		(18.690)
Adição imobilizado.....		(2)
Adição ao investimento.....	(116.000)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(116.000)	(2)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social.....	116.001	117.301
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	116.001	115.945
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas na consolidação, líquidas.....		31.992
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	1	12.027
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1	25.329

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Participação no capital social (%)	
Controlada direta	País	2013
CENTRAD.....	Brasil	100

CENTRAD HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 18.569.416/0001-90

(c) **Demonstrações financeiras individuais** – Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. (d) **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** – Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. **2.3 Caixa e equivalente de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros. 2.4.1 Classificação** – A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (a) **Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Ativo financeiro da concessão” e “Aplicações financeiras” (Notas 6 e 7). **2.5 Ativo financeiro da concessão** – O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do poder concedente, por meio do Contrato de Parceria Público Privado da controlada CENTRAD com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal (Nota 1). O ativo é reconhecido pelo fato da controlada possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo. A parcela do ativo financeiro da concessão, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, está apresentada no ativo circulante. A parcela com prazo de recebimento superior a um ano está apresentada no ativo não circulante. Os montantes do ativo financeiro da concessão são inicialmente registrados pelos seus valores justos e subsequentemente pelo método do custo amortizado. **2.6 Estoques** – Os estoques são demonstrados ao custo, desde que inferiores ao valor de realização, e o método de avaliação dos estoques é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção do Centro Administrativo (Nota 1), sendo classificados no ativo circulante, por serem utilizados em menos de 12 meses. **2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos** – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13). Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.8 Imobilizado** – O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros** – Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.10 Outros ativos** – Outros são ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando neces-

sária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Fornecedores e outras contas a pagar** – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12 Empréstimos e debêntures** – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Demais passivos circulantes** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **2.14 Reconhecimento da receita** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e sua controlada. (a) **Receita de contratos de construção** – A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem de construção de 0,7 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, acrescida de 11,25% de impostos incidentes sobre o faturamento, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados. (b) **Atualização do ativo financeiro da concessão** – A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.5) representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. (c) **Receita financeira** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, e refere-se basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras. **2.15 Lucro (prejuízo) por ação** – A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) (Nota 19 (a)). **2.16 Regime Tributário de Transição – RTT** – No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente demonstração financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por defini-

ção, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros** – A Companhia e sua controlada verificam se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. (b) **Reconhecimento de Receita** – Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a controlada CENTRAD utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção de 0,7% estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. O ativo financeiro é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m. pela TIR (Taxa Interna de Retorno) da controlada. (c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos** – A controlada CENTRAD, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro – A Companhia e sua controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (a) **Risco de liquidez** – É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. (b) **Risco com taxas de juros** – O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. (c) **Risco de crédito** – O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. (d) **Derivativos** – Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos. **4.2 Gestão de capital** – Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento consolidados da Companhia em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

5 Instrumentos financeiros por categoria

Empréstimos e recebíveis	2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa.....	25.329
Aplicação financeira.....	18.690
Ativo financeiro da concessão.....	537.028
	<u>581.047</u>

CENTRAD HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 18.569.416/0001-90

Outros passivos financeiros		2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos.....	305.909	
Debêntures.....	102.696	
Fornecedores (*).....	7.455	
	<u>416.060</u>	

(*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa		Controladora	Consolidado
2013			
Caixa e bancos.....	1	1.745	
Aplicações financeiras (*).....		23.584	
	<u>1</u>	<u>25.329</u>	

(*) A controlada CENTRAD mantém aplicações de curto prazo de alta liquidez, referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento junto a Caixa Econômica Federal (Nota 11), sendo o montante principal de R\$ 9.000 remunerados a 100,6% do CDI (certificado de depósito interbancário) e R\$ 14.600 remunerados a 100% do CDI.

7 Ativo financeiro da concessão – Refere-se ao direito de faturar do Contrato de Parceria Público Privado entre o Governo do Distrito Federal e a controlada CENTRAD (Nota 1). O ativo financeiro da concessão é reconhecido de acordo com o CPC 17 segundo o método de custo acrescido de margem. Esse valor é reconhecido como um ativo financeiro referente à concessão recebida e é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m., de acordo com o método da taxa efetiva de juros (Nota 2.14).

(i) Composição		2013
Setor público		
Distrital.....		537.028
Ativo circulante.....		<u>(48.713)</u>
Ativo não circulante.....		<u>488.315</u>

(ii) Prazo de recebimento
O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015.....	161.909
2016.....	171.166
2017.....	<u>155.240</u>
	<u>488.315</u>

8 Estoque		Consolidado
2013		
Materiais para instalações elétricas.....		9.950
Materiais para fachada e piso.....		5.701
Outros materiais.....		1.834
Adiantamento para estoque.....		<u>4.811</u>
		<u>22.296</u>

9 Aplicação financeira – A controlada CENTRAD possui o montante de R\$ 18.690, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013, que é mantido como garantia de pagamento dos financiamentos, conforme previsto nos contratos firmados junto às instituições financeiras, sendo o montante principal de R\$ 16.417 remunerados a 100,8% do CDI e o montante de R\$ 2.273 remunerados a 100% do CDI.

10 Investimento. (a) Informações sobre a controlada				
Quantidade de quotas ou ações possuídas	Participação direta (%)	Patrimônio líquido	Lucro do período de 01/10 a 31/12/2013 (*)	2013
CENTRAD	126.949.836	100	126.209	7.671

* Período que a controlada passou a ser controlada pela Companhia.

(b) Movimentação dos investimentos			
	Adição	Equivalência patrimonial	Saldo no final do período
CENTRAD.....	118.059	8.149	126.208

11 Empréstimos e debêntures. (i) Composição			
	Moeda	Encargos financeiros anuais	2013
Caixa Econômica Federal (*)	R\$	IPCA + 7,00%	305.909
Banco Santander S.A (**)	R\$	IPCA + 7,97% e DI + 3,60%	<u>102.696</u>
			<u>408.605</u>
Passivo circulante.....			<u>8.469</u>
Passivo não circulante.....			<u>400.136</u>

(*) Em 28 de junho de 2013, a controlada CENTRAD firmou contrato de financiamento junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do Centro Administrativo do Distrito Federal. O financiamento tem vencimento em 204 meses, com período de carência para amortização do principal de 30 meses e corrigido a taxa de juros

de 7,0% a.a. mais variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Até 31 de dezembro de 2013 foi liberado o montante de R\$ 303.000. (***) A controlada CENTRAD realizou em 29 de abril de 2013, emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 100 na data de emissão, sendo 500 debêntures da primeira série, 500 debêntures da segunda série e 705 debêntures da terceira série. A liquidação financeira das duas primeiras séries ocorreu em 19 de julho de 2013 no montante de R\$ 100.000 e terão vencimento final em 15 de março de 2018, sendo corrigidas pelo IPCA e acrescida de juros de 7,97% a.a. A terceira série com início em 17 de março de 2018 terá vencimento final em 15 de março de 2023 e será corrigida pela DI (Depósitos Interfinanceiros) e acrescida de juros de 3,60% a.a. Os recursos obtidos pela controlada CENTRAD por meio da emissão das debêntures foram destinados para recomposição/reforço de caixa para aplicação na construção do centro administrativo. **(ii) Prazo de vencimento** – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015.....	22.665
2016.....	46.566
2017.....	47.165
2018.....	83.214
2019.....	25.440
2020.....	23.967
2021.....	22.616
2022.....	21.376
2023.....	20.314
2024.....	19.303
2025 em diante.....	<u>67.510</u>
	<u>400.136</u>

(iii) Garantias – Os empréstimos mantidos pela controlada CENTRAD, estão garantidos pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos da conta centralizadora no banco Caixa Econômica Federal, celebrado em 28 de junho de 2013 entre a CENTRAD, Caixa Econômica Federal e a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, essa última na qualidade de agente fiduciário. **(iv) Cláusulas restritivas** – A emissão de debêntures exigiu da controlada CENTRAD a assunção de algumas obrigações, sendo como principais: aporte de capital mínimo de R\$ 135.000; manutenção do índice de cobertura da dívida; não concessão de empréstimo, garantia, ou qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas, salvo aqueles no curso ordinário de negócios; limitação da venda de ativos; constituição de garantias sobre ativos e endividamento; manutenção de todos os contratos de projeto e instrumentos de financiamentos relevantes; não realização sem prévia anuência dos debenturistas, ou qualquer transformação em outro tipo de sociedade; não constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, encargo; não concessão de opção, direito de preferência ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das garantias, vantagens e condições das ações alienadas; fornecer anualmente organograma de gestão de segurança e saúde ocupacional relacionado ao EPCista e subcontratados.

12 Fornecedores e outras contas a pagar – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R\$ 7.455 refere-se à controlada CENTRAD e é representado, substancialmente, pelas compras de estoques de materiais para a construção da infraestrutura do contrato de concessão (Nota 1).

13 Tributos sobre a contraprestação e tributos diferidos	
(a) Tributos sobre a contraprestação	
	Consolidado
	2013
ISS.....	10.741
PIS.....	8.861
COFINS.....	<u>40.814</u>
	<u>60.416</u>

(b) Tributos diferidos	
	Consolidado
	2013
IR e CS.....	124

14 Patrimônio Líquido. Capital Social – A Companhia foi constituída em 4 de junho de 2013, com capital social de R\$ 1 representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelas acionistas OPI e VIA em 50% e 50%, respectivamente. Em 31 de outubro de 2013, a Companhia teve seu capital social aumentado mediante a emissão de 42.999.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 42.999, totalmente subscritas pelas acionistas sendo: R\$ 2.059 integralizados mediante conferência das ações da controlada CENTRAD e 40.940 a serem integralizados até o dia 10 de janeiro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R\$ 75.060, passando dos R\$ 43.000, para R\$ 118.060, com emissão de 75.059.974 novas ações ordinárias nominativas

e sem valor nominal, sendo, R\$ 37.530 pela OP CENTRAD e R\$ 37.530 pela VIA totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital passou a ser da seguinte forma:

	2013		
	Capital (R\$ mil)	Ações Nominativas	Participação (%)
Acionistas			
OP Centro Administrativo S.A.	59.030	59.030	50,0
Via Engenharia S.A.	<u>59.030</u>	<u>59.030</u>	<u>50,0</u>
	<u>118.060</u>	<u>118.060</u>	<u>100,0</u>

(a) Apropriações do lucro – De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: **(i) Reserva legal** – A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(ii) Reserva especial** – A Administração da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinarão a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 1.935, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76. **(iii) Reserva de realização de investimentos** – A Administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva no montante de R\$5.807, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. A proposta dessa reserva é de aumentar o capital social para se compatibilizar com o volume de negócio e investimentos previstos para a Companhia nos próximos anos.

15 Receita – consolidado	Período de 04 de junho a 31 de dezembro de 2013
--------------------------	---

Receita bruta	
Receita de construção (*).....	117.437
Atualização do ativo financeiro.....	6.959
Impostos e contribuição sobre serviço.....	<u>(13.995)</u>
Receita líquida	<u>110.401</u>

(*) A controlada CENTRAD reconheceu no período o montante de R\$ 117.437 como receita de construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.

16 Despesas gerais e administrativas – consolidado	Período de 04/06 a 31/12/2013
Gastos com pessoal.....	(1.523)
Auditoria, consultoria e assessorias.....	(528)
Outros.....	<u>(132)</u>
	<u>(2.183)</u>

17 Resultado financeiro, líquido	Controladora	Consolidado
		Período de 04 de junho a 31 de dezembro de 2013
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira.....		34
Títulos e valores mobiliários (CDB).....		<u>558</u>
		<u>592</u>

Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras.....		(15)
Juros financeiros.....		(6)
Comissões e despesas bancárias.....		<u>(1)</u>
		<u>(1)</u>
		<u>(1)</u>
		<u>570</u>

18 Partes relacionadas	Consolidado	
	Ativos	Resultado
Outros ativos (*).....	12	
Custos de construção (**).		80.887
Juros sobre mútuo (***).....		<u>5</u>
	<u>12</u>	<u>80.892</u>

(*) Adiantamento concedido a VIA para gastos na obra de infraestrutura. (**) Gastos com serviços na obra de infraestrutura, sendo respectivamente, R\$ 40.452 VIA e R\$ 40.435 da CNO. (***) Encargos financeiros sobre os contratos de mútuo assinados em 27 de março de 2013, com a VIA. **(a) Honorários da administração** – A remuneração paga aos administradores da controlada CENTRAD no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizou o montante de R\$ 1.022.

19 Lucro por ação. (a) Básico – O lucro básico por ação é cal-

CENTRAD HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 18.569.416/0001-90

culado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2.013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	8.149
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares).....	<u>7.186.709</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>1,13</u>

(b) Diluído – A Companhia não possui dívida conversível em

ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

20 Seguros – consolidado

Bens segurados	Risco descoberto	Cobertura
Grantia de concessão, tendo como objeto a outorga da parceria publico privada (PPP).	Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura, operação e manutenção do centro administrativo.	24.830

DIRETORIA**Roberto de Mendonça Braga***Diretor Geral***Henrique Bernardes Froes***Diretor Administrativo-Financeiro***Roberto de Mendonça Braga***Diretor de Operações***Mário Destro Filho** – *Contador – CRC-SP 122.117/T-DF*

DAR-295/2014.

JARDINS MANGUEIRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

AVISO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que está requerendo ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Autorização Ambiental, para a atividade de Usina Dosadora de Concreto no empreendimento Jardins Mangueiral, São Sebastião/DF, no entroncamento da Estrada Parque contorno - EPCT (DF-001) com a DF-463, antiga DF-135, processo 190.000.389/2004. Silvio Piva Romero, Diretor de Contratos.

DAR-288/2014.

FECOMÉRCIO/DF - FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ELEIÇÕES SINDICAIS 2014.**

O Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal – FECOMÉRCIO/DF, em conformidade com o Estatuto e com o Regulamento Eleitoral, faz saber que no dia 21/05/2014 serão realizadas eleições sindicais para o mandato de 2014/2018, do Conselho Consultivo, Diretoria, Conselho Fiscal e Delegação Confederativa, e respectivos suplentes, no período de 10:00 às 16:00 horas, no Auditório da Federação do Comércio SCS Quadra 06 Bloco “A” Nº 206 7º andar Edifício Newton Rossi Brasília/DF. O prazo para registro de chapas é de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do presente edital. Os interessados em concorrer poderão obter todas as informações e modelos dos documentos na Secretaria Eleitoral, que funcionará durante todo o processo eleitoral das 8:30 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas na sede da entidade no 5º andar do edifício acima indicado. O prazo para apresentação de impugnação de chapas ou de candidatos é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da relação das Chapas Registradas. Caso não seja obtido na votação, em primeira convocação, o quorum de mais de 2/3 (dois terços) do total de delegados-eleitores com direito a voto, será realizada nova votação, em segunda convocação, às 18:00h do mesmo dia e local da primeira votação, com quorum de mais da metade do total dos votos dos delegados-eleitores com direito a voto. Em caso de empate, será realizada nova eleição no dia 27/05/2014, no mesmo local e horário da primeira votação, limitada a participação às chapas empatadas. Brasília/DF, 21 de março de 2014. Adelmir Araújo Santana, Presidente.

DAR-290/2014.

ESPÓLIO DE HOSANNAH CAMPOS GUIMARÃES

ERRATA

Na publicação do dia 26/02/2014, de Aviso de Requerimento de Licença de Instalação para a atividade de parcelamento do solo (regularização) da ARIS Mestre D’Armas”, ONDE SE LÊ: “...Área de Relevante Interesse Social...”, LEIA-SE: “...Área de Regularização de Interesse Social...”. DAR-291/2014.

UNIBRASIL CENTRO OESTE

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA**

UNIBRASIL CENTRO OESTE, sob o CNPJ: 15.519.656/0001-92, a presidente Bruna Bulat, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25 do Estatuto Social, convoca os 232 cooperados, em condições de votar, para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, em Assembleia, que se fará realizar em sua sede social, situada à ADE conjunto 11 lote 04 – CEP: 71987-360 – Águas Claras/DF, às dezessete horas do dia trinta e um do mês de março do corrente ano, em primeira convocação, com 2/3 dos cooperados; em segunda convocação às dezoito horas, com metade mais um dos cooperados, ou em terceira e última convocação, às dezenove horas com mínimo de 10(dez) cooperados, para tratarem primeiramente dos assuntos da ASSEMBLEIA ORDINÁRIA na seguinte ordem do dia: 1 – Prestação de contas do ano de 2013; Após, serão deliberados os assuntos da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA na seguinte ordem do dia: 1-Eleição do conselho fiscal; 2-Deliberações sobre regulamento de

benefício; 3-Deliberação sobre REGIMENTO INTERNO da Cooperativa. Brasília/DF, 18 de março de 2014. Bruna Bulat, Presidente.

DAR-292/2014.

SECOMCAR/DF – 293/2014.SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CARNES FRESCAS EM GERAL E SEUS SIMILARES NO DISTRITO FEDERAL

COMUNICADO

O Presidente do SECOMCAR/DF, no gozo de suas atribuições legais e estatutárias, faz saber aos senhores empregadores NO COMÉRCIO DE CARNES FRESCAS EM GERAL E SEUS SIMILARES NO DISTRITO FEDERAL, que o desconto da Contribuição Sindical de seus empregados deve ser efetuado até o dia 31 de março de 2014 e recolhida em favor deste sindicato até 30 de abril de 2014, conforme dispõem os artigos 579, 580, 1 e 582 da CLT. O desconto deverá ser feito na importância correspondente à remuneração de 01 (um) dia de trabalho, dos empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração, incluindo adicionais, horas extras, comissões, descanso remunerado e enfim, da remuneração total percebida pelo empregado, conforme o disposto do inciso I, artigo 580 da CLT. Brasília/DF, 20 de março de 2014. Evandro de Paula - Presidente.

DAR-293/2014.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.066.598/0001-72 - NIRE 53.300.006.288

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 1ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 2014

Ficam os senhores acionistas e auditores externos independentes da Corumbá Concessões S.A., convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 27 de março de 2014, às 10:00 horas, em sua sede social, no Setor de Indústria e Abastecimento – S.I.A., Trecho 03, Lote 1.875, Brasília, Distrito Federal, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e a distribuição de dividendos; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (v) Fixar a remuneração global dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Brasília/DF, 18 de março de 2014.

MARCELO DE SOUSA RIBEIRO

Presidente do Conselho de Administração

DAR-267/2014.

PAR PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF nº 17.429.901/0001-04 - NIRE 532.018.536-75

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, localizada no SCN, Quadra 02, Bloco D, Entrada A, Sala nº 701, CEP 70712-903, em Brasília, no Distrito Federal, no Departamento Financeiro, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Brasília, 19 de março de 2014. Marcelo Maron - Diretor Executivo.

DAR-284/2014.

FPC PARTICIPAÇÕES CORPORATIVAS S.A.

CNPJ/MF sob nº 07.858.966/0001-03 - NIRE Nº 5330000796-9

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, localizada no SCN, Quadra 02, Bloco D, Entrada A, Sala nº 701, CEP 70712-903, em Brasília, no Distrito Federal, no Departamento Financeiro, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Brasília, 19 de março de 2014. Marcelo Maron - Diretor Executivo.

DAR-285/2014.

OP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.

CNPJ/MF Nº 19.128.923/0001-51

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Distrito Federal, 11 de março de 2014.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de reais)

ATIVO	Contro-	Conso-	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Contro-	Conso-
	ladora	olidado		ladora	olidado
Circulante		2013	Circulante		2013
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	1.152	26.481	Empréstimos (Nota 11).....		4.514
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....		48.713	Debêntures (Nota 11).....		3.955
Estoque (Nota 7).....		22.296	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 12).....		7.455
Outros ativos.....		682	Obrigações sociais e trabalhistas.....		712
	1.152	98.172	Impostos, taxas e contribuições.....	44	594
Não circulante				44	17.230
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Aplicação financeira (Nota 8).....		18.690	Empréstimos (Nota 11).....	59.930	361.325
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....		488.315	Debêntures (Nota 11).....		98.741
		507.005	Tributos diferidos (Nota 13).....		124
Investimento (Nota 10).....	63.105		Tributos sobre contraprestação (Nota 13).....		60.416
Imobilizado.....		47		59.930	520.606
	63.105	507.052	Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social.....	1.031	1.031
			Reserva de Lucros.....	3.252	3.252
				4.283	4.283
			Participação dos não controladores.....		63.105
				4.283	67.388
Total do ativo.....	64.257	605.224	Total do passivo e patrimônio líquido.....	64.257	605.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subs-crito	A integralizar	Reserva legal	Reserva especial e de realização de investimento		
Em 23 de setembro de 2013 (data de constituição da Companhia).....	1					1
Aumento de capital social (Nota 14).....	22.999	(21.969)			59.030	60.060
Lucro do período.....				3.252	4.075	7.327
Constituição de reservas.....			163	(3.252)		
Em 31 de dezembro de 2013.....	23.000	(21.969)	163	3.089	63.105	67.388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais – A OP Centro Administrativo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, constituída em 23 de setembro de 2013, inicialmente sob a denominação de Centrad Participações S.A., tendo como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, e podendo exercer as atividades do seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente, através de subsidiárias, ou através de participação no capital de outras sociedades. Em 31 de outubro de 2013, a Companhia passou por um processo de reestruturação societária, a qual está em linha com a definição estratégica da Organização de segregar suas áreas específicas de negócios. Nessa data as acionistas, Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”) e Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”), aumentaram o capital social da Companhia com ações da CENTRAD Holding S.A. (“CENTRAD Holding”), e a Companhia passou a ser controladora direta da CENTRAD Holding e indireta da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“CENTRAD”). Em 13 de dezembro de 2013, as ações da Companhia detidas pela OPI foram transferidas para Odebrecht S.A. (“ODB”), a qual passou a deter 95% das ações da Companhia. Nesta mesma data a ODB aumentou o capital social da Odebrecht Properties S.A. (“OP”) com essas mesmas ações e a OP passou a deter 95% das ações tornando-se a nova controladora da Companhia. A CENTRAD Holding foi constituída em 4 de junho de 2013, com sede no Distrito Federal e tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia. A CENTRAD Holding que teve suas ações subscritas e integralizadas em 31 de outubro de 2013 pelas acionistas OPI, CNO e a Via Engenharia S.A. (“VIA”), nas participações de 47,5%, 2,5%, 50%, respectivamente, mediante aporte da participação detidas na Companhia. Como resultado desta reorganização societária, a CENTRAD Holding passou a deter 100% do capital da controladora direta CENTRAD, que tem sua sede em Brasília, Distrito Federal e detém o contrato de concessão com o Governo do Distrito Federal (“GDF”), cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal. O

contrato de concessão da controladora indireta CENTRAD foi assinado em 8 de abril de 2009, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008 em regime de Parceria Público Privada (“PPP”). O prazo de vigência do contrato é de 22 anos contados a partir do início das obras e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 20 anos, considerando o início da operação. A Companhia e suas controladas são parte integrantes da Organização Odebrecht (“Organização” ou “Grupo”), sendo controlada pela OP. As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros estão mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização Odebrecht. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Em função de não haver outros resultados abrangentes no período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As demonstrações financeiras individuais da controladora são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2 Consolidação** – As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas** – Controladas são todas as entidades

Demonstrações dos resultados
Período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contro-	Consoli-
	ladora	dado
Operações continuadas		
Receita (Nota 15).....		110.401
Custos de construção.....		(100.515)
Lucro bruto.....		9.886
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 16).....		(2.183)
Resultado de participação societária (Nota 10).....	4.075	
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	4.075	7.703
Resultado financeiro, líquido (Nota 17).....	(823)	(253)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social.....	3.252	7.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13).....		(124)
Lucro líquido do período.....	3.252	7.327
Atribuível a		
Acionistas da Companhia.....		3.252
Participação dos não controladores.....		4.075
		7.327
Lucro por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia no final do período (expresso em R\$ por ação) (Nota 19).....		0,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Contro-	Consoli-
	ladora	dado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	3.252	7.451
Ajustes:		
Depreciação.....		3
Juros.....	817	13.079
Atualização do ativo financeiro (ICPC 01).....		(6.958)
Margem de construção.....		(3.711)
Tributos diferidos sobre atualização do ativo financeiro.....		783
Resultado de equivalência patrimonial.....	(4.075)	
	(6)	10.647
Varição dos ativos e passivos:		
Ativo financeiro da concessão.....		(100.515)
Tributos a recuperar.....		(74)
Estoque.....		(17.028)
Despesas antecipadas.....		1.826
Outros ativos.....		(64)
Fornecedores e outras contas a pagar.....		6.264
Obrigações trabalhistas e tributárias.....		237
Impostos, taxas e contribuições.....	44	177
Caixa líquido aplicado nas operações.....	38	(98.530)
Juros pagos.....		(5.348)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais.....	38	(103.878)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira.....		(18.690)
Adição imobilizado.....		(2)
Aporte de recursos em invetidas.....	(58.000)	
Caixa líquido pelas atividades de investimentos.....	(58.000)	(2)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de financiamento.....	59.113	57.757
Aumento de capital social.....	1	59.302
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos.....	59.114	117.059
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas na consolidação, líquidas.....		31.992
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido.....	1.152	13.179
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	1.152	26.481

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.

CNPJ/MF Nº 19.128.923/0001-51

ODEBRECHT
Properties

nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(b) Companhias consolidadas** – As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas em 31 de dezembro de 2013:

	País	Participação no capital social (%)
Controlada direta		
CENTRAD Holding.....	Brasil	50
Controlada indireta		
CENTRAD.....	Brasil	50

(*) O Acordo de Acionistas da Central Holding S.A. confere ao Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade em caso de empate proporcionando controle sobre a CENTRAD Holding e CENTRAD. **(c) Demonstrações financeiras individuais** – Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **(d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** – Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC vigendo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. **2.3 Caixa e equivalente de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros. 2.4.1 Classificação** – A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Ativo financeiro da concessão” e “Aplicação financeira” (Notas 6, 8 e 9). **2.5 Ativo financeiro da concessão** – O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do poder concedente, por meio do contrato de parceria público privado da controlada indireta CENTRAD com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal (Nota 1). O ativo é reconhecido pelo fato da controlada possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção do Centro Administrativo. A parcela do ativo financeiro da concessão, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, está apresentada no ativo circulante. A parcela com prazo de recebimento superior a um ano está apresentada no ativo não circulante. Os montantes do ativo financeiro da concessão são inicialmente registrados pelos seus valores justos e subsequentemente pelo método do custo amortizado. **2.6 Estoques** – Os estoques são demonstrados ao custo, desde que inferiores ao valor de realização, e o método de avaliação dos estoques é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção do Centro Administrativo (Nota 1), sendo classificados no ativo circulante, por serem utilizados em menos de 12 meses. **2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos** – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que apresentará lucro tributá-

vel futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.8 Imobilizado** – O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros** – Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.10 Outros ativos** – Outros são ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Fornecedores e outras contas a pagar** – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12 Empréstimos e debêntures** – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Demais passivos circulantes** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **2.14 Reconhecimento da receita** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e suas controladas. **(a) Receita de contratos de construção** – A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem de construção de 0,7% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, acrescida de 11,25% de impostos incidentes sobre o faturamento, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão** – A receita de atualização do ativo financeiro (Nota 2.5) representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **(c) Receita financeira** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, e refere-se basicamente, a rendimentos de aplicações finan-

ceiras. **2.15 Lucro (prejuízo) por ação** – A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) (Nota 19 (a)). **2.16 Regime Tributário de Transição – RTT** – No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente demonstração financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros – A Companhia e suas controladas verificam se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **(b) Reconhecimento de Receita** – Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a controlada indireta CENTRAD utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção de 0,7% estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. O ativo financeiro é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m. pela TIR (Taxa Interna de Retorno) da controlada. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos** – A controlada indireta CENTRAD, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro – A Companhia e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(a) Risco de liquidez** – É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(b) Risco com taxas de juros** – O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **(c) Risco de crédito** – O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada

OP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.

CNPJ/MF Nº 19.128.923/0001-51

ODEBRECHT
Properties

regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **(d) Derivativos** – Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos. **4.2 Gestão de capital** – Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento consolidados da Companhia em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	2013
Total de empréstimos e debêntures (Nota 11)	468.535
Menos caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(26.481)
Menos aplicação financeira (Nota 8)	(18.690)
Dívida líquida	<u>423.364</u>
Total do patrimônio líquido	4.283
Total do capital	<u>427.647</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>99%</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria – A segregação dos instrumentos financeiros, consolidado por categoria, está apresentada abaixo:

Empréstimos e recebíveis	2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	26.481
Aplicação financeira	18.690
Ativo financeiro da concessão	<u>537.028</u>
	<u>582.199</u>

Outros passivos financeiros

Passivos, conforme o balanço patrimonial	2013
Empréstimos	365.839
Debêntures	102.696
Fornecedores	7.455
	<u>475.990</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa	Controladora	Consolidado
		2013
Caixa e bancos	1.152	2.897
Aplicações financeiras (*)		<u>23.584</u>
	<u>1.152</u>	<u>26.481</u>

(*) A controlada indireta CENTRAD mantém aplicações de curto prazo de alta liquidez, referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento junto a Caixa Econômica Federal (Nota 11), sendo o montante principal de R\$ 9.000 remunerados a 100,6% do CDI (certificado de depósito interbancário) e R\$ 14.600 remunerados a 100% do CDI.

7 Estoque

	Consolidado
	2013
Materiais para instalações elétricas	9.950
Materiais para fachada e piso	5.701
Outros materiais	1.834
Adiantamento para estoque	<u>4.811</u>
	<u>22.296</u>

8 Aplicação financeira – A controlada indireta CENTRAD possui o montante de R\$ 18.690, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013, que é mantido como garantia de pagamento dos financiamentos, conforme previsto nos contratos firmados junto às instituições financeiras, sendo o montante principal de R\$ 16.417 remunerados a 100,8% do CDI e o montante de R\$ 2.273 remunerados a 100% do CDI.

9 Ativo financeiro da concessão – Refere-se ao direito de faturar do Contrato de Parceira Público Privado entre o Governo do Distrito Federal e a controlada indireta CENTRAD (Nota 1). Esse valor é reconhecido como um ativo financeiro referente à concessão recebida e é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m., de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

(i) Composição

	Consolidado
	2013
Setor público	
Distrital	537.028
Ativo circulante	<u>(48.713)</u>
Ativo não circulante	<u>488.315</u>

(ii) Prazo de recebimento – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015	161.909
2016	171.166
2017	<u>155.240</u>
	<u>488.315</u>

10 Investimento. (a) Informações sobre a controlada

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	Participação direta (%)	Patrimônio líquido	Lucro do período de 01/10 a 31/12/2013 (*)
CENTRAD Holding	59.029.987	50	126.210	8.149

* Período que a controlada passou a ser controlada pela Companhia.

(b) Movimentação dos investimentos

	Adição	Equivalência patrimonial	Saldo no final do período
CENTRAD Holding	59.030	4.075	63.105

11 Empréstimos e debêntures. (i) Composição

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2013
Caixa Econômica Federal (*)	R\$	IPCA + 7,00% e IPCA + 7,97% e	305.909
Banco Santander S.A (**)	R\$	DI + 3,60%	102.696
RB Capital (***)	R\$	IPCA + 8,73%	<u>59.930</u>
			468.535
Passivo circulante			<u>(8.469)</u>
Passivo não circulante			<u>460.066</u>

(*) Em 28 de junho de 2013, a controlada indireta CENTRAD firmou contrato de financiamento junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do Centro Administrativo do Distrito Federal. O financiamento tem vencimento em 204 meses, com período de carência para amortização do principal de 30 meses e corrigido a taxa de juros de 7,0% a.a. mais variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Até 31 de dezembro de 2013 foi liberado o montante de R\$ 303.000. (**) A controlada indireta CENTRAD realizou em 29 de abril de 2013, emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 100 na data de emissão, sendo 500 debêntures da primeira série, 500 debêntures da segunda série e 705 debêntures da terceira série. A liquidação financeira das duas primeiras séries ocorreu em 19 de julho de 2013 no montante de R\$ 100.000 e terão vencimento final em 15 de março de 2018, sendo corrigidas pelo IPCA e acrescida de juros de 7,97% a.a. A terceira série com início em 17 de março de 2018 terá vencimento final em 15 de março de 2023 e será corrigida pela DI (Depósitos Interfinanceiros) e acrescida de juros de 3,60% a.a. Os recursos obtidos pela controlada indireta CENTRAD por meio da emissão das debêntures foram destinados para recomposição/reforço de caixa para a aplicação na construção do centro administrativo. (***) Em 6 de novembro de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento junto a RB Capital Companhia de Securitização, no montante de R\$ 60.000, com o objetivo de prover recursos à CENTRAD para a construção e operação do Centro Administrativo do Distrito Federal. O financiamento terá vencimento final no ano de 2028, com início da amortização do principal em 32 meses e corrigido a taxa de juros de 8,73% a.a. acrescido da variação mensal do IPCA e taxas médias diárias do D.I. e spread de 2,25% a.a. **(ii) Prazo de vencimento** – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015	22.665
2016	50.451
2017	54.452
2018	87.475
2019	29.301
2020	29.117
2021	28.722
2022	34.909
2023	31.586
2024	23.877
2025 em diante	<u>67.511</u>
	<u>460.066</u>

(iii) Garantias – Os empréstimos mantidos pela controlada indireta CENTRAD, estão garantidos pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos da conta centralizadora no banco Caixa Econômica Federal, celebrado em 28 de junho de 2013 entre a CENTRAD, Caixa Econômica Federal e a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, essa última na qualidade de agente fiduciário. A Companhia constituirá em favor da securitizadora RB Capital, em garantia de pagamento das obrigações principais, acessórias e moratórias, penhor em primeiro grau da totalidade das ações emitidas por ela, e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da titularidade pela devedora da conta corrente ("conta vinculada") onde deverão ser depositados os valores necessários aos pagamentos a serem efetuados no âm-

bito do contrato ("Cessão Fiduciária de Conta"). **(iv) Cláusulas restritivas** – A emissão de debêntures exigiu da controlada indireta CENTRAD a assunção de algumas obrigações, sendo como principais: aporte de capital mínimo de R\$ 135.000; manutenção do índice de cobertura da dívida; não concessão de empréstimo, garantia, ou qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas, salvo aqueles no curso ordinário de negócios; limitação da venda de ativos; constituição de garantias sobre ativos e endividamento; manutenção de todos os contratos de projeto e instrumentos de financiamentos relevantes; não realização sem prévia anuência dos debenturistas, ou qualquer transformação em outro tipo de sociedade; não constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, encargo; não concessão de opção, direito de preferência ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das garantias, vantagens e condições das ações alienadas; fornecer anualmente organograma de gestão de segurança e saúde ocupacional relacionado ao EPCista e subcontratados.

12 Fornecedores e outras contas a pagar – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R\$ 7.455 refere-se à controlada indireta CENTRAD e é representado, substancialmente, pelas compras de estoques de materiais para a construção da infraestrutura do contrato de concessão (Nota 1).

13 Tributos sobre a contraprestação e tributos diferidos. (a) Tributos sobre a contraprestação

	Consolidado
	2013
ISS	10.741
PIS	8.861
COFINS	40.814
	<u>60.416</u>

(b) Tributos diferidos

	Consolidado
	2013
Imposto de renda e contribuição social	124

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado
	2013
Lucro antes dos tributos	<u>7.795</u>
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	2.650
Prejuízos fiscais	<u>(2.526)</u>
Encargo fiscal	<u>124</u>

14 Patrimônio líquido. Capital social – A Companhia foi constituída em 23 de setembro de 2013, com capital social de R\$ 1 representado por 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelas acionistas OPI e CNO em 95% e 5%, respectivamente. Em 31 de outubro de 2013, a Companhia teve seu capital social aumentado mediante a emissão de 22.999.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 22.999, sendo R\$ 1.030 integralizados no ato mediante a conferência das ações da CENTRAD Holding e R\$ 21.969 a serem integralizados até o dia 30 de setembro de 2014. A composição do capital passou a ser da seguinte forma:

		2013	
Acionistas	Capital	Ações nominativas	Participação (%)
Odebrecht Properties S.A. ("OP")	23	21.850.000	95
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO")	<u>1.008</u>	<u>1.150.000</u>	<u>5</u>
	<u>1.031</u>	<u>23.000.000</u>	<u>100</u>

(a) Apropriações do lucro – De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: **(i) Reserva legal** – A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(ii) Reserva especial** – A administração da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinarão a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 772, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76. **(iii) Reserva de realização de investimentos** – A Administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva no montante de R\$ 2.317, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital

OP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.

CNPJ/MF Nº 19.128.923/0001-51



social. A proposta dessa reserva é de aumentar o capital social para se compatibilizar com o volume de negócio e investimentos previstos para a Companhia nos próximos anos.

15 Receita

	Período de 23/09 a 31/12/2013
Receita bruta	
Receita de construção (*).....	117.437
Atualização do ativo financeiro	6.958
Impostos e contribuição sobre serviço.....	(13.994)
Receita líquida	110.401

(*) A controlada indireta CENTRAD reconheceu no período o montante de R\$ 117.437 como receita de construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.

16 Despesas gerais e administrativas

	Período de 23/09 a 31/12/2013
Gastos com pessoal.....	(1.523)
Auditoria, consultoria e assessorias.....	(528)
Outros.....	(132)
	(2.183)

17 Resultado financeiro, líquido

	Contro- ladora	Conso- lidado
	Período de 23/09 a 31/12/2013	
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira.....	1	36
Títulos e valores mobiliários (CDB).....	4	562
	5	598
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras.....		(16)
Juros financeiros.....	(828)	(834)
	(828)	(850)
	(823)	(252)

18 Partes relacionadas

	Consolidado 2013	
	Ativos	Resultado
Adiantamento a fornecedores (*).....	12	
Custos de construção (**).		80.887
Juros sobre mútuo (***).....		5
	12	80.892

(*) Adiantamento concedido a VIA para gastos na obra de infraestrutura. (**) Gastos com serviços na obra de infraestrutura, sendo respectivamente, R\$ 40.452 VIA e R\$ 40.435 da CNO. (***) Encargos financeiros sobre os contratos de mútuo assinados em 27 de março de 2013, com a VIA. **Honorários da administração** – A remuneração paga aos administradores da controlada indireta CENTRAD no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizou o montante de R\$ 1.022. No que se refere à OP CENTRAD, não houve pagamento de remuneração aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

19 Lucro por ação. (a) Básico – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	3.252
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas.....	3.843.939
Lucro básico por ação	0,85

20 Seguros

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Garantia da concessão, tendo como objeto a outorga da parceria público privada (PPP).	Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura, operação e manutenção do centro administrativo.	24.830

DIRETORES**Geraldo Villin Prado**

Diretor Presidente

Roberto de Mendonça Braga

Diretor

Mário Destro Filho – Contador – CRC-SP 122.117/T-DF**Relatório de revisão dos auditores independentes**

Aos Administradores e Acionistas

OP Centro Administrativo S.A.

Revisamos as demonstrações financeiras da OP Centro Administrativo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013, bem como o balanço patrimonial consolidado da OP Centro Administrativo S.A. e suas controladas (“Consolidado”) em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos

de caixa para o período de 23 de setembro a 31 de dezembro, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes – Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao conhecimento do auditor independente que o leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura aplicável de relatórios financeiros. Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à administração e a outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos executados em uma revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão – Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da OP Centro Administrativo S.A. e da OP Centro Administrativo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 11 de março de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Leandro Mauro Ardito
Contador
CRC 1SP188307/O-0 “S” DF

DAR - 297/2014

SINDICATO DOS MOTOCICLISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - SINDMOTO/DF

RETIFICAÇÃO

Nos Editais de Convocação da SINDMOTO/DF - Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal, publicados no D.O.D.F. no dia 18/03/2014, págs. 67 e 68, referente a data de realização da Assembleia. Onde se lê: 28 de março de 2014(segunda-feira). Leia-se: 28 de março de 2014(Sexta-feira).

DAR-294/2014.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO COREN-DF Nº 52, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Deixa de acatar solicitação de Impugnação do Edital nº 01.

A Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do DF, aqui representado pelo Sr. Presidente do Coren-DF, Wellington Antônio da Silva, informa aos profissionais de Enfermagem e comunidade do DF, que recebeu solicitação da Dra. Eloiza Sales Correia, Coren-DF nº 32364-ENF, no qual solicita impugnação do Edital nº 01, que convoca a Assembleia Geral para o Pleito Eleitoral 2015-2017.

CONSIDERANDO que a Comissão Eleitoral foi designada em 20 de fevereiro de 2014, onde constam os nomes dos profissionais Sr. Antônio José Pereira dos Santos – Coren-DF nº 70875-TEC, Dra. Samara Brandão Moreira – Coren-DF nº 299401-ENF, Dra. Brenda Karla de Paula Oliveira – Coren-DF nº 137105-ENF, Dr. Diogo Francisco Vieira - Coren - DF nº 200943 – ENF e Sra. Adriele Lima de Oliveira – Coren-DF nº 511155-TEC e que o Sr. Antônio José Pereira dos Santos foi indicado para Presidente;

CONSIDERANDO que o Dr. Júnior César Camilo – Coren-DF nº 123727-ENF, arguiu

suspeição, apenas, contra o Presidente da Comissão Eleitoral o Sr. Antônio José Pereira dos Santos, apesar de todos os demais membros estarem na mesma publicação, não houve solicitação ou suspeição, por nenhum Profissional de Enfermagem quanto aos outros membros (Art. 22, parágrafos 2º e 3º);

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico do Conselho Regional de Enfermagem;

CONSIDERANDO que o Edital nº 01 foi publicado no Correio Brasiliense Pag. 12, classificados em 13 de março de 2014, Pag. 05, classificados em 14 de março de 2014 e Pag. 09, classificados em 15 de março de 2014. Conforme disposto no Art. 17, § 1º da resolução do Código Eleitoral, bem como no Diário Oficial do Distrito Federal, Pag. 29 em 13 de março de 2014;

CONSIDERANDO que não foi publicado novo edital de Comissão Eleitoral, apenas acatada a suspeição de 01 (um) dos membros e nomeado um membro da própria Comissão já publicada, em 20 de fevereiro de 2014, o qual será referendada na próxima ROP, marcada para o dia 26 de março de 2014;

CONSIDERANDO que a Presidência não tornou sem efeito a Portaria Coren-DF nº 055/2014 de 20 de fevereiro de 2014 e não acrescentou qualquer outro profissional de Enfermagem, para compor a Comissão e sim designou um outro membro da própria comissão o Dr. Diogo Francisco Vieira - Coren - DF nº 200943- ENF, para presidente;

RESOLVE:

Art. 1º Deixar de acatar, na íntegra, a solicitação de Impugnação do Edital nº 01, pela Dra. Eloiza Sales Correia, por entender que o Processo está tramitando com lisura e com as publicações e atos exigidos em conformidade com o previsto no código eleitoral vigente. Remeta cópia da Decisão, publicação e requerimento da Sra. Eloiza Sales Correia ao Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília/DF, 20 de março de 2014.

WELLINGTON ANTÔNIO DA SILVA, PRESIDENTE, COREN-DF 53596 ENF
EDUARDO MAMEDE DOS SANTOS, SECRETÁRIO, COREN-DF 153904 ENF
PAULO ROBERTO MENDES BEZERRA, TESOUREIRO, COREN-DF 159261-ENF
DAR-298/2014.

CONCESSIONÁRIA CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. – CENTRAD

CNPJ/MF Nº 10.671.035/0001-06



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Distrito Federal, 28 de fevereiro de 2014.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)

ATIVO	2013		2012		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)	2013		2012	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	25.328		542		Empréstimos (Nota 10).....	4.514			
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....	48.713				Debêntures (Nota 10).....	3.955			
Estoque (Nota 7).....	22.296				Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 11)	7.455	608		
Despesas antecipadas.....		1.009			Obrigações sociais e trabalhistas.....	712	256		
Outros ativos.....	682		3		Impostos, taxas e contribuições.....	550	3		
	<u>97.019</u>		<u>1.554</u>			<u>17.186</u>	<u>867</u>		
Não circulante					Não circulante				
Aplicação financeira (Nota 8).....	18.690				Adiantamento para futuro aumento de capital		3.205		
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....	488.315				Empréstimos (Nota 10).....	301.395			
Outros ativos.....		245			Debêntures (Nota 10).....	98.741			
	<u>507.005</u>		<u>245</u>		Tributos diferidos (Nota 12).....	124			
Imobilizado.....	47		61		Tributos sobre contraprestação (Nota 12).....	60.416			
	<u>507.052</u>		<u>306</u>			<u>460.676</u>	<u>3.205</u>		
Total do ativo	<u>604.071</u>		<u>1.860</u>		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
					Capital social (Nota 13).....	126.950	6.200		
					Prejuízos acumulados.....	(741)	(8.412)		
						<u>126.209</u>	<u>(2.212)</u>		
					Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>604.071</u>	<u>1.860</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (em milhares de reais)

	Subscrito		A integralizar		Prejuízos acumulados		Total	
Em 1º de janeiro de 2012	31.000	(24.800)			(5.537)		663	
Aumento de capital (Nota 13).....	19.000	(19.000)						
Prejuízo do exercício.....					(2.875)		(2.875)	
Em 31 de dezembro de 2012	<u>50.000</u>	<u>(43.800)</u>			<u>(8.412)</u>		<u>(2.212)</u>	
Integralização de capital (Nota 13).....	76.950	43.800					120.750	
Lucro do exercício.....						7.671	7.671	
Em 31 de dezembro de 2013	<u>126.950</u>				<u>(741)</u>		<u>126.209</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais – A Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 6 de fevereiro de 2009, tendo como objeto social a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal, na forma de Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada n. 01/2008 e do Contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (GDF). Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes da estrutura administrativa do governo do Distrito Federal. O prazo de vigência do contrato é de 22 anos contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 20 anos, considerando o início da operação. As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2014. Em 4 de junho de 2013, foi constituída a Centrad Holding S.A. (“Centrad Holding”) que teve suas ações subscritas e integralizadas em 31 de outubro de 2013 pelas acionistas Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e Via Engenharia S.A. (“VIA”), nas participações de 47,5%, 2,5%, 50%, respectivamente, mediante aporte da participação detidas na Companhia. Como resultado desta reorganização societária, a Centrad Holding passou a deter 100% do capital da Companhia. A Centrad Holding é controlada pela OP Centro Administrativo S.A. (“OP Centro Administrativo”). Em 13 de dezembro de 2013, a controladora ODB que detinha 95% das ações da OP Centro Administrativo, aumentou o capital social da Odebrecht Properties S.A. (“OP”) mediante integralização do valor contábil das ações da OP Centro Administrativo. Nesta mesma data a OP passou a deter 95% das ações da OP Centro Administrativo e passou a ser controladora indireta da CENTRAD.

2 Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apre-

sentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização Odebrecht. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. **2.2 Caixa e equivalente de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Ativos financeiros. 2.3.1 Classificação** – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “Ativo financeiro da concessão” (Notas 6 e 9). **2.4 Ativo financeiro da concessão** – O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de parceria público privado com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal (Nota 1), reconhecidos pelo fato da Compa-

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2013		2012	
Operações continuadas				
Receita (Nota 14).....	476.612			
Custos de construção.....	(466.726)			
Lucro bruto	<u>9.886</u>			
Despesas				
Gerais e administrativas (Nota 15).....	(4.403)	(2.952)		
Lucro (prejuízo) operacional	<u>5.483</u>	<u>(2.952)</u>		
Resultado financeiro				
Resultado financeiro, líquido (Nota 16).....	2.312	77		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>7.795</u>	<u>(2.875)</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12).....	(124)			
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>7.671</u>	<u>(2.875)</u>		
Lucro (prejuízo) por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 18).....	<u>0,81</u>	<u>(0,46)</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2013		2012	
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	7.795	(2.875)		
Ajustes:				
Reembolso de despesas.....			315	
Depreciação.....		33	4	
Provisão de juros.....	23.917			
Margem de construção.....	(3.711)			
Atualização do ativo financeiro.....	(6.958)			
Tributos diferidos sobre a atualização do ativo financeiro.....	783			
Baixa de Imobilizado.....			4	
	<u>21.859</u>	<u>(2.552)</u>		

Variação dos ativos e passivos:				
Ativo financeiro da concessão.....	(466.726)			
Estoque.....	(22.296)			
Despesas Antecipadas.....	1.009	(798)		
Outros Ativos.....	(434)	(36)		
Fornecedores e outras contas a pagar.....	6.847	583		
Obrigações sociais e trabalhistas.....	456	254		
Impostos, taxas e contribuições.....	547	(35)		
Caixa líquido aplicado nas operações	<u>(458.738)</u>	<u>(2.584)</u>		
Juros pagos.....	(15.448)			
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(474.186)</u>	<u>(2.584)</u>		
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adição imobilizado.....	(19)			
Aplicação financeira.....	(18.690)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(18.709)</u>			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de financiamento.....	(250.000)			
Captação de financiamento.....	650.136			
Integralização de capital.....	117.545			
Partes relacionadas.....		(5)		
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.815		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>517.681</u>	<u>1.810</u>		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>24.786</u>	<u>(774)</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>542</u>	<u>1.316</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>25.328</u>	<u>542</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

nia possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo. O ativo financeiro da concessão com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos estão representadas no ativo circulante, as demais estão representadas

CONCESSIONÁRIA CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. – CENTRAD

CNPJ/MF Nº 10.671.035/0001-06



no ativo não circulante, uma vez que o recebimento dos valores está estimado para ocorrer no período de 20 anos, contados a partir da entrega da infraestrutura. Os montantes do ativo financeiro da concessão são inicialmente registrados pelos seus valores justos e subsequentemente pelo método do custo amortizado.

2.5 Estoques – Os estoques são demonstrados ao custo, desde que inferiores ao valor de realização e o método de avaliação dos estoques é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12). Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12).

2.7 Imobilizado – O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado.

2.8 Impairment de ativos não financeiros – Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.9 Fornecedores e outras contas a pagar – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Outros ativos – Outros são ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.11 Empréstimos e debêntures – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.12 Demais passivos circulantes – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

2.13 Reconhecimento da receita – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

(a) Receita de contratos de construção – A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo

com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem de construção. A receita é reconhecida pela margem de construção de 0,7% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, acrescida de 11,25% de impostos incidentes sobre o faturamento, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(b) Atualização do ativo financeiro da concessão – A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

(c) Receita financeira – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 16).

2.14 Lucro (prejuízo) por ação – A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.15 Regime Tributário de Transição – RTT – No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente demonstração financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros – A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Reconhecimento de receita – Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção de 0,7% estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. O ativo financeiro é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m. pela TIR (Taxa de Interna de Retorno) da Companhia.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

(d) Atualização do ativo financeiro da concessão – A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.4) representa a atualização do valor a

receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro – A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(a) Risco de liquidez – É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(b) Risco com taxas de juros – O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos.

(c) Risco de crédito – O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(d) Derivativos – Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Gestão de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim resumidos:

	2013	2012
Total de empréstimos e debêntures (Nota 10)	408.605	
Menos caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(25.328)	542
Menos aplicação financeira (Nota 8)	(18.690)	
Dívida líquida	364.587	542
Total do patrimônio líquido	126.209	(2.212)
Total do capital	490.796	(1.670)
Índice de alavancagem financeira	74%	-32%

5 Instrumentos financeiros por categoria

Empréstimos e recebíveis	2013	2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	25.328	542
Aplicação financeira	18.690	
Contas a receber de clientes	537.028	
	581.046	542
Outros passivos financeiros	2013	2012
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	305.908	
Debêntures	102.697	
Fornecedores (*)	7.455	608
	416.060	608

(*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa	2013	2012
Caixa e bancos	1.744	111
Aplicações financeiras (*)	23.584	431
	25.328	542

(*) A Companhia mantém aplicações de curto prazo, de alta liquidez, referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento junto a Caixa Econômica Federal (Nota 10), sendo o montante principal de R\$ 9.000 remunerados a 100,6% do CDI (certificado de depósito interbancário) e R\$ 14.600 remunerados a 100% do CDI.

CONCESSIONÁRIA CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. – CENTRAD

CNPJ/MF Nº 10.671.035/0001-06


CENTRAD Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S/A

7 Estoque	2013
Materiais de instalações elétricas.....	9.950
Materiais para fachada e piso	5.701
Outros materiais	1.834
Adiantamento para estoque	4.811
	<u>22.296</u>

8 Aplicação financeira – O montante de R\$ 18.690, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013, que é mantido como garantia de pagamento dos financiamentos, conforme previsto nos contratos firmados junto às instituições financeiras, sendo o montante principal de R\$ 16.417 remunerados a 100,8% do CDI e o montante de R\$ 2.273 remunerados a 100% do CDI.

9 Ativo financeiro da concessão – Refere-se ao direito de faturar do Contrato de Parceria Público Privado com o Governo do Distrito Federal (Nota 1). Esse valor é reconhecido pela Companhia com um ativo financeiro referente a concessão recebida e é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m., de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

(i) Composição	2013
Setor público	
Distrital	537.028
Ativo circulante.....	<u>(48.713)</u>
Ativo não circulante.....	<u>488.315</u>

(ii) Prazo de recebimento – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015.....	161.909
2016.....	171.166
2017.....	<u>155.240</u>
	<u>488.315</u>

10 Empréstimos e debêntures. (i) Composição			
	Modalidade	Encargos financeiros anuais	2013
Caixa Econômica Federal (*).....	Empréstimo	IPCA + 7,00%	305.909
Banco Santander S.A. – 1ª Série (**)	Debêntures	IPCA + 7,97% e DI + 3,60%	51.348
Banco Santander S.A. – 2ª série (**).	Debêntures	IPCA + 7,97% e DI + 3,60%	51.348
			<u>408.605</u>
Passivo circulante...			<u>(8.469)</u>
Passivo não circulante.....			<u>400.136</u>

(*) Em 28 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, sendo a liberação de recursos realizada mediante a solicitação da Companhia, obedecendo ao prazo de utilização de 24 meses. O financiamento tem vencimento em 204 meses, com período de carência para amortização do principal de 30 meses e corrigido a taxa de juros de 7,0% a.a. mais variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Até 31 de dezembro de 2013 foi liberado o montante de R\$ 303.000. (**) A Companhia realizou em 29 de abril de 2013, emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 100 na data de emissão, sendo 500 debêntures da primeira série, 500 debêntures da segunda série e 705 debêntures da terceira série. A liquidação financeira das duas primeiras séries ocorreu em 19 de julho de 2013 no montante de R\$ 100.000 e terão vencimento final em 15 de março de 2018, sendo corrigidas pelo IPCA e acrescida de juros de 7,97% a.a. A terceira série com início em 17 de março de 2018 terá vencimento final em 15 de março de 2023 e será corrigida pela DI (Depósitos Interfinanceiros) e acrescida de juros de 3,60% a.a. Os recursos obtidos pela Companhia por meio da emissão das debêntures foram destinados para recomposição/reforço de caixa para a aplicação na construção do centro administrativo. **(ii) Prazo de vencimento** – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013
2015.....	760
2016.....	37.802
2017.....	39.547
2018.....	103.492
2019.....	25.290
2020.....	23.826
2021.....	22.483
2022.....	21.253
2023.....	20.200
2024.....	19.199
2025 em diante.....	<u>86.284</u>
	<u>400.136</u>

(iii) Garantias – Os empréstimos mantidos pela Companhia estão garantidos pelo Contrato de Sessão Fiduciária de Direitos da conta da centralizadora celebrado em 28 de junho de 2013 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal e a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, essa última na qualidade de agente fiduciário. **(iv) Cláusulas restritivas** – A emissão de debêntures exigiu a assunção de algumas obrigações, as principais são, aporte de capital mínimo de R\$ 135.000, manutenção do índice de cobertura da dívida, não concessão de empréstimo, garantia, ou qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas, salvo aqueles no curso ordinário de negócios, limitação da venda de ativos, constituição de garantias sobre ativos e endividamento, manutenção de todos os contratos de projeto e instrumentos de financiamentos relevantes, não realização sem prévia anuência dos debenturistas, ou qualquer transformação em outro tipo de sociedade, não constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, encargo, e não concessão de opção, direito de preferência ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das garantias, vantagens e condições das ações alienadas e fornecer anualmente organograma de gestão de segurança e saúde ocupacional relacionado a EPCista e subcontratados

11 Fornecedores e outras contas a pagar – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R\$ 7.455 (2012 – R\$ 608) é representado, substancialmente, pelas compras de estoques de materiais para a construção da infraestrutura do contrato de concessão (Nota 1).

12 Tributos sobre a contraprestação e tributos diferidos. (a) Tributos sobre a contraprestação

	2013
ISS.....	10.741
PIS.....	8.861
COFINS	<u>40.814</u>
	<u>60.416</u>

(b) Tributos diferidos

IR e CS	2013
	124

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos tributos.....	<u>7.795</u>	<u>(2.875)</u>
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais.....	2.650	978
Ajuste de exercícios anteriores.....	<u>(2.526)</u>	<u>(978)</u>
Encargo fiscal.....	<u>(124)</u>	<u> </u>

13 Patrimônio Líquido. (a) Capital Social – Em 15 de fevereiro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital da Companhia em mais R\$ 19.000, passando de R\$ 31.000 para R\$ 50.000, divididos em 50.000.00 ações, sendo 25.000.000 ações ordinárias e 25.000.000 ações preferenciais. Em 30 de setembro de 2013, foram integralizados pela OPI o montante de R\$ 650, pela CNO R\$ 1.075 e pela VIA R\$ 1.725 anteriormente registrado como AFAC. Após reestruturação societária (Nota 1) o total de 50.000.000 ações preferenciais passou a pertencer a Centrad Holding, sua única acionista. Em 9 de dezembro de 2013, a Centrad Holding integralizou R\$ 40.350 do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, aumento do capital da Companhia em mais R\$ 76.950 passando dos atuais R\$ 50.000 para R\$ 126.950, no total de 76.949.836 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.474.918 ações ordinárias e 38.474.918 ações preferenciais, as quais foram subscritas e integralizadas mediante AFAC pela acionista Centrad Holding S.A. Em 31 de dezembro de 2013 a Centrad Holding detém 100% das ações da Companhia (2012 – OPI 47,5%, CNO 2,5%, VIA 50%), que representa 126.949.836 ações (2012 – 50.000.000), no montante de R\$ 126.950 (2012 – 6.200). A composição do capital passou a ser da seguinte forma:

	Capital	Ações	Participa-
Acionista	(R\$ mil)	Nominativas	ção (%)
Centrad Holding S.A....	<u>126.950</u>	<u>126.949.836</u>	<u>100,0</u>
	<u>126.950</u>	<u>126.949.836</u>	<u>100,0</u>

14 Receita líquida

	2013
Receita de Construção (*).....	530.070
Atualização do ativo financeiro – ICPC 01	6.958
Impostos e contribuição sobre serviço.....	<u>(60.416)</u>
	<u>476.612</u>

(*) A Companhia reconheceu o montante de R\$ 530.070 como Receita de Construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.

15 Despesas gerais e administrativas	2013	2012
Gastos com pessoal.....	<u>(2.878)</u>	<u>(1.531)</u>

Auditoria, consultoria e assessorias (*)	(1.000)	(1.019)
Outros.....	<u>(525)</u>	<u>(402)</u>
	<u>(4.403)</u>	<u>(2.952)</u>

(*) Em 2013 os gastos de comissão pagos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), reconhecidos inicialmente na rubrica de despesas antecipadas, no montante de R\$ 452 foram reconhecidos no resultado devido a não liberação dos recursos pelo banco.

16 Resultado financeiro, líquido	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira.....	2.568	79
Descontos financeiros.....	<u> </u>	<u>2</u>
	<u>2.568</u>	<u>81</u>

Despesas financeiras

IOF sobre operações financeiras	(244)	
Despesas bancárias	(1)	(1)
Juros financeiros.....	<u>(11)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(256)</u>	<u>(4)</u>
	<u>2.312</u>	<u>77</u>

17 Partes relacionadas

	2013	2012
	Ati- vos	Resul- tado
	Pas- sivo	Resul- tado
Adiantamento a fornecedores (*)	12	
Adiantamento para futuro aumento de capital.....		3.205
Juros sobre mútuo (**)	5	
Custos de construção (***).....	372.922	
Despesas administrativas		<u>315</u>
	<u>12</u>	<u>372.927</u>
	<u>3.205</u>	<u>315</u>

(*) Adiantamento concedido a VIA para gastos na obra de infraestrutura. (**) Encargos financeiros sobre os contratos de mútuo assinados em 27 de março de 2013, com a VIA e OP. (***) Gastos com serviços na obra de infraestrutura, sendo respectivamente, R\$ 216.429 VIA e R\$ 156.493 da CNO.

(a) Honorários da administração – A remuneração paga aos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizou o montante de R\$ 1.022.

18 Lucro (prejuízo) por ação. (a) Básico – O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2013	2012
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	7.671	(2.875)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares).....	<u>9.501.613</u>	<u>6.200.000</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>0,81</u>	<u>(0,46)</u>

(b) Diluído – A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

19 Seguros

	Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Garantia da concessão, tendo como objeto a outorga da parceria publico privada (PPP)		Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura, operação e manutenção do centro administrativo	24.830

DIRETORIA**Roberto de Mendonça Braga**

Diretor Geral

Henrique Bernardes Froes

Diretor Administrativo-Financeiro

Roberto de Mendonça Braga

Diretor de Operações

Mário Destro Filho – Contador – CRC-SP 122.117/T-DF**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras – A administração da Companhia é responsável pela

CONCESSIONÁRIA CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. – CENTRAD

CNPJ/MF Nº 10.671.035/0001-06



elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações

apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 28 de fevereiro de 2014.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Leandro Mauro Ardito
Contador
CRC 1SP188307/O-0 “S” DF

DAR - 296/2014

Diário Oficial do Distrito Federal agora completo na Internet



Você já pode acessar
todos os atos do governo
do Distrito Federal
pela internet.

www.buriti.df.gov.br